

# ***A Restauração de 1640 e o Estado da Índia***

**Agentes, espaços e dinâmicas**

**José Miguel Moura Ferreira**

**Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos**

**Setembro, 2011**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Alexandra Maria Pinheiro Pelúcia

*"Je ne sais pas ce que le passé me réserve"*

Françoise Sagan

## Agradecimentos

Ao fim de dois anos de trabalho, que tiveram como resultado a elaboração desta tese de mestrado, muitos são os agradecimentos a fazer. Desde logo, não poderia deixar de mencionar o Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, instituição que enquadrou o meu percurso académico. Muito do que fica escrito nesta dissertação se deveu à possibilidade de aprender com professores e colegas, quer na licenciatura em História, quer no mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos. A minha gratidão estende-se igualmente ao Centro de História de Além-Mar, que me recebeu como investigador e me deu a oportunidade de conhecer colegas que trabalham diferentes espaços e temáticas. Aos Professores Doutores Edval de Souza Barros, Ângela Barreto Xavier, Diogo Ramada Curto e Susana Münch Miranda quero agradecer a sua disponibilidade e as preciosas pistas que me ofereceram em diferentes momentos desta investigação. Agradeço ainda ao Professor Doutor António Camões Gouveia, em cujas aulas comecei a trabalhar as questões que viriam a estar na origem desta dissertação. À Professora Doutora Eugénia Rodrigues, não posso deixar de agradecer o interesse que demonstrou pelo meu trabalho e as referências que me facultou. O mesmo se aplica à Professora Doutora Elsa Penalva, a quem devo ainda um agradecimento especial. A generosidade com que partilhou comigo os documentos que encontrou ao longo da sua investigação, a leitura crítica a que submeteu parte desta tese e a paciência com que respondeu às minhas questões sobre a história de Macau na primeira metade do século XVII estão na origem de uma dívida de gratidão que espero um dia poder recompensar. Por fim, *last but not least*, à minha orientadora, a Professora Doutora Alexandra Pelúcia. É ao seu incentivo que devo os meus primeiros passos no mundo académico e a oportunidade de trabalhar no âmbito da história da expansão portuguesa. Pelo seu apoio, motivação e disponibilidade ao longo dos últimos anos, a minha mais profunda gratidão.

# **A Restauração de 1640 no Estado da Índia – Agentes, espaços e dinâmicas**

**José Miguel Moura Ferreira**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** *Restauração*; Estado da Índia; Goa; Comunicação; Cultura Política

A *Restauração* de 1640, que ditou o fim de sessenta anos de agregação do reino de Portugal à Monarquia Hispânica, tem sido alvo de múltiplas interpretações historiográficas ao longo dos últimos dois séculos. Menos conhecidas são, no entanto, as dinâmicas que presidiram ao reconhecimento do novo regime nas conquistas ultramarinas da Coroa portuguesa. Todavia, poucos meses depois do sucesso da revolta, foram enviados ao Estado da Índia os primeiros avisos da subida ao trono de D. João IV. O primeiro objectivo desta dissertação será acompanhar a forma como estes avisos chegaram às diferentes praças portuguesas na Ásia. Em todo este processo, a cidade de Goa desempenhou um papel central enquanto capital do Estado da Índia e centro de difusão da notícia às restantes cidades e fortalezas. O segundo objectivo passará então por recuperar as cerimónias e os discursos que, na cidade de Goa, legitimaram a aclamação de D. João IV, explorando o posicionamento dos diferentes grupos e instituições capital do Estado da Índia perante a nova situação política.

## **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** *Restauração*; Estado da Índia; Goa; Communication; Political Culture

The *Restauração* of 1640, which marked the end of sixty years of political aggregation between the Kingdom of Portugal and the Spanish Monarchy, has been the object of many historiographical interpretations in the past two centuries. However, the dynamics which lead to the recognition of the new regimen by the overseas conquests of the Portuguese Crown have been hitherto neglected by these interpretations. Still, few months after the success of the rebellion the first reports of the ascension of King John IV to the throne of Portugal were dispatched to the Estado da Índia. The first aim of this dissertation is to study the ways through which these reports arrived at the different Portuguese positions in Asia. The city of Goa played a major role in this process, as both capital of the Estado da Índia and the central node through which the news spread to the remaining cities and fortresses. The second goal is to analyse the ceremonies and discourses that, in the city of Goa, legitimized the acclamation of King John IV, exploring the roles played the different groups and institutions of the city, in the presence of a new political reality.

## Índice

Introdução .....	1
Parte 1 – Levar a <i>Restauração</i> ao Império: circulação da notícia no Estado Português da Índia .....	7
Capítulo 1 – De Lisboa a Goa .....	11
1.1 – A Índia vista do Reino .....	11
1.2 – Os preparativos .....	13
1.3 - A Viagem.....	15
1.4 – A chegada da notícia .....	15
Capítulo 2 – O Estado da Índia perante a <i>Restauração</i> .....	19
2. 1 – “ <i>A todas as cidades, lugares e fortalezas</i> ” .....	19
2.2 – A <i>Restauração</i> e os <i>Reis Vizinhos</i> .....	26
2.3 – Da esperança à desilusão.....	30
Capítulo 3 – Macau, ou como levar a <i>Restauração</i> a outro mundo .....	33
3.1 – Uma praça longínqua .....	33
3.2. – António Fialho Ferreira, o protagonista .....	34
3.3 – A Viagem .....	36
3. 4 – A <i>Restauração</i> no Sudeste Asiático.....	37
3.5 – A Aclamação de D. João IV em Macau .....	38
Capítulo 4 – Agentes, cartas e mercês.....	42
4.1 – Intermediários e contextos de recepção .....	42
4.2 – Meios de comunicação: cartas e rumores.....	44
4.3 – Aclamação e negociação. ....	47
A <i>Restauração</i> e o Estado da Índia I. Um balanço .....	50

Parte 2 – A aclamação de D. João IV em Goa: cerimónias, discursos e práticas.....	54
Capítulo 1 – A aclamação de D. João IV em Goa. Cerimónias e relatos. ....	58
1.1 – O desafio da historiografia.....	58
1.2 – “ <i>A felice acclamação del Rey Dom Joaõ o IV</i> ” .....	60
1.3 – Uma realidade textual .....	65
1.4 – Ver o rei .....	68
Capítulo 2 – A <i>Restauração</i> de um rei natural. Discursos e justificações. ....	71
2.1 – A legitimação da nova dinastia .....	71
2.2 – Sob o signo da decadência?.....	74
2.3 – “ <i>Forças, &amp; oppressões de Castella</i> ” .....	79
2.4 – “ <i>Os mais leais e fieis vassalos de todos quantos no mundo ouue</i> ” .....	83
Capítulo 3 – Goa e a <i>Restauração</i> . Interesses e conflitos. ....	88
3.1 - O vice-rei e a sua efígie .....	88
3.2 – Advertências, queixas e petições.....	94
3.3 – Os teatinos em Goa .....	99
A <i>Restauração</i> e o Estado da Índia II. Experiências e expectativas. ....	106
Conclusão .....	109
Fontes e Bibliografia .....	112
Anexos.....	133

## Lista de Abreviaturas

ACE – *Assentos do Conselho de Estado* (ed. Panduranga Pissurlencar)

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (seguido do fundo e respectiva organização arquivística)

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (seguido do fundo e respectiva organização arquivística)

APO – *Archivo Portuguez Oriental* (ed. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara)

BA – Biblioteca da Ajuda (seguido do número do código e fólio)

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal (seguido do número do código e fólio)

BPADE – Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (seguido do número do código e fólio)

Cap. – Capítulo

CHAM – Centro de História de Além-Mar

Cit. – Citado

Cód. – Código

Coord. – Coordenação

CTCP – *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e Africa Oriental desde o princípio da conquista até ao fim do século XVII* (ed. Júlio Firmino Biker)

DHDP – *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (dir. Luís de Albuquerque)

DHRP – *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (dir. Carlos Moreira de Azevedo)

Dir. – Direcção



Doc. – Documento/os

Ed. – Edição

Fasc. - Fascículo

Fl. – Fólio/os

GLA – *Glossário Luso-Asiático* (por Sebastião Rodolfo Dalgado)

HAG – Historical Archives of Goa (seguido do fundo e respectiva organização arquivística). Todos os documentos deste arquivo foram consultados na Filmoteca Ultramarina Portuguesa

Lv. – Livro

Mç. – Maço

Org. - Organização

P./pp. – Página/páginas

Pub. – Publicado

S.d. – Sem data

Segs. – Seguintes

T. – Tomo

TPI – *The Philippine Islands* (ed. Emma Blair e James Alexander Robertson)

V. – Vide

Vol. - Volume

## Introdução

1 de Dezembro de 1640. Por volta das nove horas da manhã, um grupo de fidalgos – provenientes, na sua maioria, de antigas linhagens da nobreza portuguesa, ainda que afastados da primeira grandeza e dos principais cargos do Portugal Habsburgo – irrompeu pelos corredores do palácio real em Lisboa. Tomados de surpresa, os guardas castelhanos e tudescos que defendiam o palácio renderam-se sem grande resistência, permitindo aos conjurados assassinar o secretário Miguel de Vasconcelos e capturar a duquesa de Mântua, vice-rainha de Portugal. Em poucas horas a notícia da revolta espalhou-se pela cidade, acompanhada por demonstrações em honra de D. João, duque de Bragança, que os revoltosos aclamavam como novo rei. Cinco dias mais tarde, o próprio D. João entrava em Lisboa, iniciando-se os preparativos para o seu juramento e levantamento como rei e senhor legítimo da Coroa de Portugal. A conjura, cujos contornos haviam começado a ser delineados alguns meses antes, alcançava assim um primeiro – e decisivo – sucesso na capital do reino<sup>1</sup>.

Sobejamente conhecidos, os acontecimentos da manhã do 1º de Dezembro de 1640 inscreveram-se de forma indelével, ainda que nem sempre incontroversa, na memória histórica portuguesa ao longo dos últimos dois séculos. Assistindo a um primeiro momento de afirmação na segunda metade do século XIX, acompanhando a reacção patriótica às ideias “iberistas”, a presença da *Restauração* numa história que se pretendia nacional acabaria por se institucionalizar por impulso do Estado Novo, tendo o seu apogeu nas comemorações do duplo centenário de 1940<sup>2</sup>. Menos conhecida, no entanto, é a história de como os ecos da revolta chegaram e foram recebidos nas conquistas da Coroa de Portugal e, nomeadamente, no Estado da Índia. De facto, apesar de D. Luís de Meneses, 3º conde da Ericeira, ter dedicado algumas páginas a esta questão na sua *História do Portugal Restaurado*<sup>3</sup>, o silêncio da historiografia a respeito da conjuntura da *Restauração* no Estado da Índia é, de certo modo, ensurdecador.

Entre as raras (mas previsíveis) excepções a este silêncio contam-se os trabalhos produzidos durante o regime salazarista e, sobretudo, em torno do já referido ciclo comemorativo de 1940. É então neste contexto que surgem obras como o opúsculo de

---

<sup>1</sup> Costa e Cunha (2006), pp. 11-32 e Valladares (2006), pp. 44-46

<sup>2</sup> Sobre o lugar da *Restauração* na história e na memória nacional, v. *maxime* Andrade (2001)

<sup>3</sup> Luís de Meneses, *História de Portugal Restaurado*, t. I, lv. 3, pp. 138-146

José Frederico Ferreira Martins sobre a aclamação de D. João IV em Goa<sup>4</sup>, publicado ainda no ano de 1934, as comunicações de Lia Arez Ferreira do Amaral e A. Delduque da Costa no Congresso do Mundo Português (1940)<sup>5</sup> ou o capítulo dedicado ao Estado da Índia no livro *A Restauração e o Império Colonial Português*<sup>6</sup>, também ele editado no âmbito das comemorações centenárias. Correspondendo a um esforço de fixar uma memória oficial da *Restauração*, estas publicações bebiam do revisionismo integralista dos anos anteriores – é, de resto, revelador o facto de Manuel Múrias, um dos principais publicistas do Integralismo Lusitano, ter assinado a introdução à obra *A Restauração e o Império Colonial Português* – transmitindo uma versão dos acontecimentos baseada no patriotismo dos portugueses que serviam no Oriente, interpretação a que não escapava igualmente o lamento face à decadência que se instalara no Estado da Índia durante os anos de governo da Casa de Áustria.

Profundamente ligadas às políticas comemorativas do regime e à afirmação da sua mística imperial, estas interpretações afastam-se da perspectiva que procuraremos adoptar ao longo desta investigação. Todavia, a verdade é que a historiografia mais recente tem revelado pouco interesse pela conjuntura da *Restauração* no Estado da Índia. Este alheamento verifica-se sobretudo nas obras de síntese dedicadas ao tema da expansão portuguesa na Ásia, que não mencionam a questão ou a encerram em poucas linhas. Neste sentido, a abordagem de Sanjay Subrahmanyam é exemplar, limitando-se a afirmar que “*a transição no Oriente processou-se igualmente de forma relativamente suave, tendo os estabelecimentos oficiais sido instados a fazer um juramento de fidelidade ao novo monarca, um processo que parece ter sido cumprido com pouca resistência*”<sup>7</sup>. Como entender este silêncio? Por um lado, a explicação poderá passar pela desconfiança perante um evento tantas vezes explorado por uma historiografia conotada com as forças mais tradicionalistas e conservadoras. Por outro, porque 1640 parecia inscrever-se num tempo em que o Estado da Índia teria passado para segundo plano entre as conquistas da Coroa de Portugal face à primazia do Brasil. Sendo assim, na senda da hipótese formulada por Jaime Cortesão, os anos de agregação à Monarquia Hispânica teriam assistido a uma transformação do paradigma económico e geográfico

---

<sup>4</sup> Martins (1934)

<sup>5</sup> Amaral (1940) e Costa (1940)

<sup>6</sup> A.A.V.V. (1940)

<sup>7</sup> Subrahmanyam (1995), pág. 247. Por sua vez, o volume que Anthony Disney dedicou recentemente à expansão portuguesa não chega sequer a mencionar a chegada das novas da *Restauração* a Goa e às restantes praças do Estado da Índia, v. Disney (2009)

do império português, que deixava de ser fundamentalmente Asiático para se centrar no Atlântico e, sobretudo, no Brasil<sup>8</sup>.

Serviu esta breve digressão pela historiografia do século XX para constatar o esquecimento a que foi votada a conjuntura da *Restauração* no Estado da Índia. É, portanto, à ausência de um estudo afastado das narrativas nacionalistas – nas quais 1640 surgia como um momento (re)fundador da nação – e dedicado ao processo através do qual a revolta de Lisboa foi conhecida e reconhecida nas praças asiáticas que esta dissertação procura responder. No fundo, o que se propõe é um estudo que permita contextualizar e explicar as formas como a notícia da revolta viajou até às diferentes partes do Estado da Índia, como foi sucessivamente interpretada, reencenada e justificada e, por fim, como intersectou os conflitos e os equilíbrios de poder locais. Nestas circunstâncias, não poderíamos deixar de referir alguns debates historiográficos que, de uma ou outra maneira, informaram a nossa investigação.

Em primeiro lugar, os debates em torno da *Restauração* de 1640, da Monarquia Hispânica e da cultura política coeva. A partir da segunda metade da década de 1970 começaram a ser publicados estudos que procuraram resgatar estes temas da carga nacionalista e comemorativa que lhes fora conferida pela historiografia do Estado Novo. Neste sentido, autores como Vitorino Magalhães Godinho, Luís Reis Torgal, João Francisco Marques ou António de Oliveira apresentaram perspectivas inovadoras sobre questões tão diversas como a oposição à fiscalidade régia durante a década de 1630, a ideologia política coeva e a parenética restauracionista<sup>9</sup>. A estes estudos juntaram-se, em anos mais recentes, os trabalhos de António Hespanha, Jean-Frédéric Schaub, Fernando Bouza Alvarez e Rafael Valladares. Partindo de perspectivas diversificadas, estes autores enfatizaram a necessidade de ultrapassar as interpretações teleológicas sobre os anos de união dinástica, enfatizando problemáticas como a especificidade das relações de poder na época moderna, o jogo político entre as facções nobiliárquicas ou a importância do direito e dos conflitos de jurisdição<sup>10</sup>. Por fim, a recém-publicada dissertação de doutoramento de Diogo Ramada Curto completa este quadro de referências, oferecendo pistas aliciantes sobre as diferentes manifestações da cultura política coeva<sup>11</sup>. Ainda que o Estado da Índia – à semelhança do que acontece com as

---

<sup>8</sup> Cortesão (1984)

<sup>9</sup> Godinho (1978), Torgal (1981), Marques (1983) e Oliveira (1991)

<sup>10</sup> Hespanha (1993a) e (1993b), Bouza (2000), Schaub (2001a) e (2001b) e Valladares (2006)

<sup>11</sup> Curto (2011)

restantes conquistas ultramarinas – esteja, na maioria das vezes, ausente destas interpretações, as suas propostas analíticas são fundamentais para um estudo que se propõe a destringer os contornos de uma conjuntura tão complexa como a da *Restauração*.

Um segundo debate historiográfico que enquadra esta dissertação prende-se com os destinos do Estado da Índia no século XVII. Tradicionalmente desconsiderada pela historiografia da expansão portuguesa, a presença portuguesa na Ásia durante a centúria seiscentista ainda se encontra relativamente inexplorada, sobretudo se comparada com a constelação de estudos dedicados ao século anterior. No entanto, não podemos deixar de referir a importância de algumas obras fundamentais para a compreensão deste período. Desde logo, os estudos clássicos de Charles Boxer, nomeadamente a obra que dedicou ao Estado da Índia no século XVII e as fontes que publicou a respeito da aclamação de D. João IV em Goa e Macau<sup>12</sup>. Mas também trabalhos mais recentes, como os de James Boyajian, Ernst van Veen e Glenn Ames, que propuseram novas interpretações sobre o alegado recuo da presença portuguesa na Ásia e sobre os conflitos com os rivais europeus e asiáticos<sup>13</sup>. A estas obras devemos ainda acrescentar abordagens localizadas, nomeadamente os trabalhos de George Bryan de Souza e Elsa Penalva, dedicados a Macau, e os de Ângela Barreto Xavier, sobre a cidade de Goa e o seu *hinterland*<sup>14</sup>. Porém, os contributos mais decisivos para a nossa análise foram, provavelmente os estudos de Rafael Valladares, acerca do relacionamento luso-castelhano na Ásia, e de Edval de Souza Barros, sobre os primeiros anos do Conselho Ultramarino<sup>15</sup>. Embora nenhum destes autores tenha por tema base a *Restauração*, os seus trabalhos acabam por intersectar muitas das questões que perpassam pela nossa proposta.

Por fim, não podemos deixar de referir que a conjuntura da *Restauração* no Estado da Índia não deve ser isolada de dinâmicas mais abrangentes. Desde logo, é por demais evidente a necessidade de a integrar no contexto dos desafios enfrentados pela Monarquia Hispânica – e, depois de 1640, pela nova Casa Real – no espaço europeu e nas conquistas ultramarinas. Questões como participação da Monarquia nos conflitos que dilaceravam a Europa, a concorrência neerlandesa e britânica nos mares da Ásia ou as movimentações diplomáticas que se seguiram à aclamação de D. João IV surgem por

---

<sup>12</sup> Boxer (1932), (1982) e (1993)

<sup>13</sup> Boyajian (1993), Van Veen (2000) e Ames (2000)

<sup>14</sup> Souza (1986), Penalva (2008) e Xavier (2008)

<sup>15</sup> Valladares (2001) e Barros (2008)

isso de forma recorrente ao longo das páginas deste trabalho. Neste sentido, poderá ser interessante enquadrar a nossa análise nos debates historiográficos que, desde a década de 1950, se têm dedicado às convulsões que marcaram as décadas centrais do século XVII<sup>16</sup>. Ainda que as formulações mais arrojadas a respeito da “crise do século XVII” tenham vindo a ser relativizadas pelos estudos mais recentes – que, simultaneamente, problematizaram o cariz “revolucionário” das revoltas que abalaram a Monarquia Hispânica<sup>17</sup> –, estes debates alertam-nos para a necessidade de evitar uma história de Portugal e da expansão portuguesa fechada sobre si mesma e isolada das reflexões historiográficas internacionais.

Desviando o olhar do reino para a Índia (e de Lisboa para Goa), este trabalho propõe-se então, como já referimos, explorar a forma como a notícia da *Restauração* chegou às praças asiáticas, interpretando os actos, discursos, crenças e apropriações que caracterizaram o reconhecimento da nova situação política. Interessa-nos, portanto, desconstruir a linearidade deste processo, recuperando os papéis representados pelos diferentes agentes e o modo como estes decifraram o momento que viviam à luz das suas experiências, das suas expectativas e das suas relações com os restantes actores sociais. As limitações inerentes a uma dissertação de mestrado obrigaram-nos, porém, a tomar algumas opções analíticas que não podem deixar de ser explicadas. Neste sentido, optámos por restringir o âmbito da nossa análise aos primeiros anos da década de 1640. Ainda assim, a contextualização das dinâmicas em análise acabou, frequentemente, por nos remeter para outras cronologias, nomeadamente as décadas de 1620 e 1630. Por sua vez, a estrutura bipartida deste trabalho procura responder à necessidade de integrar diferentes escalas interpretativas. Num primeiro momento, a nossa análise incidirá sobre a circulação da notícia no Estado da Índia, tentando recuperar as rotas, os agentes e os meios de comunicação que presidiram à sua difusão. A esta primeira parte, de sentido mais geral, segue-se então um estudo de caso, em que procuraremos problematizar os contornos da aclamação de D. João IV em Goa.

As opções analíticas que temos vindo a referir estenderam-se, naturalmente, ao processo de pesquisa e selecção da base documental deste trabalho. A investigação centrou-se nos fundos documentais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – recorrendo abundantemente às informações contidas nos *Livros das Monções* ou

---

<sup>16</sup> Para aquela que é, provavelmente, a melhor introdução a estes debates, v. Parker (1997)

<sup>17</sup> Schaub (1994) e Pujol (2006)

*Documentos Remetidos da Índia* – e do Arquivo Histórico Ultramarino. Estes foram ainda complementados por breves incursões aos acervos da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, da Biblioteca da Ajuda e da Filmoteca Ultramarina Portuguesa. Ainda assim, não podemos deixar de referir algumas ausências. Por falta de tempo e de oportunidade não nos foi possível consultar os arquivos espanhóis e holandeses que, sem sombra de dúvida, contribuiriam para enriquecer a nossa análise. Todavia, parece-nos que estas lacunas não comprometem os pressupostos desta dissertação. No que diz respeito às fontes impressas, procurámos abranger um conjunto limitado, mas relativamente eclético, de obras: desde as descrições das cerimónias de aclamação, aos sermões que procuraram justificar a legitimidade da nova Casa Real, passando pelas mais importantes colectâneas documentais relativas a este período da história do Estado da Índia.

Em resumo, ao explorar diferentes temáticas que se entrecruzam na conjuntura da *Restauração* no Estado da Índia, este trabalho não ambiciona, de modo nenhum, “encerrar” a questão. O nosso objectivo passou então por reunir os (escassos) estudos que foram sendo dedicados a alguns aspectos desta conjuntura, levantando hipóteses explicativas que possam servir de referência para futuras abordagens à história política da presença portuguesa na Ásia nos meados do século XVII.

## Parte 1

### **Levar a *Restauração* ao Império: circulação da notícia no Estado Português da Índia**

*“(...) tive por acertado dar conta a V Mag do que obrei na missão pera que fui destinado na mais remontada terra aonde V. Mag tem vassalos, que por ser tão alonguada (em respeito dessa corte) se reputa pera outro mundo, & assim posso dizer que venho de outro mundo.”*

Carta de António Fialho Ferreira a D. João IV, escrita no seu regresso de Macau, Boxer (1993), p. 105



Em inícios de Março de 1642, na igreja lisboeta de Santo Antão-o-Novo, durante o tradicional sermão do primeiro domingo da Quaresma, um padre rogava aos fiéis que juntassem as suas vozes em louvor a Deus pela boa nova vinda do Oriente. Após uma longa e dificultosa viagem por terra, chegara a Lisboa um mensageiro trazendo consigo a notícia de D. João IV ter sido reconhecido por rei natural nas cidades e fortalezas do Estado Português da Índia. Relatando este acontecimento a *Gazeta do Mês de Março* anunciava “*que el Rey nosso Senhor estaua já naquellas partes acclamado por Rey, com grande aplauso, até dos príncipes Moiros*”<sup>18</sup>. Alguns meses mais tarde, chegava a Lisboa o patacho *Nossa Senhora do Rosário*, comandado por Manuel de Lis, que regressava da Índia trazendo a confirmação destas notícias<sup>19</sup>.

Como chegaram as notícias da *Restauração* a Goa e às restantes praças asiáticas? Quem as levou? Como foram recebidas? Que contingências marcaram aclamação do novo rei? É a perguntas como estas que a primeira parte deste trabalho procura responder. Sabemos que a divulgação da notícia do sucesso da conjura e o reconhecimento da legitimidade D. João IV foram dois dos imperativos que marcaram a consolidação da nova dinastia. Todavia, apesar da atenção dada às movimentações diplomáticas que se seguiram à revolta<sup>20</sup>, raras vezes tem sido interrogada a forma como este reconhecimento foi conseguido ao nível do reino e das suas conquistas. Em parte, esta indiferença ter-se-á devido ao sucesso que, visto *a posteriori*, este esforço alcançou. De facto, D. João IV acabou por ser aclamado com relativa facilidade pela maioria das povoações a que se estendia a jurisdição da Coroa de Portugal<sup>21</sup>. Este desfecho acabou então por se *naturalizar* tornando-se um dado adquirido. Mas, e se pensarmos que este desenlace não estava garantido à partida<sup>22</sup>? A tentativa de responder a esta questão levamos a procurar reconstruir os mecanismos e processos que levaram a que o sucesso da *Restauração* fosse conhecido e reconhecido em locais que se encontravam a muitos meses de distância do epicentro da conjura.

Seguir esta linha de pensamento é também reconhecer a importância da

---

<sup>18</sup> Dias (2006) p. 53

<sup>19</sup> Desconhece-se a data exacta da chegada do navio de Manuel de Lis, apontando alguns autores o dia 7 de Julho de 1642 e outros o dia 22 de Julho do mesmo ano, v. Ruela Pombo (1940)

<sup>20</sup> Prestage (1928), Brazão (1939) e Macedo (2006)

<sup>21</sup> As situações mais complexas foram as do norte de África, onde a lealdade de Tânger se manteve incerta até 1643 e Ceuta permaneceu fiel a Filipe IV, e na ilha Terceira, onde o presídio castelhano resistiu durante cerca de um ano, v. Valladares (2006), pp. 52-53

<sup>22</sup> O sociólogo alemão Niklas Luhmann considera que toda a comunicação se depara com três improbabilidades: a improbabilidade da compreensão, a improbabilidade de aceder aos receptores e a improbabilidade de obter o resultado desejado, v. Luhmann (2006), pp. 41-45

comunicação enquanto eixo estruturador do império. Sem os diversos canais de comunicação – marítimos ou terrestres, informais ou oficiais – que constituíam os “nervos da governação”<sup>23</sup>, seria impossível sustentar o domínio jurisdicional sobre as conquistas ultramarinas e manter territórios longínquos a par dos acontecimentos do reino. Neste sentido, a estreita relação que interligava *comunicação* e *império* tem vindo a ser identificada e interpretada pelas ciências sociais. Desde a obra clássica de Harold Innis<sup>24</sup>, escrita na década de 1950, alguns autores têm trabalhado esta questão, citando-se para o caso britânico os livros de Christopher Bayly e Ian K. Steele, dedicados respectivamente à Índia e ao Atlântico<sup>25</sup>. No caso da Coroa portuguesa seiscentista, a relação entre comunicação e império assumia características muito próprias, devidas não só à grande descontinuidade geográfica das conquistas ultramarinas, mas também à atomização de poderes e jurisdições característica das sociedades de antigo regime<sup>26</sup>. Esta descontinuidade era animada por fluxos de informação – protagonizados por oficiais da Coroa, membros das ordens religiosas ou mercadores –, que conectavam as diferentes regiões e intersectavam centros e instituições de circulação e mediação (mas também de hierarquização e controlo) da comunicação política<sup>27</sup>.

Como abordar este “mundo em movimento” de pessoas e bens, mas também de ideias e informações<sup>28</sup>? Curiosamente, apesar do interesse que sempre demonstrou pelas navegações e viagens de descobrimento, a historiografia da expansão portuguesa nem sempre tem adoptado uma perspectiva integrada na análise das relações entre a descontinuidade geográfica, a comunicação política e as dinâmicas imperiais<sup>29</sup>. O que sabemos então sobre as vias de comunicação que permitiam às notícias transpor a distância que separava a Índia do reino? A mais conhecida é, sem dúvida, a Rota do Cabo, percorrida pelas naus da Carreira da Índia. Assegurando o transporte de gentes e mercadorias, as embarcações da Carreira transportavam também informações<sup>30</sup>.

---

<sup>23</sup> Deutsch (1963)

<sup>24</sup> Innis (1986)

<sup>25</sup> Bayly (1999) e Steele (1986). Particularmente interessante para este trabalho é o capítulo da obra de Steele dedicado à forma como as notícias da Revolução de 1688 – também conhecida por *Glorious Revolution* – alcançaram a América colonial britânica, pp. 94-110

<sup>26</sup> Hespanha (2001) e (2009), Hespanha e Santos (1993). No Estado da Índia esta descontinuidade extremava-se, levando alguns autores a analisar a sua estrutura à luz do conceito de “rede”, v. *maxime* Thomaz (1994)

<sup>27</sup> Entende-se aqui o conceito de *comunicação política* como forma circulação de informação e ideias relativas a instituições ou eventos políticos, v. Vivo (2007), p. 2

<sup>28</sup> Russell-Wood (1998) e Gruzinski (2004)

<sup>29</sup> Uma excepção recente pode ser encontrada nos artigos coligidos na obra *O Domino da Distância*, v. Santos e Lobato (2006)

<sup>30</sup> Cruz (1998)

Todavia, como vimos, as notícias circulavam também por rotas terrestres. Os seus portadores tinham, contudo, de estar preparados para uma longa viagem, que os levaria primeiro até ao Golfo Pérsico, atravessando em seguida a Pérsia e a Síria até encontrarem um dos portos do Mediterrâneo oriental, de onde poderiam embarcar rumo a Itália e de lá até ao reino<sup>31</sup>. Mais rápida do que a morosa Rota do Cabo, a via terrestre tinha a vantagem acrescida de não ser condicionada pelas monções. Contudo, por terra ou por mar, esta era sempre uma viagem longa, difícil e repleta de perigos. Tempestades, corsários e bandidos de estrada eram apenas algumas das ameaças que podiam fazer extraviar a informação. Por essa razão era habitual despachar a mesma notícia por diferentes vias, procurando assim garantir que pelo menos uma delas chegaria ao seu destino, desenvolvendo-se também sistemas de cifra para que as cartas interceptadas não pudessem ser interpretadas<sup>32</sup>.

A nossa análise procura então acompanhar a difusão da notícia até às diferentes praças asiáticas, tentando abarcar não só o processo político e os seus conteúdos, mas também os agentes, as rotas e os meios de comunicação que o materializaram e lhe deram forma e, por fim, as dinâmicas entre a escala macroscópica do Índico e as contingências e conjunturas das diferentes cidades e fortalezas. Num primeiro momento analisaremos o contexto em que as novas da *Restauração* foram enviadas ao Estado da Índia e a forma como foram recebidas na cidade de Goa. Em seguida acompanharemos os percursos que levaram a notícia às diferentes praças asiáticas, a forma como se relacionaram com os contextos locais e o impacto que tiveram nas relações com os vizinhos asiáticos e os rivais neerlandeses. O terceiro capítulo apresentará uma breve resenha do caso mais complexo em todo este processo: o de Macau. Por fim, o quarto capítulo representará uma tentativa de interpretar os dados apresentados analisando as interacções entre os meios, os intermediários e os receptores antes de, em jeito de conclusão, traçarmos um balanço da primeira parte deste trabalho.

---

<sup>31</sup> Disney (1998) e Halikowski-Smith (2004)

<sup>32</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 50, fl. 98v e 52, fl. 12

## Capítulo 1 – De Lisboa a Goa

Na manhã do dia 15 de Dezembro de 1640, no Terreiro do Paço em Lisboa, D. João IV foi solenemente jurado e aclamado como rei legítimo e senhor natural da Coroa de Portugal. O futuro imediato da nova Casa Real estava contudo longe de parecer radioso<sup>33</sup>. Garantir a consolidação da dinastia e a defesa do território eram tarefas hercúleas num reino que padecia de dificuldades financeiras e em que uma parte considerável das elites religiosas, financeiras e nobiliárquicas havia permanecido no lado oposto da fronteira<sup>34</sup>. Arregimentar os meios para o inevitável conflito com a Monarquia Hispânica, assegurar a sua aclamação em todos os domínios da Coroa portuguesa e alcançar o reconhecimento da sua legitimidade junto das restantes potências europeias eram apenas alguns dos desafios com que D. João IV se deparava. Entre os territórios cuja lealdade importava assegurar encontrava-se o Estado da Índia. Ao longo deste capítulo procuraremos acompanhar a forma como este esforço foi pensado, executado e como as novas do reino foram recebidas em Goa.

### 1.1. A Índia vista do Reino

O que significava o Estado da Índia para a nova casa reinante? É difícil responder a esta interrogação sem se correr o risco de ficar atolado em alguns dos mais acérrimos debates historiográficos sobre os destinos do império português no século XVII. As primeiras décadas dessa centúria têm sido rotineiramente apresentadas como um tempo de recuo do Estado da Índia e de afirmação do Brasil, abrindo caminho a uma longa mas sustentada inflexão estrutural do Império português, cada vez mais voltado para o espaço Atlântico<sup>35</sup>. A própria *Restauração* de 1640 teria contribuído para esta inflexão, devido ao ostensivo desinteresse que o novo monarca e o seu círculo mais próximo pareciam ter em relação aos assuntos orientais. Em favor desta posição é frequentemente citada a célebre afirmação de D. João IV ao dizer que se pudesse deixar a Índia, sem perda de honra, o faria<sup>36</sup>. Seria esta a perspectiva hegemónica na forma como o reino olhava a Índia? Em 1640 o Estado da Índia compreendia ainda dezenas de fortalezas e vinha ganhando uma implantação territorial cada vez mais forte, ao mesmo

---

<sup>33</sup> Costa e Cunha (2006), pp. 84-104

<sup>34</sup> Bouza (2000), pp. 271-291

<sup>35</sup> Subrahmanyam (1995), pp. 158-164, p. 21 e Schwartz (2010), pp. 33-37

<sup>36</sup> Costa e Cunha (2006), pp. 195-196

tempo que a sua jurisdição se estendia a vastas comunidades cristãs, cuja defesa e protecção eram consideradas como sendo da responsabilidade do rei<sup>37</sup>. Mesmo afastada das prioridades de D. João IV, a Índia reunia apoios junto de diversos sectores da monarquia portuguesa, o que nos leva a abandonar qualquer pretensão de encontrar uma forma única de olhar a presença portuguesa na Ásia, substituindo-a por visões múltiplas e, por vezes, contraditórias.

É certo que a rentabilidade da Carreira da Índia, que terá atingido o seu apogeu entre os finais do século XVI e as primeiras décadas do século XVII, se encontrava em declínio acentuado, à medida que os mercadores cristãos-novos – que haviam sido os seus principais dinamizadores – orientavam os seus investimentos para os *asientos* da Monarquia Hispânica<sup>38</sup>. O fracasso da efémera Companhia de Comércio da Índia, criada em 1628 e desaparecida em 1633, mostrou a falta de vontade ou capacidade para recuperar deste declínio, que se espelhava no número cada vez menor de navios enviados anualmente à Índia<sup>39</sup>. É certo que a perda de Ormuz em 1622, pela sua importância económica e simbólica, tivera profundas repercussões cujas ondas de choque se continuariam a fazer sentir nas décadas seguintes<sup>40</sup>. É certo também que no reino se faziam ouvir algumas vozes que debatiam a viabilidade do Estado da Índia e questionavam a excessiva dispersão da sua rede de fortalezas, para cuja defesa, como lamentaria mais tarde Manuel Severim de Faria, era “*necessário tirar-se do Reyno muita gente tornando pouca, ou nenhuma della*”<sup>41</sup>.

No entanto, apesar de todas estas dificuldades, o comércio da Índia era ainda suficientemente importante para que, durante a década de 1620, um mercador de grosso trato como Duarte Gomes Solis dedicasse dois textos de alvitres à questão de como melhor o sustentar e rentabilizar<sup>42</sup>. Mesmo depois de 1640, em instituições como o

---

<sup>37</sup> Barros (2008), p. 148

<sup>38</sup> Boyajian (1993), pp. 128-145

<sup>39</sup> Disney (1978), pp. 71-148 e Barros (2008), pp. 60-61

<sup>40</sup> Valladares (2001), pp. 37-50

<sup>41</sup> Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, p. 21. Argumentos como este podiam ser encontrados, logo em 1608, no diálogo *Do Sítio de Lisboa* – da autoria de Luís Mendes de Vasconcelos, fidalgo com experiência no Oriente e interesses no Atlântico, o qual mais tarde viria a ser governador de Angola – onde um dos intervenientes do diálogo afirma que “*quando Goa e a Índia tenham tanto poder que não dependa a sua segurança do nosso socorro, então louvarei a conquista dela*”, v. Luís Mendes de Vasconcelos, *Diálogo do Sítio de Lisboa*, p. 80

<sup>42</sup> Nascido em Lisboa, no ano de 1561, no seio de uma família de mercadores e banqueiros cristãos-novos, Duarte Gomes Solis partiu para Goa em 1585, onde desenvolveria a sua actividade comercial. Nos primeiros anos do século XVII regressou em definitivo à Europa, tendo sido autor de dois importantes textos de advertências dedicados aos destinos do comércio asiático: *Discursos sobre los comércios de las*

Conselho Ultramarino, estudado por Edval de Souza Barros<sup>43</sup>, os *indianistas* marcariam presença e envidariam esforços para que as praças asiáticas não fossem votadas ao esquecimento. Para mais, a empresa portuguesa na Índia tornara-se um elemento chave na mitografia da Coroa portuguesa, consagrando o prestígio simbólico do Estado da Índia<sup>44</sup>. Este prestígio dava peso aos pedidos de mercês, por parte de vassalos que serviam na Índia, que aludiam frequentemente ao sangue e esforço despendidos na sua defesa, mostrando que os serviços prestados na Ásia detinham ainda um papel central no sistema remuneratório que alicerçava a monarquia<sup>45</sup>. Quanto ao ofício de vice-rei, longe de ter perdido importância, continuou a ser um meio privilegiado de a primeira nobreza do reino engrandecer a sua posição social. Os estudos de Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha chegam mesmo a indiciar que se terá assistido a uma crescente elitização do cargo a partir de meados do século XVII<sup>46</sup>.

## 1.2 – Os preparativos

Apesar das urgências que se abatiam sobre o reino, foi ainda em Dezembro de 1640 que foram dados os primeiros passos no sentido de fazer chegar ao Estado da Índia os avisos da subida ao trono de D. João IV<sup>47</sup>. Os preparativos ficaram a cargo do Conselho da Fazenda, ao qual foi ordenado que diligenciasse o apresto de duas embarcações que pudessem rumar ao Oriente: a nau *Nossa Senhora da Quietação*, capitaneada por Sancho de Faria da Silva, fidalgo da Casa Real, e o patacho *Nossa Senhora do Rosário*, comandado por Manuel de Lis, homem experimentado nos assuntos da Índia<sup>48</sup>. Apesar das limitações devidas às necessidades de defesa do reino, a Coroa tentou igualmente fazer chegar à Índia alguns reforços, chegando a ordenar às autoridades lisboetas que detivessem todo o tipo de meliantes e os fizessem embarcar

---

*dos Índias* (1622) e *Alegacion en favor de la Compañia de la India Oriental* (1628). Sobre o pensamento económico de Solís, v. Wachtel (2011)

<sup>43</sup> Barros (2008)

<sup>44</sup> Valladares (2001), pp.10-11 e Barros (2008), pp. 148-149

<sup>45</sup> Olival (2006), pp. 60-64

<sup>46</sup> Cunha e Monteiro (1995) e Monteiro (2001)

<sup>47</sup> *Sobre aviso para a Índia*, ANTT, *Ministério do Reino, Conselho da Fazenda*, lv.161, fl. 175. Num primeiro momento, a urgência das notícias levava a que se equacionasse que a embarcação de aviso partisse antes do dia 6 de Janeiro. Esta ideia foi abandonada depois de se reconhecer que, mesmo partindo nessa data, o navio teria que invernar em Moçambique, pelo que só chegaria à Índia entre os meses de Agosto e Setembro, em que chegariam também os navios enviados na monção de Março, v. *Pataxo que se mandava hir a India*, ANTT, *Ministério do Reino, Conselho da Fazenda*, lv. 161, fólho 181v-182

<sup>48</sup> *Petição pela qual Manuel de Lis pede que se lhe fassa merçe de o prouer na capitania do Nauio que uay em companhia da Nao da Índia*, AHU, *Índia*, cx. 23, doc. 41, 26/1/1641. Nesta petição Manuel de Lis referia ter “*servido nas armadas desta coroa, e nas do estado da India oito annos continuos, de Soldado, Alferes e Capitão*” tendo sido ferido quando servia na armada de Nuno Alvares Botelho.

para a Índia como soldados<sup>49</sup>. O próprio D. João IV mostrava estar bem ciente das necessidades prementes do Estado da Índia, afirmando:

*“São de grande importância as Razões que se considerão para não haver de deixar de socorrer a India nesta monção de Março, que obrigão a fazer o mayor esforço pera que se venção as dificuldades que o podião impedir.”*<sup>50</sup>

Apesar da urgência com que estes preparativos foram levados a cabo, a documentação do Conselho da Fazenda deixa transparecer a prevalência de um sentimento de confiança quanto ao reconhecimento, mais ao menos tácito, de D. João IV pelas praças asiáticas<sup>51</sup>. A única sombra que pairava sobre esta confiança relacionava-se com a informação que então corria de, no porto andaluz de Cádis, se estarem a aprestar duas embarcações com o objectivo de garantir que a lealdade das praças da Índia se manteria com Filipe IV<sup>52</sup>. Confrontado com esta ameaça, o rei instou o vedor da fazenda, D. Miguel de Almeida, conde de Abrantes, para que apressasse os preparativos de modo que as velas portuguesas se pudessem antecipar às embarcações inimigas<sup>53</sup>.

A geral carência de recursos financeiros com que a Coroa se deparava não deixaria, no entanto, de levantar sérios problemas ao Conselho da Fazenda. As tentativas de granjear o apoio dos principais homens de negócios da praça de Lisboa<sup>54</sup> não tiveram o sucesso esperado, uma vez que estes – convocados perante o conselho e instados a participar com os seus cabedais no apresto dos navios e na compra da pimenta – terão alegado não ter meios para comportar tal investimento, o que levou os conselheiros a admitir que *“partiria muito limitada a carga da nao da viagem.”*<sup>55</sup>

---

<sup>49</sup> Decreto, em que se mandou que se prendessem todos os vadios, que se achassem pelas casas de jogo, para se embarcarem para a Índia, Freitas (1819), t. 1, pp. 88-89

<sup>50</sup> Socorro com embarcações para a India, ANTT, Ministério do Reino, Conselho da Fazenda, lv. 161, fl. 8v

<sup>51</sup> Barros (2008), p. 93

<sup>52</sup> Galeão e pataxo da India e gente de mar e guerra pera elles, ANTT, Ministério do Reino, Conselho da Fazenda, lv. 161, fl. 185v-186. As embarcações seriam comandadas pelos portugueses Francisco Moniz da Silva e Cosme do Couto e enquadravam-se nos esforços envidados pela Monarquia Hispânica para tentar manter sob seu controlo as conquistas da Coroa de Portugal, que se corporizaram igualmente na tentativa de envio de embarcações ao Brasil e a Angola, v. Valladares (2006), pp. 48-50

<sup>53</sup> Galeão e pataxo da India e gente de mar e guerra pera elles, ANTT, Ministério do Reino, Conselho da Fazenda, lv. 161, fl. 185v-186. Não existem quaisquer referências que indiquem que as embarcações castelhanas tenham sequer chegado a partir. Em finais de 1642, o próprio vice-rei levantava esta questão, referindo que nenhum dos navios havia chegado à Índia, ANTT, Livros das Monções, lv. 51, fl. 87

<sup>54</sup> Sobre a nao nova e galeão q ham de hir a Índia, ANTT, Ministério do Reino, Consultas do Conselho da Fazenda, lv. 161, fl. 178-178v

<sup>55</sup> Consulta para se aprestar o cabedal da nao que este anno vay para a India, AHU, Índia, cx. 23, doc. 45, 10/2/1641. Na mesma consulta menciona-se, contudo, a crença que esta lacuna poderia ser colmatada

### 1.3 - A Viagem

Os dois navios deixaram o porto de Lisboa a 30 de Março de 1641 levando, cada um deles, uma via das cartas que o rei endereçara ao vice-rei e às restantes autoridades e pessoas de importância do Estado da Índia<sup>56</sup>. As embarcações navegaram juntas até à latitude de Cabo Verde, onde se separaram de forma a evitar uma possível captura por navios inimigos. Mais veloz e manobrável, o patacho recebera ordens para se adiantar e levar as notícias a Moçambique, a mais importante praça portuguesa na costa oriental africana. A chegada de Manuel de Lis a esta fortaleza, no dia 2 de Agosto, prenunciou então um processo que, ao longo do ano seguinte, se repetiria nas diversas praças do Estado da Índia. Entregues as cartas do reino a António Brito de Pacheco, capitão da fortaleza de Moçambique, procedeu-se em seguida à sua leitura pública no terreiro da Sé e à aclamação solene do novo rei, com as devidas manifestações de alegria e satisfação<sup>57</sup>.

A travessia do Índico terá decorrido sem dificuldades, pelo que a *Nossa Senhora do Rosário* chegou às imediações de Goa nos primeiros dias de Setembro de 1641. Antes de se aproximar da barra da cidade o patacho deparou-se, contudo, com uma almadia comandada por Gaspar Gomes – que havia sido enviado pelo vice-rei com avisos à navegação –, alertando para o bloqueio que os neerlandeses impunham à cidade desde 29 de Agosto<sup>58</sup>. Impedido de aportar em Goa – sem correr o risco de o seu navio ser capturado –, Manuel de Lis rumou então a Onor, alguns quilómetros a sul, onde se encontraria a salvo do inimigo. Antes, porém, confiou à tripulação da almadia as cartas que trazia do reino. Segundo algumas fontes, deixou igualmente o seu filho André de Lis, o qual teria levado pessoalmente à presença do vice-rei conde de Aveiras (1640-1644), as notícias da subida ao trono de D. João IV<sup>59</sup>.

### 1.4 – A chegada da notícia

Qual era a situação em Goa à chegada das notícias? Embora o impacto da concorrência neerlandesa nos mares da Ásia enquanto principal factor de explicação do

---

pelo vice-rei em Goa “*valendosse das pessoas ricas da Índia que com a noua da Restituição de Vossa Magestade a estes seus Reynos he certo acudirão a isso com amor e boa uontade*”.

<sup>56</sup> Esta data coincidia com o período habitual de partida das embarcações para a Índia – entre Março e início de Abril – para que pudessem chegar ao Índico a tempo de aproveitar a monção favorável, v. Godinho (1990), pp. 339-340

<sup>57</sup> Pombo (1940), pp. 8-10 e Mesquita (1965), pp. 43-44;

<sup>58</sup> Amaral (1940), p. 213-214 e ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 90-93

<sup>59</sup> Luís de Meneses, *História de Portugal Restaurado*, t. I, lv. 3, pp. 139-141



recuo dos interesses portugueses, tenha vindo a ser relativizado pela historiografia mais recente<sup>60</sup>, a verdade é que o fim da Trégua dos Doze Anos (1609-1621) trouxe consigo um recrudescer da rivalidade luso-neerlandesa. Não podendo ser desligada das conjunturas locais, esta rivalidade contribuiu para que os últimos anos da década de 1630 fossem particularmente inclementes para os recursos do Estado da Índia. Apesar do alívio representado pelo entendimento com os britânicos da *East India Company* (E.I.C.), assinado em 1635<sup>61</sup>, o final da década foi marcado pelos contínuos cercos de Malaca e pelo agudizar dos conflitos na ilha de Ceilão, que opunham os portugueses ao reino de Kandy, aliado dos neerlandeses<sup>62</sup>. Para agravar esta situação, a *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (V.O.C.), por iniciativa do seu governador Antonie van Dieman, iniciara em 1637 uma política de bloqueios anuais à barra de Goa, tentando estrangular o comércio e as comunicações da capital do Estado da Índia<sup>63</sup>. Embora a utilização de navios de pequeno porte tenha permitido iludir ocasionalmente o bloqueio<sup>64</sup>, a verdade é que este representava uma séria ameaça para a cidade. O dealbar da década de 1640 não trouxera qualquer alívio, sendo marcado pela queda de Malaca, logo em Janeiro de 1641, perante as forças coligadas da V.O.C. e do sultanato de Johor.

Face a esta situação, o vice-rei D. João da Silva Telo de Meneses, conde de Aveiras, contava com poucos efectivos militares de que se pudesse valer para acudir às diversas frentes. De facto, sucessivos vice-reis vinham escrevendo a Lisboa pedindo reforços e lamentando o facto de grande parte dos soldados que realmente chegavam a Goa – muitos deles demasiado jovens ou demasiado doentes – acabarem por ingressar nas ordens religiosas, privando o Estado da Índia de forças para a sua defesa<sup>65</sup>. Esta situação, que de certo modo se tornara uma realidade estrutural do Estado da Índia, ganhara uma nova dimensão face às dificuldades sentidas durante a década anterior, chegando ao ponto de, na primeira carta que endereçou a D. João IV depois da sua aclamação na cidade<sup>66</sup>, a câmara de Goa ter revelado que se andavam “*Repartindo armas pellas Religioins E alistandoçe os Religiozos e eclezasticos pera acudirem as paragens por onde os Inimigos pudecem entrar*”. Foi então num momento de

---

<sup>60</sup> Van Veen (2000)

<sup>61</sup> Puga (2005)

<sup>62</sup> Winius (1971), pp. 30-46 e Borschberg (2010)

<sup>63</sup> Barendse (2005) e Israel (2010), pp. 181-187

<sup>64</sup> Assim o afirmava um comandante neerlandês, queixando-se que “*apesar da nossa vigilância mercadorias de todos os tipos chegam a Goa por navios a remos (...)*”, cit. Pearson (1987), p. 138

<sup>65</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 14, fl. 17v-18; lv. 32, fl. 228; lv. 33, fl. 263-263v; lv. 37, fl. 117; lv. 38, fl. 399v-400; lv. 42, fl. 14v-15 e lv. 45, fl. 185 e BA, cód. 51-X-2, fl. 341v

<sup>66</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

fragilidade que, na tarde do dia 8 de Setembro de 1641, a notícia da revolta de 1 de Dezembro chegou à cidade. A mais completa descrição dos acontecimentos que se seguiram encontra-se na *Relação do que socedeo na cidade de Goa, e em todas as mais cidades; & fortalezas do Estado da India*<sup>67</sup>, escrita por Manuel Jacome de Mesquita, morador em Goa. Esta obra, impressa em 1643 no colégio jesuíta de Goa, convida-nos a perscrutar, em traços bastantes gerais, a difusão da notícia no interior da própria cidade. O primeiro espaço a considerar é o palácio do vice-rei, onde as cartas do reino foram entregues em primeira mão. A *Relação* refere que, logo após ter tido conhecimento das notícias, o vice-rei mandou reunir o seu Conselho<sup>68</sup>, perante o qual foram abertas e lidas as cartas de D. João IV. Segundo o mesmo relato as novas terão sido entusiasticamente recebidas por todos, com demonstrações de alegria e festejos. Bastante diferente é contudo o quadro apresentado pelas fontes holandesas – referidas, entre outros, por Charles Boxer<sup>69</sup> – onde se afirma que a reunião do conselho se prolongou noite dentro, esgrimindo-se opiniões discordantes acerca do que fazer perante as novas do reino. Elogiado na generalidade das fontes portuguesas, o vice-rei surge no relato neerlandês com uma posição muito mais ambígua, sublinhando-se a importância da intervenção do arcebispo primaz D. Francisco dos Mártires que, ameaçando fazer uso de uma carta que lhe outorgava o poder de tomar as rédeas da governação caso o vice-rei se recusasse a reconhecer o novo monarca, garantira a proclamação de lealdade a D. João IV<sup>70</sup>.

Na manhã do dia seguinte as notícias começaram a ser conhecidas pela cidade. De que formas, oficiais ou informais, circularam? Em que espaços foram divulgadas? Quem se interessava em conhecê-las? Poucas respostas são passíveis de ser encontradas para estas interrogações. Sabemos que as notícias tendiam a correr com rapidez pelo porto e pelos mercados e igrejas da cidade<sup>71</sup>. Sabemos também que em Goa – à semelhança do que acontecia na Europa<sup>72</sup> –, as notícias eram frequentemente apregoadas ou divulgadas por meio de cartazes afixados em lugares públicos<sup>73</sup>, mas não temos nenhuma referência que nos indique com certeza que tal aconteceu nesta ocasião. Ao certo a *Relação* refere apenas que o vice-rei se terá empenhado em fazer chegar as

---

<sup>67</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa*, pub. Boxer (1932)

<sup>68</sup> Sobre este órgão que coadjuvava o vice-rei na tomada das decisões mais importantes, v. Santos (1999), pp. 172-173

<sup>69</sup> Cit. Boxer (1932), p. 24 e Barendse (2005), p. 263

<sup>70</sup> Esta questão será retomada no Capítulo 3 da segunda parte deste trabalho.

<sup>71</sup> Winius (1971), p. 111

<sup>72</sup> Vivo (2007), pp. 128-131

<sup>73</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 109v e lv. 50, fl. 81

cartas de D. João IV aos seus múltiplos destinatários<sup>74</sup>. Entre estes encontrava-se a câmara de Goa, onde as cartas de Lisboa foram entregues em pessoa pelo capitão da cidade e lidas publicamente perante os vereadores e demais autoridades com geral clamor em favor do novo rei.<sup>75</sup> Menos ainda sabemos sobre a circulação informal da notícia pelas ruas de Goa, por via de conversas ou rumores, e de como esta foi recebida por quem não se encontrava directamente implicado na arena política da cidade, apesar de Manuel Jacome de Mesquita afirmar que “*não forão necessarias diligencias algumas pera que a alegre noua fosse recebida, & festejada em toda a cidade*”<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa*, p. 23

<sup>75</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>76</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa*, p. 23

## Capítulo 2 – O Estado da Índia perante a *Restauração*

A capitalidade de Goa – analisada num estudo seminal por Catarina Madeira Santos<sup>77</sup> – levou a que esta cidade assumisse uma posição dupla enquanto interlocutor privilegiado da Coroa e centro administrativo da rede de espaços e interesses que constituía o Estado da Índia. Para mais, construção desta capitalidade foi acompanhada pela criação de redes de informação que, apesar da descontinuidade que caracterizava a comunicação, interligavam as diferentes posições portuguesas na Ásia<sup>78</sup>. Sendo assim, não é de estranhar que Goa surja neste âmbito – sobretudo ao nível da comunicação oficial – como centro da difusão da notícia do alçamento ao trono de D. João IV, não só entre as praças portuguesas, mas também junto dos vizinhos asiáticos e dos rivais europeus instalados no Oriente. Ao longo deste capítulo procuraremos perscrutar os diversos canais de transmissão através dos quais as novas do reino chegaram a estes destinatários, atentando igualmente nas diferentes formas como foram recebidas e nos impactos que tiveram.

### 2. 1 – “*A todas as cidades, lugares e fortalezas*”

Nos inícios da década de 1640 o Estado da Índia abrangia mais de duas dezenas de praças, espalhadas por uma vasta área que se estendia desde a costa oriental africana ao Extremo Oriente<sup>79</sup>. A todas estas “*cidades, lugares e fortalezas*”<sup>80</sup>, como se lhes referia D. João IV, era necessário fazer chegar as notícias da mudança no trono de Portugal de modo que, poucos dias após a chegada das novas a Goa, começaram a ser expedidos avisos às várias fortalezas instando-as a reconhecer o duque de Bragança como seu rei e senhor legítimo<sup>81</sup>. A considerável produção documental que registou a aclamação de D. João IV nas diferentes praças – grande parte da qual pode hoje ser encontrada nos *Livros das Monções* –, permite-nos acompanhar com algum detalhe a difusão da notícia, sobretudo no que concerne aos interlocutores oficiais de Goa, como os capitães das fortalezas e as câmaras<sup>82</sup>. Um estudo deste tipo foi em parte tentado por Lia Ares do Amaral numa comunicação apresentada no Congresso do Mundo Português (1940), pecando, no entanto, pela superficialidade da sua análise que, aliada a uma

---

<sup>77</sup> Santos (1999)

<sup>78</sup> Rodrigues e Lobato (2006)

<sup>79</sup> Boxer (1982), pp. 13-14

<sup>80</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 1-4

<sup>81</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedee na cidade de Goa*, p. 39

<sup>82</sup> Santos (1999), pp. 298-303

abordagem datada e plena de imprecisões<sup>83</sup>, justifica que se ensaie um estudo mais aprofundado dos meios, dos agentes, dos ritmos e da geografia que marcaram a difusão da notícia pelo Estado da Índia.

<b>Cidade</b>	<b>Chegada da Notícia</b>	<b>Aclamação/Juramento do rei</b>	<b>Juramento do príncipe</b>	<b>Origem da notícia</b>
<i>Moçambique</i>	2/8/1641	Agosto de 1641	?	Lisboa
<i>Goa</i>	8/9/1641	11/9/1641	20/10/1641	Lisboa
<i>Onor</i>	?	Antes de 5/10/1641	?	Lisboa
<i>Cananor</i>	Setembro de 1641	?	?	Goa
<i>Mangalor</i>	Setembro de 1641	?	?	Goa
<i>Barcelor</i>	Antes de 28/9/1641	?	?	Goa
<i>Cochim</i>	30/9/1641	13/10/1641	?	Goa/Cananor
<i>Chaul</i>	1/10/1641	1/10/1641	23/2/1642	Goa
<i>Baçaim</i>	7/10/1641	8/10/1641	23/2/1642	Goa
<i>Cranganor</i>	?	20/10/1641	?	Goa
<i>Meliapor</i>	?	20/10/1641	?	Goa
<i>Damão</i>	23/10/1641	3/10/1641	4/5/1641	Goa
<i>Negapatão</i>	28/10/1641	3/11/1641	?	Goa
<i>Tuticorim</i>	?	7/11/1641	?	Goa
<i>Diu</i>	23/12/1641	25/12/1641	?	Goa
<i>Macau</i>	28/5/1642	20/6/1642	?	Lisboa
<i>Mascate</i>	?	Antes de 10/9/1642	?	Goa
<i>Mombaça</i>	Dezembro de 1642	Dezembro de 1642	?	Goa
<i>Sena</i>	Antes de 27/6/1644	?	?	Lisboa

Quadro 1 – A Restauração nas praças do Estado da Índia<sup>84</sup>

No quadro 1 apresenta-se então uma tentativa de sintetizar estes dados que, apesar de bastante incompleta, torna imediatamente visíveis três questões:

a) A amplitude temporal que separa a chegada da notícia a Goa da sua recepção nas diferentes praças. Esta amplitude deve-se sobretudo à grande dispersão das praças portuguesas, que levava o vice-rei Pêro da Silva (1635-1639) a afirmar: “*A Índia he*

<sup>83</sup> Amaral (1940)

<sup>84</sup> Este quadro baseia-se nas seguintes fontes: ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 164 e 170-173 (Chaul); fl. 174, 179-179v e 201 (Baçaim); fl. 181-182, 183-186 e 205-205v (Damão); fl. 187 (Onor); fl. 189-189v (Barcelor); fl. 191-191v (Cananor); fl. 195-196 (Cranganor); fl. 207-207v (Diu); fl. 214-215v (Negapatão); fl. 218 (Tuticorim); fl. 220 (Meliapor); *Carta do feitor de Mascate sobre a Aclamação de D. João IV*, AHU, Índia, cx. 24, doc. 111, 10/9/1642; *Carta do capitão de Mombaça sobre a Aclamação de D. João IV*, AHU, cx. 28, doc. 80, 9/12/1643; *Carta da Misericórdia de Sena a D. João IV*, AHU, Moçambique, cx. 2, doc. 52, 27/6/1644; Luís de Meneses, *História de Portugal Restaurado*, t. I, lv. 3, pp. 138-146; Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa*; Agostinho de Almeida Gato, *Trivmfos festivaes da insigne e nobre Cidade Santa Crux de Cochim*, BPADE, cód. CXVI/1-23; João Marques Moreira, *Relação da Magestosa, Misteriosa, e Notavel Acclamaçam, que se fez a Magestade d'ElRey Dom Iam o IV, nosso senhor na Cidade do nome de Deos do grande Imperio da China*, pub. Boxer (1993), pp. 161-187 e *Carta de António Fialho ao governador de Batávia*, pub. Penalva (no prelo a)

*couza muy dilatada e as fortalezas muy distantes huma da outra*”<sup>85</sup>. A distância física não era, no entanto, o único factor que condicionava a circulação da informação, devendo ser tidas em conta questões como o regime de monções, o efeito da ameaça neerlandesa nos mares, as vias de comunicação e os diferentes meios através dos quais a notícia foi divulgada;

b) A definição de três momentos chave que, apesar das lacunas na documentação, parecem marcar os processos de aceitação do novo monarca pelas praças asiáticas: em primeiro lugar, a chegada da notícia; em seguida, a aclamação e juramento solene do novo rei; e, por fim, o juramento do príncipe herdeiro. Se, como afirmam Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, a data de recepção nos demonstra a velocidade com que as notícias circulam<sup>86</sup>, as datas da aclamação de D. João IV e, sobretudo, do juramento do príncipe herdeiro obedeciam a outros critérios. Estes iam desde as necessidades logísticas – atente-se ao caso de Chaul onde foi erguido um teatro para se proceder ao juramento de D. Teodósio<sup>87</sup> –, à tendência de procurar fazer coincidir as cerimónias com datas propícias no calendário litúrgico;<sup>88</sup>

c) A posição de Goa enquanto centro de difusão formal da notícia às diferentes praças asiáticas. Apenas em quatro dos casos citados os avisos oficiais não tiveram a sua origem na capital do Estado da Índia: Moçambique, onde como vimos, o patacho de Manuel de Lis aportou antes de rumar a Goa; Onor, onde o patacho acabou por se refugiar evitando o bloqueio neerlandês; S. Marçal de Sena, posição remota onde a notícia parece ter chegado por via do navio de António Cabral que viajava entre Lisboa e Goa; e Macau, onde a chegada da notícia se revestiu de características muito próprias, que analisaremos com particular atenção mais adiante.

Um verdadeiro balanço das diferenças e recorrências nos meios de comunicação e nos contextos de recepção da notícia só será, no entanto, possível através da adopção de uma perspectiva mais localizada. Para este efeito observaremos em seguida, com maior pormenor, as contingências que pautaram a chegada das novas do reino a três regiões do Estado da Índia: as praças da Província do Norte, a costa do Malabar e a região a leste do cabo Camorim. Excluídas desta análise ficam, todavia, duas das mais

---

<sup>85</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 37, fl. 117

<sup>86</sup> Costa e Cunha (2006), p. 84

<sup>87</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 170-173

<sup>88</sup> Esta tendência foi reconhecida por Diogo Ramada Curto na análise dos casos de Macau e do Rio de Janeiro, v. Curto (2011), p. 265

importantes regiões do Estado da Índia durante este período: Ceilão e Macau. Se no primeiro caso esta ausência se justifica pela carência de fontes em que nos pudéssemos basear, no segundo prende-se com a especificidade de que se revestiu a aclamação de D. João IV na cidade, que será analisada de forma isolada no próximo capítulo.

### 2.1.1 – A Província do Norte

Constituindo aquela que era, à excepção do Ceilão, a maior extensão territorial controlada pelo Estado da Índia, a Província do Norte consistia numa estreita faixa litoral que se estendia, de sul a norte, entre Chaul e Diu. Incorporava igualmente uma considerável extensão de terras sob domínio português, organizadas em torno das cidades fortificadas de Damão e Baçaim<sup>89</sup>. As novas da *Restauração* chegaram a esta região por via de João Rodrigues de Sá e Menezes, fidalgo que fora nomeado para o cargo de capitão da cidade de Damão. Partindo de Goa, em meados de Setembro, para assumir estas funções, João Rodrigues foi igualmente incumbido de fazer aclamar D. João IV nas praças do norte. A 1 de Outubro de 1641 encontrava-se já na cidade de Chaul onde se apresentou na câmara da cidade. O relato dos vereadores ilustra-nos os acontecimentos que se seguiram:

*“(...) lhes foi feito a saber por João Roiz de ssa fidalgo da caza de sua Magestade de como trazia hua via dellRey nosso Senhor Dom João o quarto com outra carta do conde daueiras vizorei deste estado da índia; e pera se auer de comunicar hera nesesario serem juntos o Capitão desta fortaleza Dom gilianes de Noronha e os perlados das relegioins com os fidalgos e caualeiros e o mais comum de todo o pouo;”*<sup>90</sup>

Reunidas estas autoridades, as cartas terão sido abertas e lidas perante todo o auditório o qual, instado a aceitar D. João IV como rei legítimo e natural, o terá jurado sem qualquer oposição. Seis dias depois de chegar a Chaul, João Rodrigues encontrava-se já em Baçaim, onde este processo se repetiu com os mesmos resultados<sup>91</sup>. A 23 de Outubro chegava finalmente a Damão onde assumiu o cargo de capitão e onde fez igualmente aclamar D. João IV<sup>92</sup>.

As dificuldades de navegação impossibilitaram que as notícias chegassem a Diu com a mesma rapidez. De facto, foi apenas a 23 de Dezembro que o ouvidor Francisco

---

<sup>89</sup> Antunes (2006), 207-210

<sup>90</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 168-169

<sup>91</sup> *Ibidem*, fl. 179-179v

<sup>92</sup> *Ibidem*, lv. 49, fl. 183-184

Delgado desembarcou junto à fortaleza, trazendo consigo as novas de Goa<sup>93</sup>. Diu era, todavia, uma sombra da povoação próspera que fora anteriormente, encontrando-se num profundo declínio económico e demográfico, que remontava à queda de Ormuz em 1622<sup>94</sup>. Por esta razão, aclamado o novo rei, os representantes da cidade aproveitaram a ocasião para escrever a D. João IV com demonstrações de alegria pela sua subida ao trono e encarecidos pedidos para que o novo monarca os livrasse dos muitos abusos e injustiças de que consideravam ter sido vítimas ao longo das décadas anteriores<sup>95</sup>.

### 2.1.2 – Cochim

Entre as praças da costa do Malabar a cidade de Cochim ocupava um lugar de destaque, que remontava aos primeiros anos da empresa portuguesa na Índia e à amizade que fora então firmada com os rajás de Cochim. Esta aliança, através da qual ambas as partes procuraram enfrentar a hegemonia de Calicute no comércio da pimenta, marcara a ascensão da cidade ao estatuto de entreposto comercial de grande dimensão e permitira o florescimento da povoação portuguesa de *Cochim de Baixo* – a escassos quilómetros da localidade original – que, durante mais de um século, foi o principal porto de carregamento de pimenta nas naus da Carreira da Índia. As primeiras décadas do século XVII parecem, no entanto, ter representado um tempo de contrariedades para a cidade e para os seus moradores. Logo a partir de 1612, os navios da Carreira deixaram de se abastecer em Cochim, passando a pimenta a ser transportada até Goa em embarcações de pequeno porte. Perante esta situação, muitos dos mais empreendedores entre os *casados* da cidade terão reorientado os seus negócios para outras regiões, estabelecendo-se frequentemente nas povoações da costa do Coromandel<sup>96</sup>.

Apesar deste aparente declínio, Cochim continuava a ser uma das mais importantes praças do Estado da Índia, o que só por si justificaria o espaço que lhe concedemos nesta análise. Para mais, é de Cochim que nos chega um dos mais interessantes relatos de como as novas da *Restauração* foram recebidas e celebradas na Índia, elaborado pelo ouvidor Agostinho de Almeida Gato. Claramente destinado a enaltecer o seu próprio papel nos festejos da aclamação de D. João IV, o relato do ouvidor de Cochim apresenta, porém, uma visão dos acontecimentos que nos permite

---

<sup>93</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 207-207v

<sup>94</sup> António Bocarro, *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações*, v. 2, pp. 69-76

<sup>95</sup> *Carta da Cidade de Dio*, AHU, Índia, cx. 24, doc. 136, 21/12/1642

<sup>96</sup> Sobre o comércio de Cochim no século XVII v. Malekandathil (1998), pp. 350-503



abordar uma nova faceta da intrincada rede de comunicações do Estado da Índia. Enquanto na maioria das cidades e fortalezas a notícia parece ter chegado por via marítima, o que se coaduna com a visão tradicional de uma presença portuguesa baseada no domínio dos mares, no caso de Cochim as novas chegaram por terra, revelando que a comunicação entre as praças asiáticas era igualmente assegurada por rotas terrestres, percorridas por mensageiros indianos<sup>97</sup>. Sendo assim, segundo Agostinho de Almeida Gato, no dia 30 de Setembro de 1641, estando as principais autoridades reunidas na Câmara da cidade, “*chegou a porta della hum Mouro com hum maço de cartas, que leuaua de Cananor por ordem do capitão daquella fortaleza (...) e disse ao porteiro que queria fallar aos vreadores, capitam e ouuidor e dar-lhes aquellas cartas que eram de grande importância*”<sup>98</sup>. Levado à mesa da Câmara, o dito maço revelou então conter cartas dos capitães de Cananor e Mangalor que, em conjunto com uma outra carta do próprio D. João IV, anunciavam os sucessos de 1 de Dezembro de 1640. A acreditar nas palavras do ouvidor, a notícia terá sido recebida com grandes festejos e demonstrações de alegria por parte dos seus moradores, que imediatamente proclamaram a sua lealdade ao novo rei<sup>99</sup>. Alguns dias mais tarde, a 10 de Outubro, chegaria à cidade um segundo mensageiro, trazendo desta feita cartas do vice-rei conde de Aveiras onde se ordenava que a cidade processse com brevidade à aclamação e juramento solene de D. João IV<sup>100</sup>. Três dias depois o novo monarca era aclamado na Sé de Cochim pelas autoridades e moradores da cidade os quais, no domingo seguinte, saíam em procissão pelas ruas da cidade, decoradas com “*fermosos e bem lavrados arcos triumphantes*”<sup>101</sup>.

### 2.1.3 – A costa do Coromandel

Apesar de nominalmente se encontrar sob jurisdição de Goa, a presença portuguesa na região do Tamil Nadu foi, desde os seus primórdios, marcada por um diminuto controlo oficial, florescendo a iniciativa de mercadores privados e

---

<sup>97</sup> Rodrigues e Lobato (2006), p. 48. Os portugueses seguiam assim os potentados indianos que faziam uso de complexos sistemas de comunicação com postos (*dak*) localizados nas principais vias percorridas por mensageiros (*harkaras*), v. Bayly (1999), pp. 14-17 e 58-66

<sup>98</sup> Agostinho de Almeida Gato, *Trivmfos festivaes da insigne e nobre Cidade Santa Crux de Cochim*, BPADE, cód. CXVI/1-23, fl. 9

<sup>99</sup> *Idem*, fl. 9v

<sup>100</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 211. Estes mensageiros surgem frequentemente nas fontes portuguesas sob a designação de *Patamar*, v. GLA, vol. II, pp. 186-188

<sup>101</sup> Agostinho de Almeida Gato, *Trivmfos festivaes da insigne e nobre Cidade Santa Crux de Cochim*, BPADE, cód. CXVI/1-23, fl. 20

missionários<sup>102</sup>. A acção destes agentes levava ao aparecimento daqueles que eram, na primeira metade do século XVII, os principais pólos de acção portuguesa na região: as colónias mercantis de Negapatão e S. Tomé de Meliapor, na costa do Coromandel, e a região da costa da Pescaria, onde a missionaçãõ jesuítica entre os *Paravas* levava à criação de uma das maiores comunidades cristãs na Ásia<sup>103</sup>.

Pouco sabemos acerca da chegada das novas do fim da união das Coroas a esta região, exceptuando os dias em que foi jurado o novo rei: 20 de Outubro em S. Tomé de Meliapor e 3 de Novembro em Negapatão<sup>104</sup>. Podemos contudo presumir que a notícia terá chegado a Meliapor (que, por via marítima, se situava mais distante de Goa do que Negapatão) por via terrestre como, de resto, era habitual<sup>105</sup>. É, todavia, interessante dedicar algumas linhas à forma como se procedeu à aclamação de D. João IV em Negapatão. Situado no delta do rio Kaveri, em terras do naique de Tanjavor<sup>106</sup>, este porto tornara-se, nas primeiras décadas do século XVII, a principal base de operações dos mercadores portugueses na costa do Coromandel<sup>107</sup>. No entanto, no dealbar da década de 1640 a prosperidade da povoação fora abalada pelos conflitos em Ceilão e pela perda de Malaca, que punham em causa os negócios dos seus moradores. Para piorar esta situação, em Agosto de 1641, a povoação foi atacada pelas forças do naique Vijay Raghava de Tanjavore (1633-1673), vendo-se os seus moradores obrigados a pagar um avultado resgate a troco da sua retirada<sup>108</sup>.

A povoação ainda mal se refizera desse golpe quando, alguns meses mais tarde, foram ouvidos os primeiros ecos das novas do reino que, curiosamente, terão sido conhecidos por via dos neerlandeses<sup>109</sup>. À semelhança do que aconteceu em Cochim e nas praças do Norte, a notícia da subida ao trono de D. João IV terá sido recebida na povoação com grandes demonstrações de alegria, como refere uma das cartas enviadas pelos seus moradores ao vice-rei:

---

<sup>102</sup> Subrahmanyam (1994)

<sup>103</sup> Subrahmanyam (1995), pp. 368-375 e Županov (2004), pp. 10-19

<sup>104</sup> ANTT., *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 215-215v (Negapatão) e fl. 220 (Meliapor)

<sup>105</sup> Subrahmanyam (1994), p. 66

<sup>106</sup> Naique era o honorífico que designava um chefe militar que governava um território enquanto subordinado de um outro potentado. Depois da derrota do Império de Vijayanagar na batalha de Talikota (1565), alguns naites passaram a agir autonomamente. Entre estes contava-se o naique de Tanjavor, na costa do Coromandel, v. GLA, vol. II, pp. 91-93

<sup>107</sup> Para esta primazia contribuíra indirectamente a instalação da V.O.C. em Paleacate: demasiado próxima da ameaça neerlandesa, a cidade de S. Tomé de Meliapor perderia o seu papel cimeiro face ao porto de Negapatão, mais distante e resguardado, v. Subrahmanyam (1994), pp. 201-225

<sup>108</sup> Cit. Blanco (1992), vol. 2, pp. 444-453

<sup>109</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 214

*“Loguo que vimos a de Vossa Senhoria Recebemos tanta alegria, e todo este pouo que como desasizados de noite e de dia, não auia mais que festas soises e demonstrações de prazer dando graças ao Senhor por tam grandes misericórdias aventeando-se em tudo, os mais velhos aos mancebos apilidando se bem afortunados Em chegarem a Este tempo.”*<sup>110</sup>

Para esta satisfação terá, porventura, contribuído a esperança de se alcançar uma trégua com os neerlandeses. Perspectiva que, no entanto, se revelaria enganadora. Em Abril do ano seguinte uma armada neerlandesa capturava a cidade<sup>111</sup>, obrigando ao pagamento de um novo resgate. A situação tornara-se tão periclitante que o capitão de S. Tomé de Meliapor aproveitou a ocasião para sugerir ao conde de Aveiras que se evacuasse a povoação, recolhendo-se os seus habitantes em Meliapor<sup>112</sup>. Apesar desta proposta ter sido recusada, os moradores de Negapatão ver-se-iam, por força destas adversidades, obrigados a colocar a sua povoação sob protecção da Coroa, aceitando a instalação de uma alfândega em troca de apoios para a sua fortificação e defesa<sup>113</sup>.

## **2.2 – A Restauração e os Reis Vizinhos**

Desde a sua chegada ao Índico os portugueses viram-se confrontados com uma miríade de potências asiáticas com as quais, entre guerras e alianças, se viam obrigados a coexistir se queriam garantir a sobrevivência do Estado da Índia. A estes potentados, colectivamente denominados nas fontes portuguesas por *Reis Vizinhos*<sup>114</sup>, deviam igualmente ser feitos avisos das novas do reino, como ordenava D. João IV nas cartas que escrevera para Goa:

*“De minha restituição a esta Coroa auizareis logo aos Reys uezinhos e amigos, assegurando-lhes que se há de conservar com elles a boa correspondência que havia em tempos dos Senhores Reys Portugueses meus predecessores (...)”*<sup>115</sup>.

A importância atribuída às relações com os vizinhos asiáticos, que esta carta deixa transparecer, não pode de facto ser descurada. Há já algumas décadas que diversos autores têm posto em causa as perspectivas eurocêntricas, que predominavam

<sup>110</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 214

<sup>111</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 119v-121

<sup>112</sup> ACE, vol. II, pp 360-362

<sup>113</sup> Cit. Blanco (1992), vol. 2, pp. 444-453 e ACE, vol. II, pp. 383-387 e ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 119v-121

<sup>114</sup> Para uma panorâmica geral, v. Souza (1994), pp. 29-43, Van Veen (2000), pp. 209-226 e Ames (2000), pp. 149-168

<sup>115</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, 1-4

em grande parte da historiografia tradicional sobre a presença europeia na Ásia. Reconhecendo, como já o fizera o historiador holandês Jacob van Leur na primeira metade do século XX, que a história da presença europeia na Ásia não poderia ser contada apenas do ponto de vista dos europeus, os trabalhos mais recentes têm concedido uma importância crescente às dinâmicas internas da política asiática, questionando a forma como estas influíram nos destinos do Estado da Índia<sup>116</sup>. Para mais, na esteira do trabalho precursor de Panduranga Pissurlencar sobre os agentes da diplomacia portuguesa na Índia<sup>117</sup>, têm sido analisadas as interações entre o Estado da Índia e os potentados asiáticos, desde a correspondência diplomática aos sistemas de informação e espionagem<sup>118</sup>. Estes estudos vêm demonstrando que as autoridades de Goa seguiam com interesse, e por vezes com preocupação, as manobras políticas dos seus vizinhos, não se coibindo de tentar intervir activamente nestas matérias<sup>119</sup>.

Fazer chegar a notícia aos *Reis Vizinhos* era então, como vimos, uma das missões de que o conde de Aveiras se via incumbido. Mas, o que sabemos acerca de como as mudanças na Coroa de Portugal foram recebidas pelos potentados asiáticos que confinavam com o Estado da Índia? Alguns indícios podem ser encontrados na carta escrita pelo vice-rei, no dia 17 de Dezembro de 1641, em que este revelava ter enviado avisos das novas do reino aos *Reis Vizinhos*, mencionado ainda que alguns destes potentados – entre os quais o sultão de Bijapur, o rajá de Cochim e o samorim de Calicute –, lhe haviam respondido com efusivas demonstrações de alegria pelas notícias recebidas<sup>120</sup>. No entanto, apesar destas manifestações de boa vontade, a verdade é que pouco parece ter mudado nas relações das potências asiáticas com o Estado da Índia, reforçando a ideia de que estas eram marcadas, sobretudo, pelo desenrolar dos acontecimentos no palco asiático.

De facto, poucos anos depois de a aclamação de D. João IV ter sido recebida pelo rajá de Cochim com “*grandes demonstrações de amor (...) e grandes festas*”<sup>121</sup>, a correspondência deste potentado com o Estado da Índia atravessava um dos períodos de

---

<sup>116</sup> Van Leur (1955) e Subrahmanyam (1995), pp. 206-207. Esta atenção dada aos contextos asiáticos é omnipresente nas obras de Luís Filipe Thomaz, que foi o precursor dessa perspectiva historiográfica em Portugal.

<sup>117</sup> Pissurlencar (1952)

<sup>118</sup> Ahmad (2008), Saldanha (2005) e Flores (2006)

<sup>119</sup> São exemplares as tentativas levadas a cabo por sucessivos vice-reis de interferir com a liderança do Império Mogol – que era visto como a mais ameaçadora das potências indianas – apoiando pretendentes ao trono do pavão que pudessem destabilizar o império, v. Flores (2005)

<sup>120</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 86-87

<sup>121</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 213-213v

turbulência que ocasionalmente afectavam a aliança<sup>122</sup>. Nesta ocasião, o motivo era a morte do regedor-mor de Cochim – considerado como “*o maior inimigo de nome português, e da religião cristã que quantos auia no malavar*”<sup>123</sup> –, assassinado por um grupo de *casados* moradores na cidade. As relações só voltariam a reatar o seu curso normal depois do envio de uma armada de Goa, que conseguiu encontrar uma saída negociada para a situação<sup>124</sup>. Por seu lado o Império Mogol, cujo soberano era designado pelo conde de Aveiras como “*o mais poderoso Rey que nestas partes visinha com as fortalezas de Vossa Magestade*”<sup>125</sup>, representava uma ameaça sempre presente na mente das autoridades de Goa. A expansão mogol pelas terras do Decão<sup>126</sup> viera sublinhar essa ameaça, que se fazia sentir com especial incidência nas fortalezas da Província do Norte<sup>127</sup>.

Entre as vítimas do expansionismo mogol no Decão encontrava-se o sultanato de Bijapur, o vizinho mais próximo das terras de Goa, cujas relações com o Estado da Índia haviam sido marcadas por sucessivos conflitos, que remontavam à conquista desta cidade em 1510. Este antagonismo apenas se esbateu nos finais do século, quando as primeiras ofensivas mogóis na região começaram a preocupar as autoridades de Bijapur e de Goa, levando a que a correspondência entre as partes se tornasse muito mais cordial<sup>128</sup>. A situação viria, contudo, a mudar em finais da década de 1630<sup>129</sup>. Esta alteração deveu-se, em primeiro lugar, às vitórias dos exércitos mogóis, que obrigaram o sultão a firmar a sua submissão. Por outro lado, o início dos bloqueios neerlandeses a Goa foi acompanhado pelo estabelecimento de uma feitoria da V.O.C. em Vingurla, no território de Bijapur, sete léguas a norte de Goa<sup>130</sup>. O dealbar da década de 1640 foi assim um momento particularmente tenso nas relações com o sultanato. A ameaça representada pela presença da V.O.C. em Vingurla, levou as autoridades portuguesas a enviar esforços no sentido de recuperar as boas graças do Adil Shah<sup>131</sup>. Com esse

---

<sup>122</sup> Ahmad (2008), pp. 154-155

<sup>123</sup> ACE, vol. II, p. 379

<sup>124</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 273-273v

<sup>125</sup> Cit. Blanco (1992), vol. 2, pp. 421-422

<sup>126</sup> Alam e Subrahmanyam (2004)

<sup>127</sup> De facto, em meados de 1642, terão corrido rumores de que forças mogóis se preparavam para atacar Damão, ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 125v-126v

<sup>128</sup> Alam e Subrahmanyam (2004), p. 386, Barendse (2005), pp. 237-244 e Ahmad (2008), pp. 295-296

<sup>129</sup> Ahmad (2008), p. 313

<sup>130</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 62-64

<sup>131</sup> O título de Adil Shah ou Adil Khan (Idalcão nas fontes portuguesas) era utilizado pelos governantes de Bijapur. Durante a década de 1640 o sultanato era governado por Mohammad Adil Shah (1627-1656), v. DHDP, vol. I, pp. 513-517

objectivo foi enviada uma embaixada a Bijapur, oferecendo uma avultada quantia em dinheiro, como compensação pelas perdas infligidas à navegação do sultanato no Golfo Pérsico.<sup>132</sup> Apesar dos confrontos ocasionais não terem cessado, o conde de Aveiras revelava-se satisfeito com os resultados alcançados, referindo numa das suas cartas que, informado da aclamação de D. João IV, o Adil Shah ordenara que esta fosse celebrada “em suas terras com muitas festas, e Luminárias por discurso de dias”<sup>133</sup>.

No cômputo geral, as políticas do Estado da Índia para com os Reis Vizinhos também não parecem então ter sofrido alterações de fundo em relação ao passado mais próximo. Os seus princípios base podem ser encontrados na correspondência trocada entre Lisboa e Goa, nos anos que se seguiram à *Restauração*. Em primeiro lugar apostava-se na manutenção do *status quo*, evitando conflitos e tentando manter boas relações com os vizinhos asiáticos, por via da negociação e da dissimulação das fraquezas do Estado da Índia<sup>134</sup>. Em segundo lugar, pelo menos até que fosse firmado um acordo de paz com os neerlandeses, tornava-se imperativo evitar por todos os meios as alianças entre os Reis Vizinhos e a V.O.C., uma vez que havia a consciência clara dos danos que estas confederações vinham causando aos interesses portugueses<sup>135</sup>.

No entanto, as novas da *Restauração* não deixariam de intersectar algumas das questões e conflitos que animavam as relações diplomáticas com os Reis Vizinhos. Deste modo, a troca de correspondência em torno da aclamação de D. João IV surgiu igualmente como uma oportunidade única de negociação. Um exemplo de como esta oportunidade foi aproveitada é-nos dado pela embaixada enviada a Goa pelo naique Veerabhadra de Ikkeri (1629-1644), em cujo território se encontravam as praças portuguesas da costa do Canará<sup>136</sup>. Havia já alguns anos que este potentado vinha reclamando que a fortaleza de Cambolim<sup>137</sup>, erguida em 1629 por ordem do vice-rei conde de Linhares, fosse desmantelada, recebendo respostas evasivas aos seus pedidos.

---

<sup>132</sup> Sobre a embaixada a Bijapur, v. Ahmad (2008), p. 315 e ACE, vol. II, pp. 312-321

<sup>133</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 74-74v. Um curioso testemunho da forma como a aclamação foi festejada nas terras do sultanato de Bijapur pode ser encontrada numa carta escrita por Joseph Pinto Pereira que então servia como embaixador na corte do Adil Shah, cit. Boxer (1932), pp. 71-72

<sup>134</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 52, fl. 32 e lv. 53, fl. 11

<sup>135</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv 33, fl. 263-263v

<sup>136</sup> A presença portuguesa na costa do Canará compreendia as fortalezas de Onor, Barcelor, Mangalor e Cambolim. A importância geoestratégica da região devia-se não só a produção de pimenta mas, sobretudo, à de arroz, essencial para o abastecimento da cidade de Goa. À semelhança de Tanjore, os naites de Ikkeri haviam ganho a sua autonomia depois da batalha de Talikota (1565), passando desde então a travar um conflito endémico contra o sultanato de Bijapur, v. DHDP, vol. I, pp. 185-187

<sup>137</sup> Encontrando-se num posição estratégica para o controlo da costa do Canará, a fortaleza de São Miguel de Cambolim fora inicialmente construída com o objectivo de substituir a de Barcelor, v. Ahmad (2008), pp. 221-238 e ACE, vol. II, pp. 271-272

A mudança no trono português terá então representado uma oportunidade de voltar a fazer ouvir os seus apelos. Com este objectivo, o naique enviou um embaixador a Goa, que segundo o conde de Aveiras fora despachado “*com pretexto em primeiro lugar de vir dar o parabem da sucessão de Vossa Magestade*”<sup>138</sup>, através do qual reclamava novamente que a fortaleza de Cambolim fosse abandonada ou, em alternativa, que fosse desmantelada a de Barcelor. Contudo, apesar do conde de Aveiras ser da opinião que se devia aceder ao pedido do naique, ambas as fortalezas permaneceriam sob controlo português até à sua conquista pela força na década de 1650<sup>139</sup>.

### 2.3 – Da esperança à desilusão

Se pouco alterou nas relações com os *Reis Vizinhos*, a verdade é que o fim da união ibérica despertou a esperança de que se encerrasse o ciclo de confrontos com os neerlandeses. Uma vez que o conflito se deveria à incorporação do reino na Monarquia Hispânica, os portugueses não viam razão para que este se prolongasse depois da subida ao trono de D. João IV. As ordens de Lisboa iam de encontro a estas expectativas, instando o vice-rei a promover um apaziguamento e informando que se havia enviado uma embaixada às Províncias Unidas a fim de negociar uma trégua<sup>140</sup>. No cumprimento destas ordens, o conde de Aveiras enviou um representante a Hendrik Quast, comandante da armada neerlandesa que bloqueava a barra de Goa, advertindo-o das novas que tivera do reino e propondo que se estabelecesse um cessar-fogo. No entanto, apesar dos esforços de Gaspar Gomes, enviado do vice-rei, e de terem sido apresentados os papéis vindos do reino – alguns deles em língua neerlandesa –, o comandante inimigo recusou-se a retirar os seus navios, alegando que não o podia fazer sem ordem directa dos seus superiores em Batávia<sup>141</sup>.

O impasse manteve-se até que, no dia 22 de Setembro, a segunda embarcação enviada do reino, a *Nossa Senhora da Quietação*, se aproximou da barra de Goa. Avistada pelas embarcações neerlandesas a nau foi imediatamente atacada. Após uma longa refrega, durante a qual pereceu o seu capitão Sancho de Faria, fatalmente atingido por uma lança, a embarcação rendeu-se, sendo capturada pelos neerlandeses. A tomada da *Nossa Senhora da Quietação*, juntamente com a recusa do cessar-fogo sem ordens

---

<sup>138</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 126v-127

<sup>139</sup> Bethencourt (1998a), p. 293

<sup>140</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 1-4

<sup>141</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 90-93;

expressas das autoridades superiores da V.O.C., abalou grandemente a confiança dos portugueses numa trégua imediata. Esta desesperança reflecte-se na carta que, logo a 27 de Setembro desse ano, o conde de Aveiras endereçou a D. João IV, em que dizia que pouco havia a “*esperar da amizade desta gente [os neerlandeses], enquanto não lhes chegar recado certo dos Estados de Hollanda da conclusão das pazes*”<sup>142</sup>.

Este desapontamento não impediu o vice-rei de continuar as negociações com os neerlandeses, cujo comandante se ofereceu para transportar os enviados que ele quisesse enviar a Batávia. Deste modo, em Dezembro de 1641, Diogo Mendes de Brito, fidalgo da Casa Real, e frei Gonçalo Veloso de São José, frade franciscano, partiam de Goa como embaixadores ao governador-geral da V.O.C., com o objectivo de conseguir um cessar-fogo e de, se possível, passar em seguida a Macau onde dariam a conhecer as notícias da aclamação de D. João IV<sup>143</sup>. No entanto, apesar de ter recebido os embaixadores com as dignidades apropriadas, o governador Antonie van Dieman recusou-se a anunciar qualquer cessar-fogo até que fosse recebida em Batávia a confirmação da ratificação da trégua pelos Estados Gerais das Províncias Unidas<sup>144</sup>.

As notícias da ratificação de uma trégua por dez anos<sup>145</sup> chegaram a Goa em Setembro de 1642 e a Batávia no mês seguinte<sup>146</sup>. Contudo, apesar de ter sido enviado um representante da V.O.C. a Goa para tratar da promulgação do cessar-fogo, a situação iria manter-se confusa durante mais alguns meses uma vez que Pieter Boreel, o enviado neerlandês, impôs como condição da publicação da trégua a cedência de territórios controlados pelos portugueses em torno da fortaleza de Galle, na ilha de Ceilão<sup>147</sup>. A recusa do vice-rei em aceitar estas condições levou a que os conflitos se arrastassem até meados de 1644, ano em que um novo representante da V.O.C. em Goa confirmou por fim a promulgação da trégua<sup>148</sup>. Todavia, a calma não chegara para durar. Em 1652 os conflitos reacenderam-se com ainda maior intensidade. Sucessivas derrotas das armas portuguesas em Ceilão culminaram com a queda de Colombo em 1656, após um cerco de mais de um ano<sup>149</sup>. Às perdas na ilha de Ceilão seguiram-se a queda das praças do

---

<sup>142</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 90-93;

<sup>143</sup> *Ibidem*, fl. 75-75v e ACE, vol. II, pp. 327-329

<sup>144</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 115-116v

<sup>145</sup> Sobre as negociações da trégua nas Províncias Unidas v. Prestage (1928), pp. 191-263, Borges de Macedo (1987), pp. 161-177 e Costa (1989)

<sup>146</sup> Boxer (1958), p. 15

<sup>147</sup> Sobre a troca de argumentos entre Pieter Boreel e as autoridades de Goa v. ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 151-188

<sup>148</sup> Boxer (1958), p. 17. Para o texto do tratado, v. CTCP, vol. II, pp. 138-155

<sup>149</sup> Winius (1971), pp. 121-166



Coromandel e da Pescaria, em finais da década de 1650, e das fortalezas do Malabar, entre elas Cochim, que foram tomadas pelos neerlandeses nos primeiros anos da década de 1660. Se a estes revezes juntarmos a tomada de Mascate pelos omanitas e a conquista das praças do Canará pelas forças dos naiques de Ikkeri, verificamos que, em meados da década de 1660, o número de cidades e fortalezas sob controlo do Estado da Índia se vira francamente reduzido<sup>150</sup>.

---

<sup>150</sup> Subrahmanyam (1995), pp. 252-254

### Capítulo 3 – Macau, ou como levar a *Restauração* a outro mundo

Ao longo do capítulo anterior observámos como, a partir de Goa, as autoridades do Estado da Índia se empenharam em fazer chegar a todas as praças os avisos da subida ao trono do duque de Bragança. Mais do que qualquer outra praça asiática, era em Macau que se afigurava mais incerta a forma como estes avisos seriam recebidos. A sua posição periférica e a proximidade geográfica ao arquipélago castelhano das Filipinas contribuíam para esta incerteza, reconhecida quer pelas fontes coevas, quer pela historiografia que fez da aclamação de D. João IV em Macau um dos poucos temas consistentemente estudados num tempo tão pouco trabalhado como o da *Restauração* no Estado da Índia<sup>151</sup>. Apesar de muito do que aqui se afirma se sustentar nesses trabalhos, entre os quais se destacam as obras de Charles Boxer, não deixa de ser útil dedicar algumas páginas a acompanhar a trama de acontecimentos que fez chegar a notícia da *Restauração* a Macau, uma vez que, em certo sentido, esta completa o quadro que temos vindo a traçar nos capítulos anteriores.

#### 3.1 – Uma praça longínqua

A posição excêntrica de Macau – quer em relação a Lisboa, quer em relação a Goa – levava a que as comunicações com a cidade fossem, mesmo nos melhores tempos, morosas e incertas. O crescente domínio que a V.O.C. detinha sobre o estreito de Singapura, que culminaria na conquista de Malaca em Janeiro de 1641, acentuava estas dificuldades de comunicação que, todavia, garantiam às oligarquias mercantis que controlavam a câmara da cidade os benefícios de uma considerável autonomia<sup>152</sup>.

Apesar de periférica Macau era, todavia, uma cidade rica. O comércio com o Japão<sup>153</sup>, que se dizia ser o mais rendoso de todo o Estado da Índia, garantia esta prosperidade que, o entanto, tinha o seu fim à vista. O final da década de 1630 seria de facto marcado por constates sobressaltos que afectaram os interesses da cidade. Na China, não obstante o apoio militar prestado por Macau, a dinastia Ming encontrava-se em plena convulsão, confrontando-se com inimigos internos e externos. O golpe fatal seria, no entanto, o fecho dos portos japoneses, decretado pelas autoridades nipónicas

---

<sup>151</sup> Vasconcelos (1929), Boxer (1932), (1948), pp. 139-154 e (1993), Valladares (2001), (2008) e Penalva (no prelo a) e Curto (2011), pp. 259 e segs.

<sup>152</sup> Contudo, a partir de 1623, o vice-rei passaria a nomear um capitão-mor para Macau, originando acesos conflitos entre as autoridades locais e os oficiais nomeados por Goa, v. Souza (1986), pp. 36-37

<sup>153</sup> Boxer (1989)

em 1639 e sublinhado pela execução de quase toda a tripulação do navio que no ano seguinte foi enviado de Macau a Nagasaki<sup>154</sup>. Perante o encerramento do comércio com Japão os mercadores de Macau viram-se obrigados a realinhar os seus interesses. Esta procura de “novos mercados” levou a um reforço das redes comerciais que mantinham no Sudeste Asiático mas, sobretudo, a um aprofundar da ligação com Manila, porta de acesso à prata da Nova Espanha<sup>155</sup>. Apesar de a relação entre as duas cidades nem sempre ter sido fácil – levando Jorge Flores a caracterizá-la como uma “*curiosa mescla de rivalidades e cumplicidades*”<sup>156</sup> –, o comércio com as Filipinas adquirira uma importância crescente ao longo das décadas de 1620 e 1630, como se verifica pelo facto de, entre 1635 e 1641, os comerciantes macaenses terem enviado em média três navios por ano a Manila<sup>157</sup>.

O advento da revolta de 1 de Dezembro de 1640 fez da relação entre Macau e Manila o objecto de uma considerável ansiedade nas autoridades de Lisboa e Goa. Como fazer chegar as notícias a Macau antes que estas chegassem por via de Manila? Para que lado penderia a lealdade dos moradores da cidade? Questões como estas inquietavam o próprio conde de Aveiras que, numa carta endereçada ao rei, demonstrava a preocupação de fazer chegar rapidamente a notícia a Macau, revelando a necessidade de “*cuidar aquella cidade com a uizinhansa de Manilla*”<sup>158</sup>. Igualmente insistente era o Pe. António Cardim S.J., missionário com longos anos de experiência no Japão, autor de dois memoriais à Coroa em que referia com particular preocupação a necessidade fazer chegar as novas a Macau antes que os mercadores da cidade empenhassem os seus cabedais em Manila, pois se tal acontecesse “*arriscaua-se que aquella Cidade tomasse a voz del Rey de Castella*”<sup>159</sup>.

### 3.2. – António Fialho Ferreira, o protagonista

Nascido em Sesimbra, nos últimos anos do século XVI, António Fialho Ferreira embarcou ainda jovem para o Oriente, instalando-se em Macau nos inícios da década de 1620, onde se tornou um rico negociante com investimentos no comércio com o Japão e com as Filipinas. O florescimento das suas actividades comerciais foi todavia

---

<sup>154</sup> *Treslado da Sentença que el Rey de Jappão deu aos portuguezes no anno de 640*, AHU, Macau, cx. 1, doc. 16, 21/7/1640. Sobre este tema v. Valdemar Coutinho (1999)

<sup>155</sup> Sobre a relação entre as duas cidades, v. Chaunu (1962)

<sup>156</sup> Flores (2000), p. 194-197

<sup>157</sup> Souza (1986), p. 75

<sup>158</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 90-93

<sup>159</sup> Cit. Boxer (1993), p. 149

acompanhado pelo envolvimento em disputas judiciais que o obrigaram a deixar a cidade, partindo para Goa em 1637<sup>160</sup>. Após uma longa viagem por terra, de que fora incumbido pelo vice-rei Pero da Silva, chegou a Madrid em meados de 1640<sup>161</sup>, onde terá aproveitado para – entre apelos à perene necessidade de reforços de que padecia o Estado da Índia – chamar à atenção das autoridades da Monarquia Hispânica para o seu projecto de estabelecer uma ligação comercial em direitura de Macau a Lisboa<sup>162</sup>.

Em finais desse ano, António Fialho estaria já em Lisboa, testemunhando os acontecimentos de Dezembro, no seguimento dos quais se tentou fazer ouvir junto da nova Casa Real. De facto, logo nos primeiros dias de Janeiro de 1641 era levado ao Conselho da Fazenda um papel no qual o fidalgo “macaense” reflectia acerca das utilidades e dificuldades de fazer aclamar D. João IV em Macau. Neste documento António Fialho, que se apresentava como fidalgo da casa real e comendador da ordem de Cristo, sustentava a importância que teria para a nova dinastia garantir a lealdade dos seus vassalos em Macau, cujo comércio seria – nas suas palavras – “*o maior de todo o mundo*”<sup>163</sup>. Insistia igualmente na ameaça que os fortes laços que uniam Macau a Manila representavam, não se podendo descurar o risco de os vassalos macaenses se verem por isso tentados a tomar o partido de Filipe IV. Perante estas dificuldades apresentava um plano de acção no qual ele próprio representaria o principal papel. Alardeando a sua experiência e conhecimento dos mares da Ásia oferecia-se para – a expensas suas – levar em direitura a Macau a notícia da mudança no trono, “*buscando os caminhos mais breves*” e adiantando-se aos emissários castelhanos que se dirigissem a Manila por via da Nova Espanha. Em troca deste serviço requeria o apoio da Coroa para o projecto de estabelecer uma ligação comercial directa entre Macau e Lisboa (evitando assim a passagem por Goa), viagem da qual esperava ser nomeado capitão-mor, juntamente com mercês para o seu filho e para a cidade de Macau<sup>164</sup>.

O parecer do Conselho da Fazenda, conhecido poucos dias mais tarde, era bastante favorável à iniciativa de António Fialho Ferreira. Indubitavelmente os conselheiros viam com bons olhos a possibilidade de, sem qualquer custo imediato

---

<sup>160</sup> Vasconcelos (1929), pp. 12-13

<sup>161</sup> *Idem*, p. 13

<sup>162</sup> Bourdon (1951). Uma proposta semelhante fora avançada na década de 1630 por Francisco Carvalho Aranha, v. Penalva (no prelo b)

<sup>163</sup> *Papel apresentado por António Fialho Ferreira*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 33, 4/1/1641. É de recordar que António Fialho Ferreira não tinha ainda conhecimento da perda do comércio com o Japão e das consequências que esta tivera para os mercadores de Macau.

<sup>164</sup> *Ibidem*

para a Coroa, se poder garantir a lealdade de Macau. Quanto ao projecto de ligação em direitura a Lisboa, apesar de admitirem que “*em outros tempos poderá cauzar reparo a mudança de derota*”, os conselheiros reconheciam a sua utilidade, uma vez que permitiria iludir os ataques neerlandeses no estreito de Singapura. Para mais, lembravam ainda o facto de António Fialho ser cunhado de Lopo Sarmiento de Carvalho, “*hum dos maes ricos fidalgos ou maes rico de todo o Oriente*”<sup>165</sup>. A recomendação do conselho ia então no sentido de se concederem a António Fialho as mercês pedidas, deixando-o partir na sua expedição, o que viria a acontecer antes do final do mês de Janeiro.

### 3.3 – A Viagem

Ao deixar Lisboa, na companhia de um dos seus filhos e de um secretário, António Fialho Ferreira dirigiu-se primeiramente a Londres, onde embarcou num navio da *East India Company* com destino à ilha de Java<sup>166</sup>. Em meados de Setembro alcançava o seu destino, desembarcando no porto de Bantam, onde a E.I.C. tinha uma das suas feitorias. A sua chegada não passaria contudo despercebida. Numa das cartas que remeteu a Lisboa, em finais de 1641<sup>167</sup>, o conde de Aveiras revelava ter tido avisos, por parte de um dos seus agentes em Batávia, da chegada à Insulíndia de três portugueses vindos do reino, os quais identificou como sendo António Fialho Ferreira e os seus companheiros, de cuja missão havia sido avisado pelas cartas de D. João IV<sup>168</sup>. Indubitavelmente os neerlandeses não eram os únicos a fazer uso de intrincadas redes de informação junto dos seus rivais.

Uma vez no Oriente, António Fialho dirigiu-se a Batávia, quartel-general dos interesses neerlandeses na Ásia, onde chegou a 3 de Outubro de 1641, tarde demais na monção para poder passar a Macau. Forçado a permanecer na cidade, António Fialho parece ter travado relações amistosas com o governador-geral da V.O.C., Antonie van Dieman, cruzando-se igualmente com Diogo Mendes de Brito e Frei Gonçalo Veloso que, como vimos anteriormente, haviam sido enviados de Goa como embaixadores para negociar um cessar-fogo com os neerlandeses. Havia igualmente sido encarregados de, se fosse possível, passarem em seguida a Macau onde fariam chegar as cartas que o

---

<sup>165</sup> *Consulta do Conselho da Fazenda sobre o papel apresentado por António Fialho Ferreira*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 33, 7/1/1641

<sup>166</sup> Para o relato da viagem seguimos de perto a descrição de Charles Boxer, v Boxer (1993), pp. 98-100

<sup>167</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 94

<sup>168</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 1-4

conde de Aveiras endereçara à cidade com os avisos da aclamação de D. João IV<sup>169</sup>. Vendo os seus objectivos frustrados pela intransigência dos representantes da V.O.C., Diogo Mendes de Brito confiou a António Fialho as missivas de que era portador, razão pela qual este levava consigo as cartas do vice-rei quando, em Março de 1642, deixou finalmente o porto de Batávia a bordo de um navio neerlandês com destino à Formosa.

### 3. 4 – A Restauração no Sudeste Asiático

Durante a sua estadia em Batávia, António Fialho Ferreira empenhou-se igualmente em fazer chegar as notícias de que era portador à rede de mercadores macaenses que se encontravam espalhados pelos mares do Sul<sup>170</sup>. Conforme refere na carta que escreveu a D. João IV, em que resume as suas acções durante a viagem, terá enviado avisos:

*“ (...) por via dos naturaes da terra, & por mar, como foi a Solor, a Borneo, Iapara, Cambaya, Cochim China, Funquim, Asiam, Capatane & particularmente ao Reyno de Macassar, aonde sempre se achão mercadores portugueses, para que dali com toda a brevidade, se passasse a Manilha terra dos Castelhanos a auizar a gente da cidade de Macao que cada anno ali vai. ”*<sup>171</sup>

No entanto, torna-se hoje muito difícil recuperar a identidade dos agentes que espalharam pelo Sudeste Asiático as novas da subida ao trono de D. João IV. Na maioria dos casos, como refere António Fialho, estes agentes seriam intermediários locais, cujas identidades se perderam no tempo. Outros, como Pascoal Barreto – mercador português radicado em Macassar, que terá feito chegar secretamente os avisos de António Fialho aos comerciantes macaenses em Manila<sup>172</sup> –, eram portugueses cujos negócios os haviam levado a instalarem-se nas ilhas do Sul. Noutros locais, à imagem do que acontecera em Negapatão, foram os próprios neerlandeses que agiram enquanto intermediários. Um desses casos é-nos revelado pelo estudo que Charles Boxer dedicou à figura do fidalgo e mercador Francisco Vieira de Figueiredo<sup>173</sup>, o qual se encontraria no Camboja quando lhe chegaram aos ouvidos as novas do reino. É curioso assinalar que, ainda segundo Charles Boxer, a notícia terá sido recebida pelos portugueses que

---

<sup>169</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 75-75v e ACE, vol. II, pp. 327 – 329

<sup>170</sup> Flores (2000), pp. 197-200 e Souza (1986), pp. 87-123

<sup>171</sup> Cit. Boxer (1993), p. 106

<sup>172</sup> Vasconcelos (1929), pp. 52-55

<sup>173</sup> Boxer (1940)

comerciavam no país dos Khmers com surpresa e até com alguma renitência<sup>174</sup>. Esta reacção, que ostensivamente se devia às dúvidas que levantava uma notícia tão inesperada e ainda para mais chegada por via dos seus rivais neerlandeses é, quiçá, indicadora de que alguns destes homens, muitos dos quais tinham negócios que os ligavam a Manila, prefeririam, pelo menos a princípio, manter uma neutralidade expectante ao invés de se declararem abertamente por uma das partes.

### 3.5 – A Aclamação de D. João IV em Macau

Na tarde de 28 de Maio de 1642, António Fialho Ferreira chegou por fim a Macau. Uma vez na cidade terá passado alguns dias a contactar os seus parentes antes de, na noite de 30 para 31 de Maio, se ter reunido no Senado Câmara com as principais autoridades da cidade<sup>175</sup>. No entanto, a acreditar no relato do padre João Marques Moreira, mesmo antes da sua chegada já correriam rumores da mudança no trono português<sup>176</sup>. Conhecidos por via dos mercadores que comerciavam pelos mares do sul, estes boatos careciam contudo de confirmação, contribuindo apenas para exacerbar as dissensões em que a cidade se encontrava mergulhada, as quais configurariam – na expressão de Diogo Ramada Curto – um verdadeiro “*clima de microconflituosidade*”<sup>177</sup>. A abordagem pormenorizada destes conflitos, cujos contornos têm vindo a ser explorados nos trabalhos de Elsa Penalva<sup>178</sup>, ultrapassa o âmbito deste trabalho, pelo que nos limitaremos a referi-los *en passant*, uma vez que contribuíram para que a aclamação de Macau se revestisse de um carácter particularmente polémico.

A um nível imediato esta polémica relacionava-se com a própria figura do portador da notícia. Pelo seu perfil controverso, que já antes o obrigara a deixar a cidade, António Fialho estava longe de ser uma personagem consensual entre os que se encontravam reunidos nessa noite no Senado da Câmara. Esta falta de consenso encontra-se espelhada nos relatos que nos chegaram acerca de como decorreu a aclamação, que se dividem entre os que defendem o seu protagonismo e os que o minorizam. Todavia, esta contenda limitava-se a realçar as cisões no seio das elites da

---

<sup>174</sup> *Idem*, p. 14

<sup>175</sup> É pelo menos esta a versão dos acontecimentos que transparece da carta que o próprio António Fialho escreveu a Antonie van Dieman, poucos dias depois da sua chegada a Macau. Por sua vez, autores como o padre João Marques Moreira apontam a data de 30 de Maio, eliminando o período de negociações que terá antecedido a assinatura do primeiro termo de obediência, v. Penalva (no prelo a)

<sup>176</sup> João Marques Moreira, *Relação da Magestosa, Misteriosa, e notável Acclamaçam*, p. 164

<sup>177</sup> Curto (2011), p. 260

<sup>178</sup> Penalva (no prelo b) e (2008)

cidade que remontando aos anos anteriores, viriam a ser interceptadas pela chegada das novas da *Restauração*. Dissensões naturais, uma vez que Macau procurava definir a sua posição geoestratégica num quadro de relações que a ligavam a Goa e Lisboa, mas também à China, ao Japão e às Filipinas. Dissensões que, para mais, não se resumiam às lutas de poder no interior da oligarquia mercantil mas que implicavam também cisões nas elites eclesiásticas, confrontando-se o governo do bispado com os religiosos da Companhia de Jesus e os delegados do Santo Ofício<sup>179</sup>. Encontramo-nos então perante uma realidade complexa em que, mesmo entre os jesuítas, tradicionalmente considerados como os principais partidários da *Restauração*, se faziam escutar vozes dissonantes, como a do padre saboiano António Rubino, que antes ainda da chegada das notícias, instara os moradores da cidade a passarem para a jurisdição de Manila<sup>180</sup>.

À luz destes problemas não é de estranhar que os acesos debates travados durante a noite de 30 de Maio de 1642 se tenham prolongado no tempo. De facto, apesar de no dia seguinte ter sido assinado um primeiro termo de obediência a D. João IV<sup>181</sup>, a verdade é que se mantiveram as dúvidas entre muitos moradores cuja lealdade pendia para o partido habsburguês. A imagem transmitida pela *Relação* do jesuíta João Marques Moreira, relatando as demonstrações de alegria e lealdade com que se comemorou a celebração solene da aclamação do novo rei<sup>182</sup>, não deve assim ser lida ao pé de letra, uma vez que procurou construir *a posteriori* um consenso que não parece ter existido. Seja como for, a primeira notícia destes acontecimentos só chegaria a Goa em Fevereiro do ano seguinte, trazida pelo fidalgo e morador da cidade de Macau D. Francisco de Castelo Branco, tendo sido imediatamente remetida para o reino<sup>183</sup>. Por seu lado, António Fialho Ferreira acabaria por rumar novamente a Batávia, de onde, em finais de 1642 embarcou num navio neerlandês que o levou à Europa, trazendo por esta via ao reino as novas de estar D. João IV obedecido como rei legítimo em Macau<sup>184</sup>.

No entanto a aclamação não colocaria um ponto final nas dissensões que pautavam a vida da cidade. Apesar da subida ao trono de D. João IV ter, pelo menos entre alguns moradores, alimentado a esperança de retomar o trato regular com o Japão,

---

<sup>179</sup> Penalva (no prelo b),

<sup>180</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 84-84v

<sup>181</sup> Charles Boxer e Elsa Penalva chamaram já à atenção para a multiplicação de termos de juramento – três entre 31 de Maio e 21 de Junho, com uma considerável variação entre os assinantes – e para o seu significado ao nível das dissensões vividas na cidade, v. Penalva (2008), p. 183

<sup>182</sup> João Marques Moreira, *Relação da Magestosa, Misteriosa, e notável Aclamação*, pp. 165-187

<sup>183</sup> ANTT, *Livros das Monções*, fl. 148-149

<sup>184</sup> Boxer (1993), p. 101



esta ver-se-ia a breve trecho frustrada após o fracasso de uma embaixada enviada de Lisboa com esse fito<sup>185</sup>. As autoridades nipónicas não estavam preparadas para fazer tábua rasa do passado face ao mero argumento do fim da união ibérica. Para mais, à confirmação do encerramento do arquipélago nipónico somava-se agora a perspectiva do fim da ligação às Filipinas. Final esse que, contudo, não seria imediato, uma vez que a prossecução do comércio interessava a ambas as partes<sup>186</sup>. Manila deparava-se nesses anos com os seus próprios problemas, sublinhados, em finais de 1639, pela revolta da comunidade chinesa da cidade<sup>187</sup>. Debelada de forma sangrenta, esta revolta não deixaria de ter consequências ao nível das relações com os comerciantes chineses. Foi nesse contexto que, a 13 de Julho de 1642, o galeão oriundo da Nova Espanha aportou à cidade trazendo consigo os reforços esperados, mas também as novas da rebelião de Portugal<sup>188</sup>. Não obstante o facto dos portugueses que se encontravam na cidade – permanecendo mesmo depois dos avisos feitos por Pascoal Barreto – terem reafirmado a sua lealdade à Monarquia Hispânica e repudiado publicamente a secessão, esta notícia não poderia deixar de preocupar as autoridades das Filipinas e o seu governador, Don Sebastián Hurtado de Corcuera. Apoiadas por aqueles que em Macau lhes eram favoráveis, estas autoridades não deixariam de envidar esforços para que a cidade regressasse à obediência de Filipe IV.

Neste sentido, logo em Novembro de 1642, chegou a Macau uma expedição enviada por Manila. Esta contava com meia centena de soldados que traziam na sua companhia os mercadores portugueses que ainda se encontravam nas Filipinas<sup>189</sup>. Apesar de, em última instância, os castelhanos terem sido aprisionados e os seus líderes remetidos para Goa, a verdade é que esta ocasião terá novamente revelado as fissuras no seio das autoridades locais<sup>190</sup>. Quanto aos portugueses embarcados nos navios castelhanos, o registo da reunião do Conselho de Estado da Índia do dia 17 de Março de 1643 revela-nos que, apesar de na sua maioria se terem ido “*retratar dizendo que a fidelidade que pometerão foi por se verem livres de manilla, e que jurarão e aclamarão*

---

<sup>185</sup> *Carta de Ponciano Lanços de Abreu para D. João IV*, AHU, Macau, cx. 1, doc. 19, 4/11/1642. Sobre a esperança de recuperar o comércio nipónico e a embaixada ao Japão v. *Avisos de alguãs couzas necessarias pera a embaixada de Jappão*, AHU, Macau, cx. 1, doc. 24, 9/12/1643, Boxer (1939) e Flores (2000), pp. 217-221

<sup>186</sup> Mesmo em Goa, de onde inicialmente se ordenara a cessão imediata do comércio com Manila, o vice-rei acabaria por recomendar, em meados da década de 1640, que se procurasse a continuação deste trato de forma dissimulada, v. HAG, *Livro dos Segredos*, lv. 1, fl. 77v

<sup>187</sup> *Relação da insurreição chinesa*, pub. TPI, vol. XXIX, pp. 208-258

<sup>188</sup> *Carta [anónima] escrita em Manila a 25 de Julho de 1642*, pub. TPI, vol. XXXV, pp. 123-124

<sup>189</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 51, fl. 205, 207 e 217-218

<sup>190</sup> *Relação das novas das Filipinas de 1643 e 1644*, pub. TPI, vol. XXXV, pp. 176-184

*por nosso verdadeiro natural Rey e senhor a magestade delRey nosso senhor dom Joam o quarto*” alguns “*fazião a parte dos castelhanos*”<sup>191</sup>. É então fácil pressupor que, no seu conjunto, todos estes factores terão contribuído para que a cidade permanecesse imersa em conflitos até meados da década seguinte<sup>192</sup>.

---

<sup>191</sup> ACE, vol II, p. 401

<sup>192</sup> Valladares (2001), pp. 70-72 e Penalva (2008), p. 177

## Capítulo 4 – Agentes, cartas e mercês

Ao longo das páginas anteriores procurámos acompanhar, com algum detalhe, os processos que levaram as notícias da *Restauração* a Goa e às restantes praças do Estado da Índia. Esta análise a “voo de pássaro” chama-nos imediatamente à atenção para a importância de atentar às cartas, aos seus remetentes e destinatários, e aos agentes que protagonizam a circulação da informação<sup>193</sup>. Torna-se assim essencial interpretar quer a heterogeneidade das situações encontradas, quer os pontos de convergência que interligam as aclamações de D. João IV nas praças do Estado da Índia. Ao longo do próximo capítulo tentaremos então uma leitura comparada dos casos apresentados, sistematizando a sua análise em torno de três eixos principais: os agentes e espaços de mediação da informação, a diversidade de meios de comunicação e dos seus usos e, por fim, a forma como esta circulação de notícias em torno da mudança no trono intersectou as dinâmicas sociais de um império estruturado em torno de uma economia social baseada na graça e nas mercês régias<sup>194</sup>.

### 4.1 – Intermediários e contextos de recepção

A revolta que originou a secessão do reino de Portugal da Monarquia Hispânica foi, em certo sentido, um acontecimento facilmente localizável no tempo, a manhã do dia 1 de Dezembro de 1640, e no espaço, a cidade de Lisboa. Partindo desta simples constatação, o historiador Rafael Valladares procurou interpretar o processo de adesão das praças asiáticas à causa do duque de Bragança, afirmando que esta fora conseguida pela reprodução em cada cidade e fortaleza do “golpe de estado” original. Segundo o modelo que propôs, os avisos do reino seriam primeiramente revelados a um grupo restrito de autoridades – cuja fidelidade seria de alguma forma esperada – antes de serem proclamados publicamente, quando o seu reconhecimento fosse já tido por assegurado<sup>195</sup>. À primeira vista, este modelo parece estar de acordo com os exemplos que acompanhamos ao longo dos capítulos anteriores. Em praças como Chaul, Baçaim e Damão<sup>196</sup> as novas foram efectivamente reveladas em primeira-mão às autoridades civis e eclesiásticas da cidade, surgindo recorrentemente as câmaras municipais como espaço onde se davam a conhecer as cartas do rei e do vice-rei. Longamente consideradas como

---

<sup>193</sup> Curto (2011), p. 264

<sup>194</sup> Hespanha (2009), p. 55

<sup>195</sup> Valladares (2001), p. 79

<sup>196</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 168-169, 179-179v e 183-184

instituições estruturantes do império, as câmaras parecem assumir então um importante papel neste processo<sup>197</sup>.

No entanto, o reconhecimento das virtualidades deste modelo não deve obscurecer as cambiantes que marcaram a aclamação de D. João IV no Estado da Índia. Desde logo porque, apesar do controlo que procurava ter sobre a circulação de pessoas entre o reino e o Estado da Índia (e vice-versa)<sup>198</sup>, a Coroa estava longe de conseguir deter um monopólio absoluto sobre as informações que corriam no Índico. Só assim se explica a prevalência de rumores e de circuitos informais de divulgação das novas, que nos levam a assistir a situações em que os neerlandeses agiram como intermediários. Para mais, parece redutor equiparar de forma linear os diferentes contextos locais. Apesar de grande parte dos desafios que o Estado da Índia enfrentava no início da década de 1640 serem comuns às diferentes praças asiáticas, a verdade é que se faziam sentir com intensidade variável nas diferentes cidades e fortalezas. Esta especificidade acentuava-se porque as próprias autoridades de cada povoação, dos agentes da Coroa às elites locais, representavam grupos bastante heterogéneos entre si<sup>199</sup>.

Num universo em que mercadores, missionários e espiões contribuíam frequentemente para a circulação das informações, os próprios intermediários surgiam como um grupo profundamente heterogéneo. Homens como António Fialho Ferreira, João Rodrigues de Sá e Menezes ou o *patamar* anónimo que levou as novas a Cochim – que, nas contingências de um momento confuso e delicado fizeram chegar as cartas de D. João IV a diferentes praças do Estado da Índia –, não podem ser considerados sem atender as suas características individuais. Separa-os a diversidade das razões que fizeram deles intermediários das novas e o modo como agiram no cumprimento dessa missão. Separa-os igualmente a forma como foram recebidos por aqueles a quem estavam encarregues de fazer chegar a notícia<sup>200</sup>. Para explicar as particularidades de que a aclamação de D. João IV se revestiu em diferentes locais parece assim ser necessário ter em conta a interacção entre as condicionantes gerais, as conjunturas

---

<sup>197</sup> Sobre a importância das câmaras v. Boxer (1965) e Bicalho (2001)

<sup>198</sup> Em Janeiro de 1642 o Conde de Aveiras queixava-se que o capitão de Baçaim enviara um correio por terra sem a sua autorização, o que ia contra as ordens expressas da Coroa para que se controlassem tais viagens, ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 160

<sup>199</sup> Assim, parafraseando Niklas Luhmann, devemos partir do princípio que o sentido da comunicação só pode ser compreendido em função do contexto da sua recepção, v. Luhmann (2006), p. 42

<sup>200</sup> No caso de António Fialho, como já referimos, as polémicas em torno das suas acções passadas condicionaram a forma como as novas que trazia foram recebidas em Macau, v. Capítulo 3 da primeira parte deste trabalho.

locais e o comportamento dos intermediários da notícia. Só a partir deste tipo de abordagem se poderá compreender o que estava em jogo para quem aclamava e para quem fazia aclamar.

#### **4.2 – Meios de comunicação: cartas e rumores**

Como temos vindo a aludir, o período que se seguiu à chegada das notícias a Goa foi marcado por uma intensa circulação de informação. Das cartas enviadas de Lisboa para uma miríade de destinatários mais ou menos oficiais, aos avisos feitos a partir de Goa às diferentes cidades e fortalezas do Estado da Índia, passando pelas repostas e contra-respostas a estas iniciativas, encontramos-nos perante uma inusitada profusão de actos comunicativos em torno do reconhecimento de D. João IV como rei legítimo. Em parte esta intensificação da comunicação deveu-se ao estímulo da própria Coroa, tendo sido remetidas ordens ao conde de Aveiras para que este reenviasse a Lisboa os autos de levantamento de D. João IV nas diferentes cidades e fortalezas do Estado da Índia, para que estes registos fossem guardados na Torre do Tombo<sup>201</sup>.

Mas, que meios foram utilizados para assegurar esta comunicação? A importância do que o historiador britânico John Elliott denominou como um “governo pelo papel”<sup>202</sup>, tem vindo a ser corroborada pelos estudos dedicados à relevância da correspondência enquanto dispositivo que permitia à Coroa governar os territórios ultramarinos<sup>203</sup>. Todavia, quando falamos da importância da correspondência para a difusão das novas mudanças no Estado da Índia torna-se necessário analisar sob que formas esta importância se consubstanciou. Quem as remeteu? A quem eram dirigidas? Quem assegurou a sua chegada ao destino? Que diferentes formas foram utilizadas por cada um destes actores? Antes de responder a estas questões, é importante ressaltar que o envio dos avisos do reino ao Estado da Índia deu origem a uma troca de correspondência da qual apenas uma ínfima parte chegou até aos nossos dias. Enviadas para Goa (excepção feita aos casos de Moçambique, Onor e Macau) as cartas régias foram subsequentemente reenviadas aos seus diversos destinatários nas diferentes fortalezas, sendo normalmente acompanhadas por outras missivas da parte do vice-rei. A estas missivas temos ainda que acrescentar as respostas dos seus destinatários – representando de diversas formas a sua satisfação com as notícias recebidas – e, mais

---

<sup>201</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 1-4

<sup>202</sup> Elliott (2002), p. 170

<sup>203</sup> Santos (2009), p. 192

tardiamente, os agradecimentos do próprio monarca pela lealdade demonstrada. Devemos ainda manter em mente que todo este circuito era marcado por condicionantes muito próprias, devido às distâncias que separavam a Índia do reino e Goa das restantes povoações e ao risco das mensagens se poderem extraviar ou ser interceptadas. Estas condicionantes pautavam as relações entre a Coroa e os seus vassalos, originando um desfasamento temporal entre o que se sabia no reino e o que se sabia na Índia.

Feita esta nota prévia, é necessário reconhecer a importância das cartas de D. João IV, uma vez que foram elas que determinaram a sua aclamação como rei e senhor legítimo nas praças asiáticas. Igualmente importantes eram as cartas enviadas pelo vice-rei, dada a posição de Goa enquanto capital do Estado da Índia e exemplo a seguir pelas restantes cidades e fortalezas. Sabemos inclusivamente que em Chaul o capitão da cidade foi instando a reconhecer o novo monarca com o argumento de que “*a cabeça que era a cidade de Goa; e o conde de Aveiras visorrei deste estado*” o tinham feito<sup>204</sup>.

Um segundo dado incontornável é a heterogeneidade dos destinatários destas cartas. Apesar da diversidade dos canais de comunicação entre o rei e os vassalos que o serviam na Ásia ter diminuído desde os primórdios do Estado da Índia – à medida que o seu aparelho se institucionalizava<sup>205</sup> –, a verdade é que as características próprias de um império de Antigo Regime favoreciam a proliferação de interlocutores da Coroa<sup>206</sup>. A necessidade de comunicar directamente com um conjunto alargado de indivíduos, grupos e instituições, tornava-se ainda mais premente dadas as circunstâncias particularmente delicadas que marcavam a subida ao trono de D. João IV. Encontramos assim, entre as respostas às cartas régias, missivas assinadas pelos representantes da Câmara de Goa<sup>207</sup> e do *Povo de Diu*<sup>208</sup>, e por indivíduos aparentemente tão diversificados como Gil Eanes de Noronha, capitão de Chaul<sup>209</sup>, Francisco de Melo de Castro, apaniguado da casa de Bragança<sup>210</sup>, ou o Provincial dos Franciscanos<sup>211</sup>. Para mais, não ser o destinatário de uma das cartas do rei era causa de profundo desapontamento, como nos demonstra uma petição enviada por Luís de Freitas de

---

<sup>204</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 168-169

<sup>205</sup> Rodrigues e Lobato (2006), p. 47

<sup>206</sup> Santos (1999), pp. 323-324

<sup>207</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>208</sup> *Carta da Cidade de Dio*, AHU, Índia, cx. 24, doc. 136, 21/12/1642

<sup>209</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 162-162v

<sup>210</sup> *Carta de um servidor da Casa de Bragança sobre a aclamação e outros negócios da Índia*, AHU, Índia, cx. 24, doc. 137, 21/12/1642

<sup>211</sup> *Carta do Provincial de S. Francisco*, AHU, Índia, cx. 24, doc. 148, s. d.

Macedo – que exercera o cargo de vedor da fazenda do Estado da Índia até ter sido desapossado por ordem de D. João IV – na qual este fidalgo se lamentava dizendo:

“ (...) como Vossa Magestade me não mandou leuantar o castigo que me mandou dar nem foy seruido de me mandar escreuer carta da satisfação com que me achei na aclamação de Vossa Magestade; e no juramento do Príncipe nosso Senhor (...), como se fez a todos os fidalgos, e Cavaleiros que andão na índia, nem tenho licença para me ir prostrar aos Reaes pes de Vossa Magestade”<sup>212</sup>.

Por fim, é igualmente importante referir os usos dados a estas missivas. Dotadas de um poder simbólico que ia para além do seu conteúdo imediato<sup>213</sup>, as cartas régias concediam ao seu portador um considerável prestígio. No entanto, a capacidade de capitalizar este prestígio em favor de estratégias de afirmação pessoal variava consoante a identidade do intermediário. António Fialho Ferreira parece então ter sido, entre os diferentes agentes cujas acções observámos, aquele que de forma mais consistente procurou capitalizar em seu favor o estatuto de portador das cartas de D. João IV. Uma vez chegado a Macau, António Fialho tentou claramente utilizar o estatuto de agente régio para tentar reconfigurar em seu favor os equilíbrios de poder na oligarquia macaense, que antes o haviam obrigado a deixar a cidade<sup>214</sup>. Esta estratégia – que, como indica Diogo Ramada Curto, confundia qualquer divisão linear entre interesse da Coroa e interesse próprio<sup>215</sup> –, prosseguiria mesmo depois da sua viagem de regresso ao reino, ilustrada pelo facto de a carta que António Fialho enviou ao rei, relatando a viagem que fizera a Macau e o papel que desempenhara em garantir a sua aclamação nessa cidade, ter sido impressa logo em Novembro de 1643, alardeando assim perante um público mais alargado o quão meritórias haviam sido as suas acções<sup>216</sup>.

A importância da correspondência na difusão das novas da aclamação de D. João IV pelas cidades e fortalezas do Estado da Índia não deve, contudo, ensombrar o importante papel desempenhado neste processo pelas formas orais de comunicação<sup>217</sup>. Estas assumiam desde logo um importante papel enquanto facilitadoras de uma

---

<sup>212</sup> *Carta de Luís de Freitas de Macedo queixando-se dos agravos que sofrera*, AHU, Índia, cx. 28, doc. 102, 23/12/1643

<sup>213</sup> Santos (2009), p. 173

<sup>214</sup> De resto, para além do seu estatuto como portador das cartas régias, António Fialho apresentava à cidade de Macau dois projectos de ligação comercial – a Batávia e a Lisboa – a partir dos quais procurava recuperar a sua influência nos destinos da cidade, v. Penalva (no prelo a)

<sup>215</sup> Curto (2011), p. 260

<sup>216</sup> Boxer (1993), pp. 105-112

<sup>217</sup> Sobre a coexistência e integração de meios de comunicação oral, escrita e visual durante o século XVII, v. Bouza (1999), pp. 15-39 e Briggs e Burke (2008), pp. 13-60

“literacia mediada”<sup>218</sup> exemplificada pela leitura pública das cartas de D. João IV para que todos os ouvintes pudessem ter conhecimento do seu conteúdo. Eram igualmente importantes ao nível dos actos formais de juramento e aclamação do novo rei. Mas são sem dúvida os boatos e rumores que surgem como a forma de comunicação oral por excelência, permitindo que as novas do reino se adiantassem aos seus intermediários oficiais – como aconteceu em Negapatão e Macau – e chegassem até destinatários remotos, e à partida improváveis, como os mercadores portugueses que comerciavam no Camboja. O caso mais interessante talvez tenha sido todavia o do Golfo Pérsico. Alguns dias depois de ter chegado a Damão, João Rodrigues de Sá e Menezes endereçou uma carta ao Conde de Aveiras relatando os sucessos da sua viagem. Nesta sua missiva lamentava não ter podido fazer chegar a notícia ao Golfo Pérsico – conforme lhe tinha sido ordenado – uma vez que em Chaul corria o rumor que a fortaleza de Mascate tinha sido tomada por forças castelhanas, o que impedira o envio de uma embarcação de aviso. Apesar de não dar crédito a tais boatos, João Rodrigues revelava, no entanto, que a palavra das novas do reino havia de alguma forma chegado ao estreito, escrevendo: “*o que por aquy ouço e se tem por serto he que em Mascate e no estreito se sabe já a nova de termos Rey português*”<sup>219</sup>. Todavia, apesar da importância que tiveram, os rumores careciam da credibilidade que só as cartas do rei e do vice-rei detinham. É bastante revelador que em nenhuma das praças aonde os ecos das alterações que haviam ocorrido no reino chegaram por vias informais as autoridades se tenham apressado em jurar solenemente D. João IV, apenas o fazendo depois de recebidos os avisos oficiais<sup>220</sup>.

#### 4.3 – Aclamação e negociação.

O circuito percorrido pelos avisos da *Restauração* entre Lisboa e o Estado da Índia não se afigurava como um momento de comunicação unilateral – por parte de uma Coroa que se limitava a informar os seus vassallos das alterações que haviam ocorrido no reino –, mas sim como um verdadeiro diálogo entre actores sociais<sup>221</sup>. Antevendo desde já uma temática que será desenvolvida ao longo da segunda parte deste trabalho, observamos como este campo de diálogo possibilitava que as relações de poder fossem

---

<sup>218</sup> Briggs e Burke (2008), p. 27

<sup>219</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 182

<sup>220</sup> Ao contrário do que parece ter acontecido em algumas povoações do reino onde D. João IV foi aclamado mesmo antes da chegada dos anúncios oficiais, sendo essa aclamação “espontânea” utilizada como argumento de petição junto da Coroa, v. Curto (2011), p. 266

<sup>221</sup> Seguimos aqui a definição do sociólogo Manuel Castells que integra actores individuais, actores colectivos, organizações, instituições e redes, v. Castells (2009), p. 10



disputadas e negociadas<sup>222</sup>. Encontramo-nos assim perante um jogo político com múltiplos protagonistas e diferentes interesses, no qual a *Restauração* representaria uma possibilidade de reconfiguração, por mínima que fosse, dos equilíbrios de poder e uma oportunidade de fazer valer reivindicações antigas.

Assim se explica que, na grande maioria das cartas remetidas à Coroa pelos diferentes grupos, indivíduos e instituições do Estado da Índia, as demonstrações de regozijo pela subida ao trono de D. João IV surgissem lado a lado com reclamações face ao passado e pedidos de concessão de mercês, como observamos anteriormente na carta remetida a Lisboa pelos moradores de Diu<sup>223</sup>. Ao percorrer as consultas dos serviços prestados pelos vassallos da Coroa portuguesa na Ásia durante este período, deparamo-nos com inúmeros exemplos de pedidos de mercê em que o comportamento dos requerentes no reconhecimento do novo rei – mesmo estando longe de ser o único, ou sequer o principal, argumento – era referido entre os motivos pelos quais estes mereciam ser agraciados com as mercês pedidas. Entre estes exemplos conta-se a representação de António de Brito Pacheco, capitão da fortaleza de Moçambique em 1641, que reivindica em seu favor o facto de ter sido o primeiro a aclamar D. João IV no Estado da Índia<sup>224</sup>.

Os impactos da *Restauração* ao nível da comunicação com a Coroa não se resumiram, todavia, à argumentação directa com os serviços prestados na aclamação de D. João IV. De uma forma mais abrangente, a mudança no trono português parece ter

---

<sup>222</sup> A concepção de relações imperiais como estando baseadas na “autoridade negociada” mais do que na força coerciva do centro sobre a periferia foi defendida por Jack Greene a partir do estudo da América britânica. Uma abordagem semelhante tem sido desenvolvida pela historiografia luso-brasileira das últimas décadas, baseando-se sobretudo nos trabalhos de António Manuel Hespanha, v. Greene (1994), e os artigos coligidos em Fragoso, Bicalho e Gouvêa (2001) e Souza, Furtado e Bicalho (2009). Para este trabalho partimos dessas reflexões sem contudo deixar considerar estas relações de poder como sendo recíprocas, mas assimétricas.

<sup>223</sup> Ver Capítulo 2. De resto, já há alguns anos, António Manuel Hespanha referiu que a análise dos capítulos das Cortes de 1641 demonstravam sobretudo a preocupação dos representantes das povoações do reino em recuperar privilégios e resolver disputas locais, v. Hespanha (1993a)

<sup>224</sup> *Representação de António Brito Pacheco*, AHU, cód. 79, fl. 143v-144. De resto, os representantes da Misericórdia da Moçambique utilizariam uma argumentação semelhante, alegando que “*se este prezidio foy tam bem afortunado que mereseo a Deus ter Rey e natura Senhor. E o primeiro que o aclamou com tantas festas e alegria, deve tambem ser remido de avexaçois que ministros de hum Rey tirano que o governava lhe tem posto*”, v. *Carta da Misericórdia de Moçambique*, AHU, Moçambique, cx. 2, doc. 35, 5/10/1643. Veja-se também o caso do Arcebispo Primaz D. Francisco dos Mártires, que, segundo o Conde de Aveiras, era digno de todo o favor uma vez que este prelado: “*na aclamação e juramento de Vossa Magestade, ouuve de maneira que deue Vossa Magestade com muita rezão mandar lhe agradecer os Leais procedimentos que nisto teue.*”, v. ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 80-80v. Igualmente interessante é a petição de Gaspar Gomes, que fora não só o comandante da almadia que primeiro encontrara o patacho de Manuel de Lis como, dias mais tarde, seria enviado pelo conde de Aveiras para anunciar as novas do reino às embarcações neerlandesas que bloqueavam a barra de Goa, v. *Petição de Gaspar Gomes, cavaleiro de Santiago e cavaleiro fidalgo da Casa Real*, AHU, cód. 501, fl. 180-182v

alimentado a expectativa de que os pedidos de mercê passariam a ser atendidos com maior assiduidade, correspondendo deste modo às esperanças dos vassallos que serviam na Índia, os quais vinham, ao longo dos anos, lamentado a pouca atenção que Madrid concedia aos seus requerimentos<sup>225</sup>. O próprio conde de Aveiras, numa carta escrita em Dezembro de 1641, reflectia sobre esta questão dizendo:

*“Nesta ocasião em que Deus foi servido de nos restituir por Rey a Real Pessoa de Vossa Magestade tem se animado todos seus vassallos a lhe pedir merções porque as esperão da grandeza de Vossa Magestade”*<sup>226</sup>.

Consciente de que a aclamação de D. João IV pelas praças asiáticas era uma demonstração de lealdade cuja continuidade, no longo prazo, importava garantir, a Coroa não deixaria de tentar responder a estas expectativas. Receando que a distância e a incerteza das comunicações pudessem suscitar dúvidas quanto ao sucesso da guerra na Europa, o Conselho Ultramarino – criado em 1642 com alçada sobre os negócios das “partes ultramarinas”<sup>227</sup> – sugeria então que se enviassem regularmente ao Estado da Índia (e particularmente às praças mais periféricas como Macau) avisos da segurança do reino e da boa saúde do monarca. Recomendava ainda que se respondesse aos pedidos de mercê com a generosidade e a liberalidade esperadas, para que não esfriasse o ânimo dos vassallos em servir a nova Casa Real<sup>228</sup>.

---

<sup>225</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 84v

<sup>226</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 119

<sup>227</sup> Sobre o Conselho Ultramarino, v. *maxime* Barros (2008)

<sup>228</sup> *Consulta do Conselho Ultramarino sobre se mandar mercê às pessoas de Macau*, AHU, Macau, cx. 1, doc. 21, 4/1/1643. Como indica Pedro Cardim, um rei “ingrato” que não respeitasse o “mecanismo de entreaajuda e distribuição afectuosa de que tanto dependia o grupo”, prestava-se a ser motivos de sério desapontamento e contestação, o que ia exactamente contra os interesses da Coroa nesse momento de consolidação de uma nova dinastia, v. Cardim (2000), p. 380

## ***A Restauração e o Estado da Índia I. Um balanço***

Os últimos anos da década de 1630 e os primeiros da seguinte foram um período particularmente difícil na história do Estado da Índia. Perante o relativo desinteresse das autoridades de Madrid<sup>229</sup>, as posições portuguesas na Ásia viram-se obrigadas a enfrentar a dupla ameaça dos rivais europeus e dos potentados locais. Apesar de, segundo os estudos de Artur Teodoro de Matos<sup>230</sup>, as finanças do Estado da Índia apresentarem ainda saldos positivos na década de 1630 – compensando-se a perda de algumas rotas e alfândegas com novas rendas e tributos –, esta ameaça não deixaria de representar uma pressão acrescida sobre o tesouro de Goa, de modo que à crónica falta de efectivos militares se passaria a somar a “escassez de moeda”<sup>231</sup>. Devemos contudo ter algum cuidado antes de considerar estes dados como sintomas de uma enfermidade que afectava o Estado da Índia, uma vez que queixas semelhantes – lamentando a falta de cabedais e de recursos humanos – se faziam igualmente ouvir no reino e na Península Ibérica em geral<sup>232</sup>. De resto, as décadas centrais de seiscentos assistiram sobretudo a uma reconfiguração da presença portuguesa na Ásia. Esta passaria, cada vez mais, a sustentar-se em domínios de base territorial, num processo que remontava já ao século anterior e à instalação na Província do Norte e nos territórios de Salcete e Bardez.

Foi neste contexto que as notícias do golpe de 1 de Dezembro de 1640 e da subida ao trono de D. João IV chegaram ao Estado da Índia. Se, como pressupôs Serge Gruzinski, 1640 representou o fim de um espaço caracterizado pela circulação de gentes, mercadorias e informações entre as “quatro partes do mundo”<sup>233</sup>, a verdade é que esse cair de pano, marcado pela a difusão das novas da *Restauração*, é um dos mais acabados exemplos de como um evento político seiscentista se podia, de certo modo, *mundializar*. Ao longo das páginas anteriores procurámos acompanhar os mecanismos que marcaram esse processo de difusão das notícias do fim da união ibérica. Observámos assim como garantir o reconhecimento do novo rei pelas conquistas ultramarinas se tornou uma das prioridades da nova Casa Real e como, na prossecução deste esforço, os avisos do reino foram enviados a Goa e, mais tardiamente, a Macau.

---

<sup>229</sup> Valladares (2006), p. 42

<sup>230</sup> Matos (1994), pp. 69-71

<sup>231</sup> Barendse (2005), pp. 256-259. Para tal terá contribuído a atomização contabilística e a descentralização da fazenda, limitando os recursos disponíveis para lidar com as ameaças redobradas que pairavam sobre o Estado da Índia, v. *maxime* Miranda (2007)

<sup>232</sup> Oliveira (1991), pp. 49-95

<sup>233</sup> Gruzinski (2004), p. 30-32

Acompanhámos também como – quase sempre a partir da capital do Estado da Índia – estas notícias foram enviadas a cada uma das praças portuguesas, através de diferentes meios e agentes. Nesta abordagem procurámos também atentar à identidade destes agentes e reconhecer a heterogeneidade dos circuitos, formais e informais, de comunicação, perscrutando as rotas percorridas pela difusão da notícia. Procurámos por fim identificar os mecanismos que marcaram as aclamações sem, no entanto, perder de vista as contingências e as especificidades que caracterizavam os diferentes contextos locais.

Deixámos todavia para o final a constatação mais óbvia – mas, simultaneamente, também mais paradoxal – que perpassou esta análise: todas as cidades, fortalezas e lugares do Estado da Índia, independentemente da sua heterogeneidade e das especificidades que marcaram a chegada da notícia a cada uma delas, acabaram por reconhecer D. João IV como seu monarca legítimo. Mesmo se tivermos em conta as referências que fizemos à ambiguidade da posição do vice-rei e às polémicas que rodearam a aclamação em Macau, a verdade é que o silêncio das fontes em relação a qualquer tipo de resistência ou recusa em reconhecer o novo rei é, de certa forma, ensurdecedor<sup>234</sup>. A natureza dos registos trabalhados, na sua maioria cartas oficiais e termos de aclamação, pode em parte explicar este silêncio, mas não parece ser suficiente enquanto único factor explicativo.

A situação torna-se ainda mais surpreendente se a compararmos com o que estava a ocorrer, mais ao menos no mesmo período, nas colónias atlânticas da Coroa britânica. O confronto que se iniciou nas ilhas britânicas na década de 1640, opondo as facções realista e parlamentarista, acabou por pôr em causa a legitimidade da Casa de Stuart e da própria monarquia. Tanto as colónias britânicas no Atlântico, como o Estado da Índia passaram assim, quase simultaneamente, pela experiência de viver na periferia num momento de profunda incerteza no centro. Todavia, ao contrário das praças portuguesas na Ásia, os domínios britânicos na América e nas ilhas atlânticas não aderiram em bloco a um dos lados do conflito. De facto, apesar de ambas as facções terem apoiantes no mundo atlântico e de tanto o parlamento como o rei terem tentado aliciar as colónias para que se juntassem à sua causa, a verdade é que, em muitos dos

---

<sup>234</sup> Uma das poucas referências a resistências encontra-se no processo movido contra Manuel de Ramos, superintendente da fazenda das praças do norte, acusado de proferir “*com liberdade algumas palavras de pouca fidelidade*” e afirmar a sua lealdade a Filipe IV, na ocasião da chegada a Baçaim das novas da subida ao trono de D. João IV, v. HAG., *Livro dos Segredos*, lv. 1, fl. 52

casos, as autoridades locais reagiram com prudência, procurando manter uma neutralidade expectante face ao desenrolar do conflito<sup>235</sup>. Estamos assim perante uma resposta diametralmente oposta a que tiveram as praças do Estado da Índia. Como explicar estas diferenças?

Parte da resposta poderá passar pela especificidade das colónias britânicas e pelas características distintivas do conflito. Os domínios atlânticos dos Stuart estavam ainda nos seus primeiros anos e o seu grau de institucionalização era consequentemente menor do que o do Estado da Índia<sup>236</sup>. A presença da Coroa britânica nos assuntos coloniais era relativamente diminuta e a inexistência de um governo unificado, semelhante ao que o vice-rei exercia a partir de Goa, levava à criação de diferentes estruturas políticas, algumas das quais detinham uma considerável autonomia. Por outro lado, a disputa entre parlamentaristas e realistas constituía uma verdadeira guerra civil, com partidários de ambas as facções nos três reinos britânicos e em quase todas as colónias atlânticas, gerando um clima de conflituosidade interna para o qual contribuíam os factores de divisão religiosa.

No caso do Estado da Índia a situação era diferente. Desde logo porque as notícias da *Restauração* chegaram ao Oriente por iniciativa da Coroa portuguesa, sendo acompanhadas por instruções concretas quanto ao comportamento que as autoridades locais deviam ter, ao contrário do que aconteceria nas colónias britânicas onde os rumores das alterações no reino circulariam sem serem acompanhados por ordens emanadas do centro político<sup>237</sup>. De resto, apesar de, como vimos, ter corrido a notícia do apresto de navios que partiriam de Cádis para a Índia na tentativa de garantir que os vassalos orientais permaneceriam leais a Madrid, a verdade é que essas embarcações parecem nunca ter chegado a partir. A estratégia da Monarquia Hispânica assentaria, ao invés, na tentativa de recuperar o reino de Portugal, esperando que as conquistas ultramarinas pudessem então ser retomadas sem qualquer resistência<sup>238</sup>. Deste modo a nova dinastia não parece ter tido muitas dificuldades em estabelecer a sua autoridade sobre o Estado da Índia. Não podemos então deixar de citar algumas das questões levantadas por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, no segundo volume da *História da Expansão Portuguesa*, acerca da existência (ou não) de alternativas ao

---

<sup>235</sup> Para uma abordagem do contexto Atlântico da guerra civil britânica, v. Pestana (2004)

<sup>236</sup> Para uma perspectiva comparada entre os domínios portugueses e britânicos, v. Bethencourt (2010), pp. 233-240 e 258-263

<sup>237</sup> Pestana (2004), pp. 213-214

<sup>238</sup> Valladares (2001), p. 71

reconhecimento, pelas praças asiáticas, da situação política consagrada no reino, quer em 1580, quer em 1640<sup>239</sup>. De facto, a prevalência de fortes laços económicos, militares, políticos, familiares e clientelares, que interligavam as diferentes partes do império – embora não necessariamente numa lógica centro/periferia –, reduziam as possibilidades de uma dessas partes agir de forma oposta à “cabeça”, ou seja o reino. Não seria então de forma inocente que a Câmara de Chaul, no termo que fez sobre o recebimento das novas da *Restauração*, declararia que a aclamação de D. João IV não merecera qualquer deliberação, uma vez que “*o reino de Portugal cuia colonia era este estado da india; e de cuios socorros dependia a sua comseruação avia em grande conformidade obedecido*”<sup>240</sup>. Neste sentido, não será surpreendente verificar que as situações mais incertas, nomeadamente o caso de Macau, surgiram em regiões periféricas em relação aos centros decisórios de Lisboa e de Goa, onde a uma maior tradição de autonomia e a uma menor dependência face ao reino, se somava a proximidade geográfica da praça castelhana de Manila.

Poderemos então concluir que as novas da *Restauração* foram recebidas de forma unânime no Estado da Índia? Tem sido esta a leitura de grande parte da historiografia ao longo do último século. E, no entanto, será que não podemos encontrar opiniões e objectivos divergentes entre os que aclamaram D. João IV? Como podemos interpretar os ritos e as cerimónias de juramento do novo rei? Que discursos foram produzidos para legitimar esta opção política? Como se relacionaram com diferentes tensões à escala local e imperial? É a estas e outras interrogações que a segunda parte deste trabalho procura responder a partir de uma análise aprofundada das circunstâncias que marcaram a aclamação de D. João IV na cidade de Goa.

---

<sup>239</sup> Bethencourt e Chaudhuri (1998), pp. 276-283

<sup>240</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 168

## Parte 2

### **A aclamação de D. João IV em Goa: cerimónias, discursos e práticas**

*“We still have some monuments, but we no longer know the world that required them; we still have some words, but we no longer know the utterances that sustained them; we still have some images, but we no longer know the gazes that gave them flesh; we have descriptions of rites, but we no longer know their phenomenology or their exact efficacy value.”*

Georges Didi-Huberman, *Confronting Images*, University Park, Pa: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 38

A centralidade de Goa na ordem política do Estado da Índia levou a que a cidade assumisse um papel fulcral ao nível da circulação das novas da subida ao trono de D. João IV. Esta foi uma das constatações que emergiram da primeira parte deste trabalho, ao longo da qual procurámos investigar os circuitos percorridos por estas notícias a caminho das diferentes praças portuguesas na Ásia. Como tal, a nossa análise incidiu sobre um espaço geográfico alargado – desde a costa oriental africana até ao extremo oriente –, enfatizando uma visão panorâmica marcada por *close ups* pontuais. Pelo contrário, esta segunda (e última) parte restringe-se a uma escala “micro”, procurando averiguar a forma como a cidade de Goa e os seus moradores vivenciaram a chegada das notícias da *Restauração*. A escolha do objecto de estudo é, de certo modo, a menos original. A bibliografia sobre Goa é vastíssima, incidindo sobre diversos aspectos da história política, social, económica e religiosa da cidade<sup>241</sup>. Mas, no entanto, a verdade é que a conjuntura da *Restauração* na capital do Estado da Índia está ainda por explorar.

Localizada na ilha de Tiswadi, separada da costa do Concão pelos rios Mandovi e Zuari, a cidade de Goa apresenta-se então como um “laboratório” a partir do qual procuraremos observar as dinâmicas que presidiram à aclamação de D. João IV. Neste sentido, a nossa análise passa, em primeiro lugar, por situar a cidade na intersecção de três planos distintos. Goa era, desde logo, a “cabeça” da presença portuguesa no Oriente. O processo através do qual a cidade se assumiu como *alter ego* asiático de Lisboa, magnificamente descrito por Catarina Madeira Santos, levou a que Goa se tornasse na capital da malha administrativa do Estado da Índia. Era nesta cidade que residia o vice-rei e que se reuniam as instâncias centrais da administração da Justiça e da Fazenda. Para mais, a esta centralidade político-administrativa somava-se, desde meados do século XVI, a sua posição enquanto metrópole religiosa e sede da presença das ordens religiosas na Ásia<sup>242</sup>. Porém, num plano mais abrangente, a capital do Estado da Índia era parte integrante da Coroa de Portugal. Apesar da sua considerável autonomia – para a qual contribuía, sem dúvida, a distância que separava a Índia de Portugal –, a jurisdição de Goa estava subordinada à da capital do reino<sup>243</sup>. Sendo assim, a cidade inscrevia-se numa realidade geopolítica mais vasta que, a partir da união dinástica de 1580, passou a ser a Monarquia Hispânica. As repercussões desta inscrição

---

<sup>241</sup> Entre a vasta bibliografia dedicada à cidade de Goa, v. Thomaz (1994), pp. 245-289, Souza (1994), Santos (1999) e Xavier (2008)

<sup>242</sup> Santos (1999), pp. 153-316 e Županov (2004), pp. 5-10

<sup>243</sup> Santos (1999), pp. 317-326



não deixariam de se sentir ao nível do Estado da Índia, estando na origem de novas oportunidades e de novos desafios à presença portuguesa na Ásia<sup>244</sup>. Por outro lado, a cidade de Goa integrava-se igualmente na realidade geopolítica asiática e nas suas dinâmicas próprias, surgindo como o palco privilegiado das relações diplomáticas com os *Reis Vizinhos*<sup>245</sup>. Por fim, num plano mais restrito, Goa – com o seu *hinterland* rural que abrangia as ilhas de Tiswadi, Chorão e Dívar e as províncias de Salcete e Bardez – era um espaço em que conviviam diferentes jurisdições e grupos sociais. Oficiais régios, *casados*, religiosos e *naturais da terra* eram apenas alguns dos grupos que influíam nas dinâmicas desta região, marcada por práticas de dominação, conversão e resistência, mas também de colaboração e negociação<sup>246</sup>.

Como é que a capital do Estado da Índia celebrou a aclamação do novo rei? Como interpretou a nova situação política? De que modo é que esta influenciou os equilíbrios de poder da cidade? Estas são algumas das interrogações que norteiam o nosso inquérito. A demanda de respostas a estas perguntas obriga-nos, no entanto, a procurar um caminho entre duas constatações aparentemente antagónicas. No decurso das páginas finais da primeira parte deste trabalho, observámos que os laços estruturais que interligavam os diferentes territórios da Coroa de Portugal impeliam as cidades e fortalezas do Estado da Índia a seguirem as opções políticas do reino. Perante estas condicionantes, como devemos interpretar a ideia, sustentada por Edval de Souza Barros, de que a adesão das praças ultramarinas à causa restauracionista se deveu a uma “*configuração muito diversificada de interesses locais*”<sup>247</sup>? Uma forma de escapar a este dilema é assumir que, dentro dos limites impostos pelo feixe de relações que entretecia o império e pela cultura política coeva, o número de possibilidades com que se deparavam os actores sociais da cidade de Goa era muito variado<sup>248</sup>. Os diferentes grupos e instituições locais – cujas crenças e aspirações estavam longes de ser convergentes – surgem assim como actores (e não como meros espectadores) da aclamação de D. João IV.

O nosso objectivo passa então por interpretar os significados que estes actores

---

<sup>244</sup> Subrahmanyam (1995), pp. 164-172 e Barros (2008), pp. 35-81

<sup>245</sup> Santos (1999), pp. 236-242 e 287-291

<sup>246</sup> Souza (1994) e Xavier (2008). Para uma descrição da paisagem geográfica e social dos territórios de Goa em meados da década de 1630, v. António Bocarro, *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações*, v. 2, pp. 126-180

<sup>247</sup> Barros (2008), p. 102

<sup>248</sup> Esta ideia baseia-se, em parte, nos trabalhos que ao longo dos últimos anos têm pensado a relação entre *estrutura* e *evento*, v. Sahlins (1985), pp. 136-156 e Koselleck (2006), pp. 133-145

sociais conferiram ao fim da união dinástica. Neste sentido, acompanharemos três momentos que marcaram a aclamação de D. João IV. O primeiro capítulo será dedicado às cerimónias com que a subida ao trono do novo rei foi celebrada em Goa, interpretando os actos e os sentidos que lhes foram atribuídos nos diferentes relatos e descrições. Por sua vez, o segundo capítulo representará uma tentativa de recuperar alguns dos tópicos a partir dos quais a ruptura com a Monarquia Hispânica foi legitimada no Estado da Índia, investigando as estratégias discursivas que presidiram a esta justificação. Por fim, no terceiro capítulo, a nossa atenção recairá sobre o plano da experiência, partindo da análise de três episódios para caracterizar a forma como diferentes grupos e instituições se posicionaram perante a nova situação política.

## Capítulo 1 – A aclamação de D. João IV em Goa. Cerimónias e relatos.

A 11 de Setembro de 1641 – três dias passados desde a chegada das novas da *Restauração* –, a cidade de Goa engalanou-se para celebrar a aclamação e juramento de D. João IV como seu rei e senhor natural. Cumpria-se deste modo a vontade do novo monarca, o qual, nas primeiras cartas que enviara para a Índia depois do seu alçamento ao trono, ordenara que a cidade de Goa, juntamente com as restantes praças do Oriente, reconhecesse formalmente a sua subida ao trono<sup>249</sup>. Como podemos interpretar a sequência de actos que marcaram esta celebração? Quais os seus significados e leituras? A resposta a estas e outras perguntas passa, em primeiro lugar, por reconhecer que as cerimónias de aclamação podiam ser vistas como formas ritualizadas de comunicação política, não se afastando completamente de algumas das temáticas que abordámos na primeira parte deste trabalho<sup>250</sup>. Contudo, a sua importância não se esgotava na propagação de uma notícia ou de uma mensagem emanada do centro político. Enquanto momento de representação e de celebração, a cerimónia permitia imaginar a comunidade e remetia para uma variedade de elementos próprios da cultura política coeva. Neste sentido, as últimas décadas têm assistido a proliferação de estudos que, na senda das obras seminais de Marc Bloch e Ernst Kantorowicz, têm procurado interpretar as relações entre o poder, as cerimónias e a cultura política das monarquias europeias durante a época moderna<sup>251</sup>. A tentativa de esclarecer os actos que marcaram a aclamação de D. João IV tem então, obrigatoriamente, que passar pelo reconhecimento destes trabalhos e da forma como estes filtraram as contribuições de diferentes ciências sociais.

### 1.1 – O desafio da historiografia

É inegável que, sobretudo a partir da década 1970, as análises antropológicas e sociológicas têm vindo a exercer um atractivo cada vez maior sobre a produção historiográfica, fornecendo dispositivos epistemológicos e metodológicos que ajudaram a definir a *Nova História Cultural*. Seria hoje inimaginável aproximarmo-nos de um tema como as cerimónias políticas nas monarquias de Antigo Regime sem ter em conta

---

<sup>249</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 1

<sup>250</sup> Vivo (2007), p. 175. Já há algumas décadas Michel Foucault referia que o ritual era, *latu sensu*, uma forma de comunicação que procurava controlar e delimitar os participantes e os seus gestos e discursos, v. Foucault (1971), pp. 13-14

<sup>251</sup> Bloch (1983) e Kantorowicz (1997) Entre a extensa bibliografia dedicada a estes temas, v. Strong (1986), Curto (1991) e (2011), pp. 179-295, Megiani (2004) e Buescu (2010)

uma diversidade de estudos clássicos, que vão desde as interpretações mais funcionalistas de Durkheim, em que as cerimónias são colocadas ao serviço da coesão no seio da comunidade, até à noção, avançada por Clifford Geertz, de um *Estado-Teatro*, em que a ritualização era, ela mesma, o objecto final do poder<sup>252</sup>. No entanto, apesar da sua importância, estas contribuições não podem deixar de ser problematizadas. Desde logo, pela dificuldade de acompanhar simultaneamente os desenvolvimentos das diferentes disciplinas que para o bem ou para o mal, se têm vindo a especializar cada vez mais. Só assim será possível evitar o risco de simplificar as contribuições de outras áreas de saber pois, como lembra Frederick Cooper, citar Geertz ou Turner – por mais inspiradores que sejam os seus trabalhos –, não é automaticamente sinónimo de um domínio aprofundado da antropologia e das suas diferentes correntes e teorias<sup>253</sup>. Para mais, os trabalhos do medievalista francês Philippe Buc têm vindo a alertar para os riscos epistemológicos de não problematizar a adopção da linguagem das ciências sociais para interpretar fenómenos históricos, questionando a utilização do conceito de *ritual* para caracterizar comportamentos políticos medievais e chamando à atenção para o facto das realidades textuais com que um historiador lida – entre as quais as descrições e relatos de cerimónias – não serem, à partida, semelhantes aos relatórios de campo de um antropólogo ou de um sociólogo<sup>254</sup>.

Longe de implicar qualquer cepticismo em relação ao objecto de estudo, ou às inúmeras virtudes de uma abordagem interdisciplinar, estas ressalvas representam um esforço para caracterizar o campo em que a nossa análise se insere. O passo seguinte será, então, uma tentativa de localizar as festas de aclamação no universo das cerimónias da monarquia portuguesa durante o Antigo Regime. Seguindo a definição de Bluteau, estas corresponderiam a momentos de “*nomeação publica de Príncipe, Rey, Emperador, com aprovação, & applauso do povo*”<sup>255</sup>. Elaborando sobre este tema, Pedro Cardim procurou, num estudo recente, analisar o significado destas ocasiões à luz da cultura política coeva. Desdobrando-se em diferentes actos sequenciais – a nomeação, o juramento pelo qual o novo rei confirmava que iria respeitar as leis fundamentais do reino, o reconhecimento do monarca pelos três estados e, por fim, a aclamação pública – a cerimónia reencenaria os momentos fundacionais do reino, renovando os vínculos que

---

<sup>252</sup> A bibliografia é, mais uma vez, extensa. A título de exemplo, v. Durkheim (1960), Geertz (1980), Kertzer (1988) e Turner (1995)

<sup>253</sup> Cooper (2005), pp. 5-6

<sup>254</sup> Buc (2001)

<sup>255</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 1, p. 71

interligavam o rei e o corpo político. Estes vínculos, simultaneamente morais e jurídicos, pressupunham a fidelidade ao rei, mas também o reconhecimento de que este deveria governar em prol do bem comum, contribuindo para a *naturalização* da ideia de uma sociedade hierárquica mas orgânica, ordenada pela vontade divina<sup>256</sup>.

Prevalecem contudo alguns obstáculos à interpretação dos actos de aclamação e juramento de D. João IV em Goa. O mais imediato prende-se com a incapacidade de aferir a eficácia das cerimónias do dia 11 de Setembro de 1641 e a forma como foram vivenciadas por quem a elas assistiu. Desta incapacidade decorrem diferentes riscos. Desde logo, a tentação de ver as cerimónias como reflexos da ordem e coesão social, esquecendo os conflitos e dissensões que estas ocultam<sup>257</sup>. Mas também o risco de fazer equivaler directamente a participação nas festividades a um reconhecimento fervoroso do novo monarca<sup>258</sup>. Uma segunda dificuldade deve-se à escassez de análises dedicadas às cerimónias ocorridas nas conquistas ultramarinas e à forma como estas contribuíram para a estabilidade da ordem imperial. Se, no que toca à América espanhola e ao Brasil, alguns estudos recentes têm caminhado nesse sentido, a verdade é que são quase inexistentes as abordagens de cerimónias políticas no Estado da Índia<sup>259</sup>.

## 1.2 – “*A feliz acclamação del Rey Dom João o IV*”

Este breve périplo historiográfico deixa-nos mais preparados para enfrentar as questões enunciados no início do capítulo. Antes, porém, é necessário recordar que a aclamação de D. João IV se revestiu de uma especificidade muito própria. O ciclo *natural*, em que à morte do rei se seguiam as cerimónias fúnebres e a aclamação do seu herdeiro, viu-se bruscamente interrompido pela rebelião de 1 de Dezembro de 1640. Sendo assim, a proclamação da lealdade da cidade de Goa a D. João IV não se limitava a reflectir o amor dos seus moradores pelo monarca e a renovar os laços de obediência que os ligavam à Coroa. Significava também, de uma forma bastante clara, a ruptura dos vínculos a um rei, Filipe IV, que dezoito anos antes havia sido aclamado pela cidade como seu senhor legítimo. Implicava portanto uma escolha, mais ou menos consciente,

---

<sup>256</sup> Cardim (2002)

<sup>257</sup> Kertzer (1988), p. 62 e segs.

<sup>258</sup> Diogo Ramada Curto alerta para a possibilidade das demonstrações de alegria pela subida ao trono de D. João IV poderem representar um tipo de “*rito sem crença*”, v. Curto (2011), p. 266

<sup>259</sup> Para o Brasil e para a América colonial espanhola, v. Jancsó e Kantor (2001), Osorio (2009) e Voigt (2011). Em relação ao Estado da Índia, as abordagens mais consistentes encontram-se no texto de Diogo Ramada Curto sobre a aclamação de D. João IV em Macau e, sobretudo, nas páginas de Catarina Madeira Santos sobre a corte dos vice-reis em Goa e sobre o seu cerimonial, v. Santos (1999), pp. 211-278 e Curto (2011), pp. 259-274

entre manter a obediência à Casa de Áustria ou apostar no sucesso da revolta. Como foi então celebrada esta ocasião?

11 de Setembro de 1641. Por volta das três horas da tarde, o vice-rei da Índia, D. João da Silva Telo e Meneses, deixou a sua residência na fortaleza da cidade, na companhia da gente da sua casa e dos principais fidalgos, desembargadores e ouvidores, atravessando as ruas apinhadas de gente em direcção à Sé Catedral. Na frente do cortejo caminhava o *tanadar-mor*<sup>260</sup> com a gente da terra, seguindo pela guarda do vice-rei. À porta da Sé, que fora ornamentada com panos de seda e carmesim e onde fora erigido um teatro, no topo do qual se encontrava uma imponente cadeira, encontravam-se os vereadores, juízes e procuradores da cidade e dos mestres, enquanto no seu interior aguardava o arcebispo primaz, na companhia do cabido. Caminhando para o interior da Sé, o vice-rei foi aspergido com água benta e rezou diante da Capela do Santíssimo Sacramento, antes de subir ao teatro, sentando-se na cadeira que fora preparada para esse efeito. Diante de si, à beira dos degraus, reuniam-se os três estados da cidade. À direita do vice-rei, os eclesiásticos. À esquerda, os fidalgos e ministros da Coroa. E ao centro, os representantes da cidade. Depois de ter sido escutado um discurso, proferido pelo chanceler Luís Mergulhão Borges, em que se proclamava a legitimidade do novo rei e a lealdade e amor que lhe eram devidos por todos os seus vassallos, o vice-rei ajoelhou-se diante de um missal e de um crucifixo e jurou a sua lealdade a D. João IV, jurando em seguida, em nome do monarca, que iria respeitar todos os privilégios, graças e mercês dos vassallos que o serviam em Goa. Diante do mesmo missal juraram em seguida o arcebispo primaz, em seu nome e em nome de todas as pessoas eclesiásticas da Índia, e o capitão da cidade, por si e pelos demais capitães do Oriente. Surgiu em seguida uma disputa de precedências entre os representantes da cidade e os fidalgos, acabando o vice-rei por decidir que jurariam primeiramente os vereadores e ministros da cidade e só depois os fidalgos e oficiais da Coroa.

Finalizado o juramento, o capitão da cidade desenrolou a bandeira real – que trouxera consigo desde o início da cerimónia – anunciando em voz alta por três vezes: *“Real, Real, Real, pelo muito alto, e muito poderoso Rey Dom João o 4º deste nome nosso Senhor em Portugal”*, sendo acompanhado pelos vivas de todo o povo. O vice-rei e os seus acompanhantes saíram então para o exterior da Sé, na mesma ordem por que

---

<sup>260</sup> O *tanadar-mor* era o oficial encarregado da captação dos direitos e tributos pagos pelas comunidades rurais da ilha de Tiswadi, onde se localizava a cidade de Goa, v. GLA, vol. 2, pp. 351-353

tinham chegado, caminhando em cortejo pelas principais ruas da cidade, parando diante do edifício da Misericórdia, na Rua Direita e no terreiro da fortaleza, para repetir a mesma saudação de “*Real, Real, Real*”, enquanto se faziam ouvir as salvas de artilharia dos fortes da barra.

Tentámos aqui reproduzir sucintamente a forma como o secretário do Estado da Índia, André de Salema, descreveu os acontecimentos que marcaram o juramento e levantamento de D. João IV em Goa<sup>261</sup>. A tentativa de interpretar os significados dos actos descritos obriga-nos, porém, a recuar até 9 de Setembro de 1641, dia em que as novas do reino se começaram a difundir pelas ruas da cidade. Nessa manhã os ministros da Câmara, na companhia do capitão, dos oficiais da Casa dos Vinte e Quatro e dos fidalgos, prelados e demais cidadãos – constituindo, segundo nos é dito, “*hum corpo místico*” –, dirigiram-se à sala grande da fortaleza onde, na presença do vice-rei e do seu conselho, reconheceram D. João IV como seu rei e senhor natural<sup>262</sup>. Sendo ponto assente que era necessário proceder com brevidade aos actos de levantamento e juramento do novo rei, o conde de Aveiras terá solicitado ao secretário que “*descubriçe nos papeis da Secretaria exemplo de semelhante acto, que servisse de modelo a esta acção, ajustandonos nella com o que sempre se fez*”<sup>263</sup>. A cerimónia deveria assim marcar uma continuidade e seguir as formas tradicionais. Mas, em que pensaria o vice-rei ao dar estas ordens? O modelo mais imediato seria, à partida, a aclamação de Filipe IV, em 5 de Fevereiro de 1623, ocasião mais recente em que um rei fora aclamado na cidade. A consulta do auto de levantamento desse monarca confirma, de resto, esta intuição. Desde os actores sociais presentes à ordem das suas acções, passando pelo aparato simbólico e pelos espaços percorridos, as semelhanças entre ambas as descrições são assombrosas. Até mesmo a disputa de precedências entre a cidade e os fidalgos se encontra já presente na cerimónia de 1623, com o mesmo desfecho<sup>264</sup>. Neste sentido, pelo menos ao nível formal, ambas as cerimónias apresentam poucas diferenças, apresentando-se como o colocar em cena de um enredo previamente fixado.

Todavia, a aclamação de Filipe IV não seria o único modelo disponível para as cerimónias. As semelhanças entre as duas ocasiões tornam-se, quiçá, mais

---

<sup>261</sup> *Auto do Levantamento da Magestade d’El Rey Dom João quarto*, BPADE, cód. CXVI/2-11, doc. 6

<sup>262</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>263</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa*, 1643, p. 26

<sup>264</sup> ACE, vol. I pp. 152-157. De resto, poucos dias antes do juramento de Filipe IV na cidade, o vice-rei D. Francisco da Gama mandara registar a ordem que se deveria seguir durante a cerimónia, a qual parece ter seguida de forma bastante próxima em ambas as aclamações, v. APO, fasc. 2, pp. 242-243

compreensíveis se tivermos em consideração que Goa, enquanto capital do Estado da Índia, era uma cidade há muito acostumada a ser palco de cerimónias e solenidades. Uma e outra vez, as suas principais ruas foram percorridas por cortejos e procissões, cujo percurso se aproximava bastante daquele que foi seguido na aclamação de D. João IV<sup>265</sup>. Assumindo diferentes encarnações, estes momentos de celebração pública foram sendo incorporados na vida, nas sociabilidades e na geografia da cidade. Documentos como o regimento onde se fixava a ordem com que cada novo vice-rei deveria ser recebido na cidade, não se limitavam a definir os protagonistas, as precedências e o percurso do cortejo. Deixavam também indicações precisas acerca do ordenamento do espaço urbano, instituindo rotinas e comportamentos convenientes nas ocasiões festivas<sup>266</sup>. Não faltariam então modelos para as celebrações, embora estas procurassem reproduzir uma dialéctica entre o respeito pela tradição e a espontaneidade das demonstrações de alegria.

O estatuto da cidade enquanto capital do Estado da Índia ajuda-nos também a compreender as diferenças entre a aclamação de D. João IV em Goa e nas restantes praças do Oriente<sup>267</sup>. Se, como observamos na descrição de André de Salema, o rei ausente se tornava presente em Goa através de dispositivos simbólicos como a bandeira real – à semelhança do que acontecia nas restantes cidades e fortalezas –, a verdade é que a sua comparência era também assegurada pelo vice-rei, no qual haviam sido delegados os *regalia* próprios da figura do monarca. Deste modo, como demonstrou Catarina Madeira Santos, o vice-rei estava apto a representar o papel do rei, assumindo os seus gestos e atributos nas cerimónias de poder<sup>268</sup>. Assim se explica que, como vimos, o conde de Aveiras jurasse em nome do rei que as liberdades e mercês dos vassallos seriam respeitadas. Para mais, a preeminência de Goa levava também que o arcebispo primaz jurasse a sua lealdade por todas as dioceses do Oriente e que o capitão da cidade o fizesse por todas as restantes capitánias, até que estas o pudessem confirmar.

Longe de representar o fim das celebrações, o levantamento de D. João IV foi apenas o início de mais de um mês de festividades, que se prolongaram até ao juramento

---

<sup>265</sup> Santos (1999), pp. 248-278. Sobre as festas religiosas em particular, v. Županov (2004), pp. 7-10

<sup>266</sup> Ordenava-se então aos meirinhos que tivessem “*muita conta com fazer dar lugar e afastar a gente*” e indicava-se que as casas situadas nas ruas principais deveriam ter as janelas “*alcatifadas, e as portas enrramadas, e tudo ornamentado o mais ricamente que poder ser*”, v. APO, fasc. 2, pp. 221-226

<sup>267</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 166-166v (Chaul), fl. 177-177v (Baçaim) e fl. 183-186 (Damão)

<sup>268</sup> Santos (1999), pp. 245-248



do príncipe herdeiro D. Teodósio, a 20 de Outubro<sup>269</sup>. Desde logo, através de actos solenes, como a Exaltação da Santa Cruz na igreja dos jesuítas, no dia 14 de Setembro, e a acção de graças em agradecimento pelas novas do reino, realizada na Sé Catedral, em que os fiéis puderam escutar um sermão proferido pelo próprio arcebispo primaz Momentos como estes revestiam-se de uma importância capital, contando com a presença das principais autoridades da cidade<sup>270</sup>. Mas também, através de manifestações de cariz mais “popular”, como as que nos são descritas na seguinte passagem:

*“Continuauaõ neste tempo as festas publicas, assy de dia de touros, carreiras, disfarçes, pera mayor aluoroço de todos. Como de noite, de encamizadas lustrozas, & aparatozas, & de luminarias que duraraõ quinze dias contínuos, acompanhando as ilhas circunvizinhas, & ainda os Mouros, & gentios da terra firme ouuerão, que deuião concorrer nestes applauzos como fizeraõ pello contentamento que também receberaõ com a venturoza noua”*<sup>271</sup>.

De certo modo, estas demonstrações parecem representar o “outro lado do espelho” face aos actos solenes que referimos anteriormente. Os seus protagonistas não são nomeados da mesma forma e os espaços onde se realizam parecem também ser outros. Seria, porém, simplista partir desta constatação para a enunciação de uma dicotomia entre comportamentos considerados “populares” e outros, mais solenes, que seriam próprios das elites<sup>272</sup>. Desde logo, porque estas demonstrações eram, também elas, pensadas e ordenadas previamente, como se verifica pela consulta do, já citado, regimento de entrada dos vice-reis em Goa, no qual são enumeradas algumas das manifestações festivas com que estes deviam ser recebidos, a saber: “*huã follia de oyto pessoas muito estreitada e lustrosa*”; “*huã dança de siganas*”; “*outra dança de mourisca*”; e ainda “*outra dança darcos*”<sup>273</sup>. Os festejos dos dias que se seguiram à aclamação de D. João IV não deixariam, então, de completar a representação da alegria da cidade, alegria essa que era exteriorizada na exuberância dos festejos.

Permanece, todavia, a questão: como interpretar essa “*grande e geral alegria*” com que, segundo o vice-rei, a subida ao trono do novo rei havia sido recebida em

---

<sup>269</sup> Estas celebrações terão começado por quinze dias de iluminações e festas que culminaram numa procissão pelas ruas da cidade, com o vice-rei e o arcebispo à cabeça, v. *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>270</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedee na cidade de Goa*, pp. 34-35

<sup>271</sup> *Idem*, p. 38

<sup>272</sup> Curto (1993), p. 141

<sup>273</sup> APO, fasc. 2, p. 225

Goa<sup>274</sup>? Seria a expressão fiel do sentimento dos moradores perante o fim da união dinástica? Ou seria antes um reflexo de comportamentos normativos previamente estabelecidos? Uma saída possível para este dilema passa, simultaneamente, por questionar a espontaneidade das celebrações e por matizar o monopólio da Coroa sobre os significados das cerimónias, lembrando que estas poderiam ser encaradas como ocasiões de diálogo e negociação, no seio das quais conviviam mensagens alternativas à mera exaltação do poder régio e da sua legitimidade. Neste sentido se, por um lado, as festividades dramatizavam um corpo político orgânico e permitiam, pela sua repetição nas diferentes localidades do reino e das conquistas, imaginar a união das partes em torno da legitimidade de D. João IV, estas poderiam igualmente ser vistas como um momento de afirmação da cidade e daqueles que a representavam<sup>275</sup>.

### 1.3 – Uma realidade textual

Estas diferentes leituras estendiam-se, por maioria de razão, aos relatos escritos no seguimento da aclamação. Mais do que reconstruir as sequências de actos que estes procuravam descrever, o desafio que propomos é, então, o de encarar estes relatos enquanto realidades textuais<sup>276</sup>. Desde logo porque, longe de reflectirem de forma acrítica acontecimentos presenciados, estas narrativas (como quaisquer outras) construíram leituras interpretativas das cerimónias e dos seus significados. Leituras essas que, provavelmente, se basearam tanto nos comportamentos normativos expectáveis e nas referências da cultura política em que se inseriam, como na reprodução exacta das contingências da ocasião. Para mais, se a performance era efémera, a sua relevância estava longe de se esgotar no momento. Em primeiro lugar, porque o público perante o qual se representava a alegria e fidelidade da cidade – entre o qual se contava, acima de todos os outros, o próprio rei –, não se resumia a quem se encontrava em Goa nesse momento. Ora, não podendo presenciar directamente as festividades, restava a esse público a opção de as testemunhar de forma indirecta, através dos relatos e descrições que procuravam perpetuar a sua memória. Em segundo lugar, porque essa mesma dimensão performativa interagiu com dimensões textuais – como observámos na ordem dada pelo vice-rei para que se encontrassem textos que

---

<sup>274</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl 72-73v

<sup>275</sup> Diogo Ramada Curto refere as diferentes leituras que a aclamação de D. João IV poderia adquirir – por parte do poder central e por parte dos representantes do poder local –, considerando que o seu significado seria, acima de tudo, o de “*afirmar a presença do grupo que a produz*”, v. Curto (2011), pp. 265-266

<sup>276</sup> Buc (2001), pp. 3-4, Curto (2011) e Voigt (2011), p. 20

pudessem servir de modelo para a aclamação –, razão pela qual os preparativos, a performance, e a sua interpretação textual devem ser analisadas desde o ponto de vista das relações que estabeleceram entre si e não de forma isolada<sup>277</sup>.

Olhemos então, com maior pormenor, para a *Relação* de Manuel Jacome de Mesquita. Impresso em 1643, no colégio jesuíta de S. Paulo o Novo, em Goa, este texto constitui, como já antes referimos, a mais completa descrição dos acontecimentos que rodearam a aclamação de D. João IV na capital do Estado da Índia. Todavia, apesar da importância da sua obra, pouco ou nada sabemos acerca da identidade do autor, para além do facto de ter sido morador na cidade e testemunha dos eventos que relata<sup>278</sup>. Mas, qual é a leitura dos acontecimentos que se encontra presente nas páginas da *Relação*? Dedicada ao príncipe herdeiro D. Teodósio, a obra apresenta-se ostensivamente como “*hum relato desta fidelidade Portuguesa*”<sup>279</sup> demonstrada pelos habitantes da cidade de Goa na ocasião do reconhecimento de D. João IV como seu rei e senhor natural. O autor não se cansa assim de referir o alvoroço e o ânimo com que as novas do reino foram recebidas e festejadas entre os moradores. Contudo, deste pano de fundo, sobressai aquele que é, sem dúvida, o protagonista da narrativa: D. João da Silva Telo e Meneses, conde de Aveiras. A *Relação* constitui-se assim como um verdadeiro panegírico do vice-rei, o qual é descrito, de acordo com a linguagem das virtudes comum na literatura coeva<sup>280</sup>, como alguém cuja “*piedade christam, valor, & zelo do bem de sua Patria, junto com a experiencia do governo (...) era o credito, com que o céu nos prometia huas vesporas alegres dos bens, que nos preparava, & das felizes nouas que em breve nos enuiou*”<sup>281</sup>. O tom encomiástico com que o conde de Aveiras é louvado ao longo do texto não escapou, de resto, a Charles Boxer, que pressupôs que este fomentara a sua publicação, juntamente com a do, igualmente favorável, sermão proferido pelo dominicano frei Manuel da Cruz, na ocasião do juramento do príncipe herdeiro<sup>282</sup>.

As interrogações que pairam em torno da figura de Manuel Jacome de Mesquita tornam impossível reconstituir os laços que o ligavam ao vice-rei, embora não seja

---

<sup>277</sup> Buc (2001), pp. 249-250

<sup>278</sup> A consulta da *Bibliotheca Lusitana* nada acrescenta os dados que se encontram no frontispício da *Relação*, a não ser a confirmação de que não se conhecem quaisquer outros textos da autoria de Manuel Jacome de Mesquita, v. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, t. 3, pp. 287-288

<sup>279</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa*, p. 14

<sup>280</sup> Curto (2011), p. 505

<sup>281</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa*, p. 17

<sup>282</sup> Boxer (1932), pp. 53-54 e Manuel da Cruz, *Fala, qve fes o P. Fr. Manoel da Crvs*

descabido presumir que o autor da *Relação* se inseria no círculo de clientes e apaniguados do conde de Aveiras. Certo é que, ao longo de todo o texto, a narrativa nunca deixa de seguir o vice-rei, enfatizando o seu papel no decurso dos acontecimentos. A sua lealdade e virtude são demonstradas, uma e outra vez, não só pela alegria com que recebeu as novas, mas também pela forma como nunca descuro as suas responsabilidades. Deste modo, mesmo perante o alvoroço de toda a cidade, o vice-rei não esqueceu “*as obrigações do lugar em que estaua*” e o “*seruiço de seu Rey*”, demonstrando a sua prudência na forma como recomendou aos moradores que não descurassem a defesa da cidade, ameaçada pelo bloqueio neerlandês<sup>283</sup>. Entre os múltiplos episódios que revelam este protagonismo concedido ao conde de Aveiras, destaca-se a descrição feita da manhã de 11 de Setembro, dia do levantamento e juramento do novo monarca. Enquanto a Câmara de Goa, na primeira carta que escreveu a D. João IV, apenas menciona que, nessa manhã, o capitão António Moniz Barreto se dirigira aos vereadores com a sugestão de “*que deuia a Cidade ir pedir ao conde Viso Rey asinalaçã dia em que ouueçemos de jurar a Vossa Magestade*”<sup>284</sup>, Manuel Jacome de Mesquita apresenta uma versão mais bem detalhada dos acontecimentos. Diz-nos o autor que, às primeiras horas do dia, junto a uma das janelas da fortaleza da cidade, o conde de Aveiras teria trocado algumas palavras em segredo com António Moniz Barreto. Na origem dessa conversação estaria a vontade do vice-rei em que se procedesse com brevidade ao juramento solene de D. João IV. Com esse objectivo teria ordenado ao capitão da cidade que se dirigisse à mesa da Câmara onde, ocultando quem o enviara, deveria instar os ministros da cidade a que “*em hum corpo fossem lembrar ao Conde VRey, como era ia tempo de se fazer o publico, & solemne juramento, & acclamação de sua Magestade*”<sup>285</sup>.

Qual seria a necessidade de tanta dissimulação? É difícil encontrar uma resposta certa a esta questão, para além da constatação de que a *Relação* adopta uma estratégia discursiva que procura realçar as acções do vice-rei, concedendo-lhe a iniciativa de uma aclamação que se pretendia que fosse o mais célere possível, uma vez que a brevidade com que se actuava seria a derradeira prova de lealdade<sup>286</sup>. Esta estratégia revela-se igualmente na forma como são trabalhados tópicos caros à cultura política coeva. É o

---

<sup>283</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa*, p. 25

<sup>284</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>285</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa*, p. 27

<sup>286</sup> *Ibidem*, p. 28

caso das palavras, atribuídas ao conde de Aveiras, acerca das luxuosas roupagens que mandara preparar para a cerimónia. Sabemos que a riqueza das vestes era um símbolo de distinção social e a sua ostentação pública, sobretudo em momentos de celebração colectiva, um reflexo da reputação e do ânimo com que se festejava<sup>287</sup>. Contudo, no texto da *Relação*, a sublimação do vice-rei é feita não pela da descrição do luxo com que vestia, mas sim pela afirmação da sua abnegação em prol do serviço do rei. Neste sentido, apesar das suas vestes ainda não estarem prontas, o conde de Aveiras declarava-se pronto a levar a cabo o juramento “*com o que tinha vestido*”, uma vez que aclamar o novo rei com brevidade e lealdade era mais importante que o “*gosto particular seu em sair mais ou menos galante*”<sup>288</sup>.

Esta breve passagem sublinha então aquele que, como já referimos, parece ser o sentido dominante da narrativa: o elogio do desempenho do vice-rei enquanto principal dinamizador da aclamação de D. João IV em Goa. Tendo como pano de fundo a minuciosa reconstrução das provas de lealdade oferecidas pelos moradores de Goa nessa ocasião, a *Relação* não deixa contudo de corresponder a uma estratégia discursiva em que a descrição das cerimónias surge como um argumento para afirmar o desempenho de um protagonista digno de fama, honra, e mercês régias.

#### 1.4 – Ver o rei

Em jeito de conclusão deste capítulo, mas também de abertura para o seguinte, observaremos então em seguida um outro exemplo de como a aclamação de D. João IV foi posta ao serviço de estratégias diferenciadas. Por alguns parágrafos deixaremos a cidade de Goa e rumaremos a Lisboa, capital do reino. No dia 21 de Dezembro de 1645, o Pe. Diogo de Areda, da Companhia de Jesus, pregava na Capela Real um sermão dedicado ao apóstolo S. Tomé<sup>289</sup>. Tema relativamente comum na parenética da Restauração, o exemplo do “Apóstolo da Índia” servia então como pretexto para que o pregador jesuíta exaltasse os feitos dos portugueses no Oriente, durante os anos em que haviam tido reis naturais. Todavia, a ocasião surgia igualmente como uma oportunidade

---

<sup>287</sup> Osorio (2009), pp. 106-108

<sup>288</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa*, p. 28

<sup>289</sup> O Pe. Diogo de Areda S.J. (1599-1671), detinha uma grande experiência de missão no Oriente, tendo passado largos anos na Índia, onde ensinou Teologia no colégio de Goa e exerceu o cargo de reitor do colégio de Chaul. Segundo a *Relação* de Manuel Jacome de Mesquita, terá proferido um sermão no dia da Exaltação da Santa Cruz em Goa, pouco depois da chegada das novas da *Restauração*. Em meados da década de 1640 regressou em definitivo ao reino, v. Marques (1983), vol. 2, pp. 275-277

para exaltar a lealdade dos que – como o próprio Diogo de Areda – haviam aclamado D. João IV em Goa, decifrando as suas acções à luz do exemplo bíblico de S. Tomé:

*“Na feliz aclamação de sua Magestade, que Deos nos guarde, todos os Portuguezes que assistião aqui em Portugal, crerão porque virão: virão que elRey de Castella foi excluído da posse de Portugal (...) virão que em seu lugar nos deu Deos hum Rey legitimo, & natural tão desejado, & tanto para desejar, virão, & crerão porque virão. Porem beati qui non viderunt & crediderunt. os portugueses que estauamos na India são os bemaumentados, porque nem virão Rey, nem ouiraão aclamaçam, nem gosarão os aplausos daquelles dias, nem celebraraão os iuas daquelle tempo, & com tudo creraão com tanto affecto, obedecerão com tanta pontualidade, festejaraão com tanta demonstraçaõ, alegrãose com tanto excesso, que mereceraão, & não lhes faltaram grartificações da mesma Magestade que tinham longe dos olhos, mas dentro do coração.”*<sup>290</sup>

Ver para crer. Tópico corrente numa cultura política que valorizava a visão do rei como a mais sublime que o olhar humano poderia abarcar e em que se multiplicavam os artifícios simbólicos que procuravam tornar presente o monarca ausente<sup>291</sup>. Tópico particularmente importante numa cidade como Lisboa em que, durante os anos de agregação à Monarquia Hispânica, muitas vozes haviam lamentado amargamente a subalternização política que adviera da ausência do rei<sup>292</sup>. Na Índia a questão colocava-se, é claro, de uma maneira diferente, uma vez que Goa nunca tivera o privilégio da presença real. Muitos dos que haviam nascido na cidade – descendentes de *casados* ou de *naturais da terra* – ou que lá se haviam radicado, jamais teriam a oportunidade de ver o rei, ou de sequer se encontrar no mesmo continente que ele. Poderia essa distância física enfraquecer os vínculos de amor e fidelidade que ligavam o súbdito ao seu rei<sup>293</sup>? Afastando essa possibilidade, o Pe. Diogo de Areda considerava que, pelo contrário, os vassalos que serviam nas longínquas praças asiáticas excediam todos os outros em demonstrações de lealdade, porque o faziam sem terem o privilégio de ver o rei. *“Bem aventurados os portugueses da India, porque crerão o que não virão”*<sup>294</sup>.

O religioso jesuíta estava, no entanto, longe de ser o único a expressar tais

---

<sup>290</sup> Diogo de Areda, *Sermão do Apostolo S. Thome*, fl. 5

<sup>291</sup> Bouza (2000), pp. 69-73 e Osorio (2009), pp. 113-118

<sup>292</sup> Bouza (2000), pp. 159-183

<sup>293</sup> Sobre a importância do tópico do amor na cultura política coeva, v. *maxime* Cardim (2000)

<sup>294</sup> Diego de Areda, *Sermão do Apostolo S. Thome*, fl. 5

sentimentos. Estes ecoam igualmente nas palavras de Manuel Jacome de Mesquita, segundo o qual a fidelidade demonstrada pelos vassallos era “*mais acreditada por ser em Prouincias tam remontadas neste Imperio oriental, he de mayor preço, & merece mayor estima, & fauor*”<sup>295</sup>, e nas do próprio vice-rei, que declarava serem os moradores de Goa “*dignos de Vossa Magestade por os olhos (...) e que por viverem apartados da prezensa de Vossa Magestade não serão os que menos experimentem de sua real grandeza*”<sup>296</sup>. Longe de reflectir um esfriamento dos laços que sustentavam a coesão do corpo político, a distância que separava Goa de Lisboa convertia-se então num argumento que permitia valorizar o comportamento dos moradores da cidade que, não obstante viverem longe do reino, haviam celebrado a entronização de D. João IV com sinceras demonstrações de alegria. De resto, a utilização deste tipo de argumentação estava longe de ser exclusiva destes três textos, ou sequer do Estado da Índia. Num estudo recentemente publicado, Lisa Voigt demonstrou como estratégias discursivas semelhantes foram adoptadas em relatos de entradas cerimoniais e festas no Brasil setecentista, transformando a posição periférica e o clima adverso em marcas de superioridade e honra acrescida e, conseqüentemente, celebrando o espaço local num momento de aparente reconhecimento da autoridade central<sup>297</sup>.

Todavia, no que a Goa diz respeito, este tipo de discurso, que enfatizava a distância e a sua posição periférica em relação a Lisboa, surgia a par com outros argumentos que exaltavam, ao invés, a sua centralidade enquanto capital do Estado da Índia e sede metropolitana primacial do Oriente. Distante face ao reino, era contudo a “*metropoli da India; & nella como em cabeça de todas as mais Cidades, & fortalezas deste grande Imperio*”<sup>298</sup>. Pela sua dupla capitalidade – por presença simultânea do vice-rei e do arcebispo primaz – a cidade de Goa assumia assim características que a aproximavam excepcionalmente de Lisboa, sendo-lhe aplicados os mesmos regimentos e ordens que à capital do reino<sup>299</sup>. Distância e centralidade. Longe de serem opostas, ambas as linhas de argumentação convergiam frequentemente nas mesmas narrativas, contribuindo para forjar uma imagem de Goa no momento da aclamação de D. João IV, enaltecendo os merecimentos dos seus moradores e participando numa arena política concebida à escala das relações entre as conquistas e o reino.

---

<sup>295</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedee na cidade de Goa*, p. 31

<sup>296</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 72-73v

<sup>297</sup> Voigt (2011), pp. 37-38

<sup>298</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedee na cidade de Goa*, p. 31

<sup>299</sup> Rossa (1997), pp. 41-52 e Santos (1999)

## Capítulo 2 – A *Restauração* de um rei natural. Discursos e justificações.

O capítulo anterior permitiu-nos observar como diferentes estratégias discursivas interpretaram um mesmo evento. Esta atenção dada aos discursos e à forma como deram sentido aos acontecimentos acompanhar-nos-á ao longo das páginas que se seguem, mas o enfoque será agora outro. Como foi interpretada e justificada, na Índia, a revolta que, em Lisboa, ditou o fim da união dinástica? Esta interrogação será, em linhas gerais, o fio condutor da nossa análise. Em Goa, tal como no reino, a subida ao trono de D. João IV suscitou o aparecimento de discursos que procuravam legitimar a nova realidade política. Seria obviamente ingénuo procurar nestes textos, elaborados *ex post facto*, a chave para decodificar as razões que levaram a cidade a aderir ao movimento restauracionista. Mas, como lembrou Quentin Skinner, a escolha de uma determinada linguagem para justificar uma acção é tudo menos inocente, não podendo ser desligada do contexto e da cultura política em que se insere<sup>300</sup>. Será então a partir desta relação entre a acção política e os discursos que a legitimaram, que o nosso inquérito tentará recuperar alguns dos tópicos a partir dos quais se procurou justificar a *Restauração* e pensar a forma como estes filtraram a conjuntura vivida no Estado da Índia.

### 2.1 – A legitimação da nova dinastia

Mais do que qualquer outro aspecto da *Restauração*, a literatura legitimista tem sido alvo da incessante atenção dos historiadores ao longo das décadas. Entre os estudos mais recentes, as contribuições de Luís Reis Torgal, sobre a ideologia política, e de João Francisco Marques, sobre a parenética, oferecem-nos uma sólida base de interpretação e análise crítica do tema<sup>301</sup>. Tomando estes trabalhos como ponto de partida devemos, antes de mais, reconhecer que os discursos restauracionistas surgiram sobre diversas formas, dirigindo-se a um público diversificado, dentro e fora do reino. Vinculando-se no pensamento político do mundo católico pós-tridentino e adoptando o seu vocabulário, os seus autores participavam num combate que os opunha àqueles que, do outro lado do fronteira, acusavam o duque de Bragança de usurpação. Encontramo-nos assim perante um *corpus* documental heterogéneo, que configurava diferentes géneros e tipologias: impressos, mas também manuscritos; sermões e tratados jurídicos, mas também panfletos e sátiras políticas. Diversos também os seus locais de publicação, no

---

<sup>300</sup> Skinner (1974)

<sup>301</sup> Torgal (1981) e Marques (1983). Para uma boa síntese, v. Costa e Cunha (2006), pp. 151-182



reino e fora dele. No entanto, apesar desta variedade, é possível encontrar alguns pontos em comum. Sabemos que tópicos jurídicos e teológicos acabavam frequentemente por se entrecruzar, sob a égide de uma concepção católica do mundo<sup>302</sup>, pelo que não é de estranhar que a literatura legitimista tenha adoptado uma visão simultaneamente legalista, historicista e providencialista da *Restauração*. Sendo assim, apesar do risco de simplificarmos um tema complexo, tentaremos então identificar alguns dos traços dominantes dessa visão.

Se, como propôs Vitorino Magalhães Godinho, 1580 é muito mais um ponto de chegada do que de partida<sup>303</sup>, a verdade é que a compreensão plena dos discursos restauracionistas nos remete para algumas das questões que marcaram a agregação de Portugal à Monarquia Hispânica. De facto, a união nasceu das cinzas de um intenso debate que marcou o período que mediou entre o desaparecimento de D. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir (1578), e a aclamação de Filipe II, nas Cortes de Tomar (1581). Período em que os principais pretendentes ao trono português – Filipe II, D. Catarina de Bragança e D. António, prior do Crato – procuraram mobilizar argumentos jurídicos e linhagísticos que validassem a sua candidatura, dando azo a uma verdadeira “guerra” propagandística<sup>304</sup>. Ora, depois de 1640, a legitimação da nova dinastia retomaria estes debates. Os seus preponentes procuravam então comprovar a legitimidade de D. Catarina e, conseqüentemente, a ilegitimidade de Filipe II e dos seus sucessores. Argumentavam igualmente que a actuação da Casa de Áustria fora contrária às liberdades, justiça e bom governo do reino<sup>305</sup>. Ao passo que a historiografia mais recente tem realçado a complexidade dos laços que ligavam Portugal à Monarquia Hispânica e a coexistência de dinâmicas de composição e de conflito, transversais a todo o período da união dinástica<sup>306</sup>, a literatura legitimista impunha uma visão desses sessenta anos como um tempo de subalternização política e tirania.

A argumentação jurídico-política assentava então nessa dupla ilegitimidade: a usurpação do trono, que pertencia legitimamente a D. Catarina e aos seus descendentes, e a imposição de um modo de governação contrário às liberdades do reino. Todavia, estes discursos não se baseavam apenas na percepção da ilegitimidade dos reis Habsburgo. Convocavam toda uma constelação de tópicos proféticos e messiânicos, que

---

<sup>302</sup> Cardim (2000), p. 48

<sup>303</sup> Godinho (1978), p. 381

<sup>304</sup> Cunha (1993), pp. 552-559. Sobre a propaganda ao serviço de Filipe II, v. Bouza (2000), pp. 39-60

<sup>305</sup> Torgal (1981), vol. 1, pp. 233-268 e Marques (1983), vol. 1, pp. 359-407

<sup>306</sup> Schaub (2001a)

sustentavam a secessão. Inspirados pelas crenças sebastianistas, pelas trovas do Bandarra e pela ideia de *Quinto Império*, estes argumentos fundamentavam-se na ideia de que – desde o momento fundador representado pelo *Milagre de Ourique* –, Deus elegera o reino de Portugal como o seu favorito entre os demais. A legitimidade da nova dinastia assentaria então numa dimensão providencial, uma vez que teria sido escolhida pelos Céus para restaurar o reino e engrandecer o império<sup>307</sup>.

Até aqui, nada de novo. Mas, qual era o papel consignado à Índia por estes discursos? Esta surgia, desde logo, como a terra prometida dos portugueses, onde estes se haviam distinguido pelos seus feitos militares e abnegados esforços em prol da expansão da Fé<sup>308</sup>. Contudo, o exemplo da Índia era também evocado para ilustrar o abandono e desgoverno que teriam caracterizado os anos da união dinástica:

*“As naos da India se começaram prymeiro, a despachar tão fora de occasião, & tão mal aviadas, & pertrechadas, que muytas se perdião, outras arribavão; em tudo avia maus sucessos (...) Ormus, Imperio Celebre do Oriente, adquirido com tão sangue, conservado com tão illustres victorias, tão util para o comercio, & pera augmentar nossas riquezas, veyo pellas mesmas causas a correr a mesma fortuna;”*<sup>309</sup>

E, quanto aos discursos produzidos na Índia? O *corpus* documental está longe de ser numeroso, não se encontrando tratados jurídico-teológicos semelhantes aos que foram escritos no reino. As cartas, relações e sermões que acompanharam a aclamação de D. João IV em Goa permitem-nos, contudo, intuir que parte do vocabulário legitimista circulou rapidamente entre o reino e a Índia, tal como parece demonstrar a seguinte passagem da primeira carta enviada pela Câmara de Goa a D. João IV:

*“A Sua milagroza e tão deseitada Socessão pella qual se uio de todo este pouo Liberto dos Secenta Annos do Cativoiro de faraó: Libertandoo das aVeixaçoins e tiranias de Castella e ora que estavam todos os Vassalos de Vossa Magestade violentados e oprimidos.”*<sup>310</sup>

A denúncia da alegada tirania de Castela, a comparação dos anos de união

---

<sup>307</sup> Torgal (1981), vol. 1, pp. 269-341, Marques (1983), vol. 1, pp. 437-604 e Buescu (1993)

<sup>308</sup> Ao enumerar os merecimentos do reino de Portugal, João Pinto Ribeiro declarava: *“Em Asia edificou novo imperio: assombrando com suas armas os mais poderosos e temidos monarchas, que o mundo reconhece”*, v. João Pinto Ribeiro, *Vzurpação, Retenção, Restauração de Portugal*, p. 19

<sup>309</sup> António Pais Viegas, *Manifesto do Reino de Portugal*, fl. 16-16v. Que a perda de Ormuz era ainda recordada com amargura é-nos também demonstrado pelo facto de, logo em Março de 1641, Luís Marinho de Azevedo ter dedicado a D. João IV uma obra em que retomava os debates em torno das causas do desastre, v. Luís Marinho de Azevedo, *Apologéticos Discursos*

<sup>310</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

dinástica ao cativo do povo de Israel e a ideia de que a “*milagroza*” aclamação de D. João IV consagraria as liberdades dos vassallos faziam então parte da linguagem política através da qual, na Índia, se procurou a adesão à causa restauracionista. Ainda que, à semelhança do que assinalámos em relação às demonstrações de alegria com que a cidade de Goa terá aclamado o novo rei, a adopção deste vocabulário conceptual não implicasse necessariamente uma representação fidedigna da realidade, o recurso a estes tópicos convida-nos a sondar a forma como os discursos legitimistas interpretaram os desafios enfrentados pelo Estado da Índia, alistando-os como argumentos justificativos da separação da Monarquia Hispânica.

## 2.2 – Sob o signo da decadência?

“*O estado porem, em que este da India se via era extremo & lastimoso*”<sup>311</sup>. Assim escrevia Manuel Jacome de Mesquita numa das primeiras páginas do seu relato da aclamação de D. João IV em Goa. A sua pena não era, contudo, a única a dissertar de forma pessimista sobre a conjuntura que a Índia atravessava. Pouco depois da chegada das novas do reino, o vice-rei D. João da Silva Telo de Meneses escrevia ao rei afirmando que “*o estado em que nos tomou tão allegre noua he o de mais apperto em que se a India ia mais se uio*”<sup>312</sup>, enquanto um vereador da Câmara referia que “*as couzas deste estado estão no mais mizerauel que emmaginar se pode e que fora mais fácil aos nossos antepassados crer que isto se perdia que cuidar chegaria a tal estado*”<sup>313</sup>.

É claro que a noção de que a presença portuguesa na Ásia caminhava para o colapso estava longe de representar uma novidade, embora pareça ter adquirido uma urgência redobrada em meados da década de 1630. Pelo menos desde finais do século XVI que todo um género literário, inspirado nos textos de arbítrios e advertências que então proliferavam na Península Ibérica, se desenvolvera em torno da denúncia dos *males* que afectavam o Estado da Índia e da proposta de *remédios* que os pudessem mitigar<sup>314</sup>. Tópicos como a corrupção e dissolução moral dos vassallos que serviam no Oriente, ou a desorganização e perda de reputação das armas portuguesas eram alguns dos favoritos destes autores, entre os quais se contavam Diogo do Couto e Francisco Rodrigues da Silveira. Para mais, longe de ser exclusiva dos autores portugueses, esta

---

<sup>311</sup> Manuel Jacome de Mesquita, *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa*, p. 15

<sup>312</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 90-93

<sup>313</sup> *Carta de Manoel Borges Corte Real a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 26, doc. 1, 1/1/1644

<sup>314</sup> Para uma perspectiva comparada desta literatura, v. Winius (1994)

imagem de declínio era também evocada por viajantes estrangeiros. De facto, depois de ter visitado Goa em meados da década de 1640, o aventureiro francês Jean-Baptiste Tavernier confessara-se surpreendido ao contemplar o quanto a cidade decaíra face ao seu antigo esplendor<sup>315</sup>. Tradicionalmente encarada como um facto incontestável pela historiografia nacional e internacional<sup>316</sup>, esta imagem monolítica de um Estado da Índia em profunda decadência tem vindo a ser desconstruída por alguns estudos recentes. Entre estes destacam-se as propostas do historiador norte-americano Glenn Ames, defendendo que as décadas finais do século XVII tinham assistido à estabilização e revitalização da presença portuguesa na Índia<sup>317</sup>.

Problematizar a crise do Estado da Índia parece então ser o caminho a seguir. Todavia, este questionamento não implica que a ideia de declínio possa ser reduzida a uma mera construção historiográfica. A frequência com que surge nas fontes coevas sugere que esta ideia era parte integrante da forma como os seus autores percepcionavam a situação vivida, inscrevendo-a numa dicotomia que opunha um presente de ruína e miséria a um tempo ideal projectado no passado. Que nessa alegada era de apogeu se fizessem ouvir queixas que não eram de todo dissemelhantes, lamentando a falta de efectivos e a fragilidade das posições portuguesas<sup>318</sup>, é algo que não diminui a relevância destes tópicos, nem o seu impacto na linguagem política através da qual o Estado da Índia era imaginado. De resto, o jogo entre a percepção de declínio e a acção política através da qual se procurava responder a essa percepção – chave analítica de um importante artigo de John Elliott<sup>319</sup> –, poderia frequentemente ocultar estratégias particulares, quer por parte dos autores que afirmavam conhecer a chave para remediar a situação, quer por parte dos grupos e instituições locais que procuravam obter o favor régio. Realçar as misérias e dificuldades vividas não deixaria assim de ser um importante argumento de petição junto da Coroa.

Seria então a crise um mero artifício retórico? Sem perdermos de vista as

---

<sup>315</sup> Jean-Baptiste Tavernier, *Les six voyages de Jean-Baptiste Tavernier*, vol. 2, liv. 1, pp. 115-124. Sobre os relatos de viagens e descrições da cidade de Goa, v. Curto (1997) e Santos (1999), pp. 280-287

<sup>316</sup> Segundo Rui Ramos, desde meados do século XIX, parte das correntes historiográficas portuguesas condenava as conquistas ultramarinas e enfatizava a ideia de que, a partir de meados do século XVI, o reino e o império haviam mergulhado numa profunda decadência, v. Ramos (1997). Por seu lado, Michael Pearson refere que a historiografia anglo-saxónica realçava os efeitos nefastos da corrupção e do clericalismo (ingredientes clássicos da *Lenda Negra*), em conjunto com a alegada degeneração atribuída à mestiçagem, v. Pearson (1987), pp. 132-133

<sup>317</sup> Ames (2000)

<sup>318</sup> Algumas destas queixas são citadas nas páginas que Ângela Barreto Xavier dedica ao reinado de D. João III, v. Xavier (2008), pp. 37-80. Sobre esta questão, v. Costa (2002)

<sup>319</sup> Elliott (1977)

ressalvas que têm vindo a ser feitas, não podemos deixar de referir que, em parte, estes discursos surgiam como resposta às crescentes ameaças que a presença portuguesa na Ásia enfrentou durante as décadas de 1620 e 1630<sup>320</sup>. Mesmo admitindo que estas ameaças não configuravam um recuo generalizado, estrutural e irreversível – coincidente com as imagens mais drásticas apresentadas por alguma historiografia –, a verdade é que os seus efeitos não deixaram de preocupar as autoridades de Goa, Lisboa e Madrid. A queda de Ormuz, praça onde se “*ajuntava o mais rico da Asia e o mais precioso da Europa*”<sup>321</sup>, perante os esforços coligados do Império Safávida e a *East India Company*, poderia então ser evocada como um marco simbólico de dois dos principais desafios que o Estado da Índia enfrentava: a reconfiguração do espaço político asiático e a concorrência dos rivais europeus<sup>322</sup>.

Embora grande parte dos revezes portugueses nestes anos se tenham devido às dinâmicas asiáticas e não apenas aos conflitos com ingleses e neerlandeses, era sobre esta última ameaça que os vice-reis e governadores mais se pronunciavam. Escrevendo no final da década de 1630, o governador Pêro da Silva (1635-1639) declarava:

*“O apertado e miseravel estado em que este da India fica, e a grande pobreza que tem vindo a todos os moradores delle em rasão da falta de Comercio de que estão feitos senhores os Rebeldes da Europa de forma que se tem por milagre e mercê particular do ceo chegar a esta barra embarcação alguma de porte (...) e como todo o bom della dependia de navegações e comersios E estes vão faltando pello modo que digo, claro esta que não podem sustentar esta Monarchia muito tempo se se lhe não acudir com remedio prompto;”*<sup>323</sup>

Como encarar estas chamadas de atenção para o perigo representado pelos rivais europeus? Os estudos de Ernst van Veen têm procurado matizar o impacto desta ameaça, contrariando a visão tradicional de que as investidas neerlandesas estariam na origem de todas as dificuldades do Estado da Índia e destacando, ao invés, factores endógenos como a quebra dos investimentos na Carreira da Índia e a diminuição do número de efectivos militares enviados para a Índia<sup>324</sup>. Por seu lado, as investigações

---

<sup>320</sup> Sobre esta conjuntura, v. Subrahmayam (1995), pp. 215-245 e Barros (2008), pp. 35-81

<sup>321</sup> Diogo de Areda, *Sermão do Apostolo S. Thome*, fl. 14

<sup>322</sup> Sobre a reconsolidação do espaço político asiático, v. Subrahmanyam (1995), pp. 207-215

<sup>323</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 33, fl. 263-263v. Numa das últimas cartas que escreveu antes da chegada das novas da *Restauração*, o conde de Aveiras corroborava estas conclusões, enumerando as possessões e comércio dos rivais europeus no Índico, v. ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 62-64

<sup>324</sup> Van Veen (2000)

dedicadas aos mercadores portugueses que se haviam integrado nas estruturas comerciais intra-asiáticas parecem indicar que os seus negócios continuaram a florescer, apesar da concorrência britânica e neerlandesa<sup>325</sup>. No entanto, os efeitos desta concorrência não podem ser inteiramente descontados, sobretudo no que a Goa diz respeito. De facto, ainda na primeira metade da década de 1630, a Câmara da cidade peticionara junto do vice-rei conde de Linhares para que se alcançasse um acordo com os rivais europeus, devido aos transtornos que o conflito acarretava para o comércio e fazenda dos seus moradores<sup>326</sup>. Uma vez instituída a política de bloqueios sazonais da barra de Goa por embarcações da V.O.C., estes prejuízos não poderiam deixar de se acumular. Embora a sua vigilância fosse ocasionalmente iludida por embarcações velozes e ligeiras, a presença dos navios neerlandeses dificultava as comunicações com o reino e com as restantes praças da Índia, contribuindo para desestruturar o sistema de cáfilas que navegavam entre Goa e o Norte<sup>327</sup>. Conjugados com a escassez de reforços do reino e a sangria de recursos militares e financeiros, despendidos na defesa da ilha de Ceilão, os efeitos do bloqueio não deixariam então de marcar profundamente a conjuntura que a cidade atravessava nos últimos anos da década de 1630<sup>328</sup>. Nestas circunstâncias, o apaziguamento dos conflitos com a V.O.C. parecia ir ao encontro dos interesses locais, pelo que talvez não seja demasiado arriscado pressupor que essa expectativa estivesse presente na mente daqueles que, em Goa, aclamaram D. João IV.

Adoptada por diferentes estratégias discursivas que antecederam a *Restauração*, a argumentação em torno da decadência do Estado da Índia seria então recuperada pelos autores que procuraram legitimar a nova situação política. Veja-se o sermão do padre Manuel da Cruz, proferido em Goa durante a cerimónia de juramento do príncipe herdeiro, em que o religioso dominicano assegurava que a subida ao trono de D. João IV se fundamentava não só no direito de sangue e na aclamação pelos vassalos, mas também na vontade divina, que assim prometia a remissão das misérias que a Índia enfrentava:

---

<sup>325</sup> Boyajian (1993), pp. 226-227 e Pearson (2010), pp. 107-111

<sup>326</sup> Cit. Blanco (1992), vol. 2, pp. 255-258

<sup>327</sup> Boyajian (1993), pp. 221-227. Esta situação terá contribuído para agravar as dificuldades do porto de Goa que, segundo as contas de Michael Pearson, vinha perdendo importância comercial face às cidades do Guzerate. Deste modo, por volta de 1640, o volume de comércio de Goa representaria apenas 1/4 do que passava pelo porto de Surrate, v. Pearson (2010), p. 106

<sup>328</sup> Em 1639, um correspondente de Manuel Severim de Faria escrevia de Goa que “*pouco foi o socorro de hum galeam, e huma naveta pera a grande necessidade que este estado tem de gente com a saca continua, que tem pera tantas partes E a matança que ouue em Ceilam, em que morrerão mais de 600 portugueses sem fruto algum, deixando o campo franco ao Hollandes, pera tomar a fortaleza de Baticalou*”, v. *Década 4ª do Estado da Índia desde o anno de 631 até 640*, BNP, cód. 7640, fl. 158

*“Tinha Portugal chegado ao maior desamparo, & aperto: a mayor afflição, & trabalho; Este Estado da India o experimentava, & sentia como alma sua; Estaua no ultimo fio, taõ atenuado cõ as insolentes armas dos inimigos de fora, & com as oppressões, apertos, forças, & aluitres dos inimigos de dentro, que não auia mais, que estallar e acabar de todo. Que remedio? Naõ o auia humano, antes de todo impossibilitado; Acudio o Ceo com o diuino.”*<sup>329</sup>

Parte da argumentação da parenética restauracionista passaria então pela construção de uma narrativa sobre a história da presença portuguesa na Ásia. Tomando por guia o *Sermão do Apostolo S. Thome*, da autoria do padre Diogo de Areda, podemos observar que esta narrativa se apresentava como a crónica de dois tempos marcadamente distintos, intimamente ligados às mudanças políticas ocorridas no reino. O primeiro correspondia, *grosso modo*, às oito primeiras décadas do Estado da Índia, em que o reino fora governado por “*nossos gloriosíssimos Reis*”. Esta teria sido a verdadeira “*idade de ouro*” da presença portuguesa, tempo de feitos militares e de expansão da fé. No entanto, estes anos de bonança seriam bruscamente interrompidos pela união dinástica. O segundo tempo descrito pelo padre. Diogo de Areda era então o dos sessenta anos de “*tyranico iugo Castelhana*”, em que a ambição desmedida dos monarcas da Casa de Áustria – os quais, segundo este jesuíta, “*se quizerão fazer Deoses do mundo*” – e as depredações dos inimigos tinham deixado a Índia próxima da ruína absoluta<sup>330</sup>. Do ponto de vista dos pregadores da *Restauração*, a decadência do Estado da Índia surgia assim como a consequência natural do governo tirânico e ilegítimo dos Habsburgo, embora não se tenham desvanecido as críticas à corrupção e à dissolução moral dos portugueses que serviam na Ásia. Esta narrativa tinha como corolário a aclamação de D. João IV, a qual prometia não só o retorno a um governo tradicional, mas também a possibilidade de romper com o ciclo de declínio que se inaugurara com a agregação à Monarquia Hispânica. Adoptando esta perspectiva, na prédica que proferiu na Sé de Goa a 15 de Setembro de 1641, o padre teatino António Ardizzone Spínola exortava os moradores da cidade a festejar as novas do reino com particulares demonstrações de alegria e piedade:

*“Portugal antes que a Divina Providencia lhe desse o Rey Portuguez, que esperava, estava avexado, mas não perdido. Pelo contrario a India, que o dezejava,*

---

<sup>329</sup> Manuel da Cruz, *Fala, qve fez o Pe. Fr. Manoel da Cruz*, fl. 5

<sup>330</sup> Diogo de Areda, *Sermão do Apostolo S. Thome*, fl. 6-6v; 7v-8 e 13v

*estava não só avexada, mas ainda quasi perdida. O inimigo de Europa Ingrez, & Olandez, não acometeo o Reyno para o destruir, mas batalhou na India para a acabar (...) Quem pois recebo beneficio maior, o Reyno, ou a India? Sem duvida a India, que por avexada, & perdida, sojeita á Castella, se vio de todo alentada, & ganhada, restituída a Portugal.*”<sup>331</sup>

O recurso a esta linguagem política, que associava as dificuldades enfrentadas pelo Estado da Índia aos “*secenta annos de nosso catiueiro*”<sup>332</sup>, serviria então um duplo propósito. Por um lado, reforçava a ideia de que o governo habsburguês fora tirânico e contrários aos interesses dos vassalos justificando assim, em termos que poderiam ser reconhecidos pela sua audiência, a revolta e a subsequente aclamação de D. João IV. Mas, por outro, permitia igualmente representar diante do novo monarca as misérias com que se viam confrontados os que o serviam no Oriente e a esperança que tinham de serem socorridos pelo seu rei natural, conferindo um peso acrescido aos pedidos de auxílio e concessão de mercês. Não deixa, portanto, de ser curioso que – à semelhança do que aconteceu em relação a muitos outros aspectos da história da união dinástica –, a historiografia portuguesa mais próxima de círculos nacionalistas tenha reproduzido estes argumentos, tomando-os acriticamente como evidências de que a agregação à Monarquia Hispânica mergulhara o Estado da Índia num profundo e irreversível declínio<sup>333</sup>.

### **2.3 – “Forças, & opressões de Castella”**

Considerada como a semente de todas as misérias da Índia, a tirania com que os Habsburgo teriam governado o reino de Portugal e as suas conquistas ocupava então um lugar de destaque no repertório legitimista. Remetendo para um vocabulário doutrinário específico, estes discursos denunciavam o abandono a que as posições portuguesas haviam sido votadas, o desrespeito que havia sido demonstrado pela justiça distributiva e a desconsideração com que tinham sido tratados os equilíbrios tradicionais de poder<sup>334</sup>. A adopção deste vocabulário político, com tudo o que ele revelava sobre o modo como deviam funcionar as relações entre o rei e os seus vassalos, permitia aos

---

<sup>331</sup> António Ardizzone Spínola, *Cordel Triplicado de Amor*, lv. I, Sermão I, p. 51

<sup>332</sup> Diogo de Areda, *Sermão do Apostolo S. Thome*, fl. 12v-13

<sup>333</sup> Para referências a esta tendência, v. Pearson (1987), pp. 132-133 e Valladares (2001), p. 1 e segs.

<sup>334</sup> O conceito de tirania apontaria então para um “*dominio ilegítimo, usurpado, ou cruel, & violento*”, contrário ao bem comum, v. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez, & Latino*, vol. 8, p. 339. Sobre as doutrinas políticas que desenvolveram a figura do *rei tirano*, v. Marques (1983), vol. 1, pp. 341-407



pregadores da *Restauração* imaginarem-se como porta-vozes das aspirações dos moradores da capital do Estado da Índia. Neste sentido, procuravam sustentar as suas alegações nas ameaças que o bom governo e as liberdades dos povos haviam sofrido devido às “*forças, & opressões de Castella*”<sup>335</sup>, as quais estariam na origem da complexa trama de relações contenciosas que caracterizava a arena política da cidade.

A tentativa de interpretar este quadro pluridimensional de tensões e conflitos obriga-nos a retroceder no tempo, até aos primeiros anos da década de 1620. Separadas por pouco mais de um ano, a subida ao trono de Filipe IV, em Março de 1621, e a queda de Ormuz, em Maio de 1622, parecem então ter exercido uma considerável influência sobre os destinos do Estado da Índia. Desde logo, porque coincidiram com o fim da Trégua dos Doze Anos e com o agravamento dos conflitos que dilaceravam a Europa, circunstâncias que estiveram na origem do lançamento de novas e pesadas tributações fiscais. Destinadas a fazer frente ao esforço de guerra, estas imposições extraordinárias não deixariam de espoletar fortes resistências nas diferentes partes da Monarquia Hispânica<sup>336</sup>. Mas também, porque a perda da principal posição portuguesa no Golfo Pérsico suscitou uma profunda reflexão sobre a necessidade de reformar a presença portuguesa na Ásia<sup>337</sup>. Ora, esta reflexão vinha de encontro às ideias do favorito do novo monarca, o conde-duque de Olivares. Num campo político em que proliferavam os arbítrios acerca do declínio moral, económico e militar da Monarquia, o seu valimento assumiria contornos claramente reformistas, abraçando novos paradigmas de exercício do poder<sup>338</sup>. Estes não deixariam de se espelhar na forma como o novo regime se relacionou com o reino de Portugal e com as suas conquistas, onde as ameaças à manutenção dos foros e privilégios consagrados nas Cortes de Tomar geraram sucessivos conflitos constitucionais e jurisdicionais, que terão contribuído para uma crescente crispação do debate no seio do complexo jogo político entre Madrid e Lisboa<sup>339</sup>.

No Estado da Índia, este ímpeto reformista atingira o zénite durante o vice-reinado de D. Miguel de Noronha, 4º conde de Linhares. Desde a sua chegada a Goa, no

---

<sup>335</sup> Manuel da Cruz, *Fala, qve fez o Pe. Fr. Manoel da Crvs*, fl. 3

<sup>336</sup> Oliveira (2002), pp. 241-274. No caso do Estado da Índia, os conflitos com os rivais europeus haviam motivado o aparecimento de contribuições extraordinárias – ainda que vinculadas à aprovação formal dos povos –, como os direitos do *um por cento* e da *colecta*, que tenderiam a perpetuar-se apesar dos protestos de alguns sectores sociais, v. Miranda (2010)

<sup>337</sup> Valladares (2001), p. 37

<sup>338</sup> Elliott (2004), pp. 114-201

<sup>339</sup> Sobre os anos de valimento do conde-duque de Olivares em Portugal, v. Schaub (2001b) e Bouza (2000), pp. 185-296

Outono de 1629, o vice-rei procurou recuperar a iniciativa perdida no palco asiático, encetando as reformas de que fora incumbido por Madrid. Estas baseavam-se na remodelação do sistema tributário e na consolidação das finanças do Estado da Índia, iniciativas que não deixariam de suscitar algumas resistências. Os anos de governo do conde de Linhares parecem então ter assistido a uma considerável polarização das tensões entre o vice-rei e os restantes actores sociais. As tentativas de reformar a fiscalidade terão sido particularmente contestadas, contando com a acérrima oposição do clero diocesano da cidade<sup>340</sup>. Por seu lado, as relações do vice-rei com a Câmara de Goa passaram igualmente por momentos de turbulência, sobretudo por via dos conflitos jurisdicionais em torno da eleição dos vereadores, chegando o conde de Linhares a propor à Coroa a dissolução daquela instituição<sup>341</sup>. Para mais, a participação de D. Miguel de Noronha no comércio intra-asiático – e os lucros que obteve –, não deixaria de alimentar antagonismos e rivalidades pessoais, como a que opunha os seus aos de D. Filipe de Mascarenhas, futuro vice-rei da Índia<sup>342</sup>.

Todavia, foi provavelmente na relação com as ordens religiosas que as tensões se revelaram de forma mais evidente. Os anos de agregação à Monarquia Hispânica parecem ter assistido a iniciativas por parte da Coroa que iam no sentido de reforçar o controlo sobre as ordens regulares<sup>343</sup>, de modo que, em finais da década de 1620, foram enviadas instruções a Goa para que se prevenisse a edificação de novos mosteiros e a realização de obras excessivamente grandiosas nos que já existiam<sup>344</sup>. Durante o governo do conde de Linhares esta tendência seria reafirmada, sucedendo-se as ordens para que se vigiassem as usurpações da jurisdição e fazenda régia por parte dos religiosos<sup>345</sup>, para que se arrolassem as terras e bens que as ordens possuíam na Índia<sup>346</sup> e para que se limitasse o número de mosteiros e de religiosos<sup>347</sup>. Por sua parte, o vice-rei queixava-se com frequência dos entraves que estes religiosos colocavam às suas iniciativas, lamentando os prejuízos que advinham do seu número excessivo, da sua ociosidade e da sua desobediência. Neste sentido, recomendava que “*hum Conuento de*

---

<sup>340</sup> Disney (2002), pp. 259-260

<sup>341</sup> Souza (1994), p. 137

<sup>342</sup> BA, 51-VII-27, fl. 192-195v

<sup>343</sup> Xavier (2008), p. 162. Sobre as iniciativas régias para limitar o património da Companhia de Jesus, v. Alden (1996), pp. 430-439

<sup>344</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 24, fl. 15

<sup>345</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 31, fl. 458

<sup>346</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 35, fl. 356-356v;

<sup>347</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 31, fl. 631-631v e lv. 33, fl. 143-143v. Segundo Sanjay Subrahmanyam, em 1635, existiriam cerca de 600 religiosos na cidade de Goa, v. Subrahmanyam (1995), pp. 313-314

*huma Religião parece bastaua em cada huma destas fortalezas, porque de hauer tantos se serue mal a nosso senhor a Vossa Magestade E ao bem comum porque alem de que como tudo empobreção na Jndia há grandes misérias, E occiosidades acarretão males nos Conuentos, que nesta Cidade de Goa tem todas as religiões tanta quantidade de frades, que Larguissimamente podem supprir as missões que cada huma tem a cargo.*”<sup>348</sup>

Entre os principais alvos destas iniciativas contava-se a Companhia de Jesus, o que terá contribuído para tornar a década de 1630 num período particularmente atribulado para os interesses jesuítas na Ásia. Para além das tentativas de restringir o seu património e dos focos de conflito com as restantes ordens religiosas, frequentemente apoiadas por Madrid, os jesuítas enfrentariam nesses anos a ruína de dois dos mais emblemáticos projectos de missionação: a Etiópia e o Japão<sup>349</sup>. Embora a Companhia, eivada de conflitos internos, não possa ser tomada como um todo homogéneo, não será então de admirar que, face a estas pressões e ameaças, muitos religiosos jesuítas se encontrassem entre os mais notórios apoiantes e publicistas da causa restauracionista, quer no reino, quer na Índia<sup>350</sup>. De resto, as marcas destes conflitos transpareciam da avaliação crítica que, numa carta endereçada a Manuel Severim de Faria, o padre jesuíta Manuel Barradas fazia dos anos de vice-reinado do conde de Linhares:

*“Acabou o Conde de Linhares o seu gouerno fatal pera esta India (...) não lhe faltauão a elle partes, e saber pera ser mais aceito, mas por querer abarcar tudo perdeo a beneuolencia universal*”<sup>351</sup>.

Porém, apesar das invectivas dos seus inimigos, os seis anos de governo do conde de Linhares não podem ser reduzidos a um tempo de conflitos e tensões, uma vez que se assistiram a outros tantos momentos de cedência e colaboração, como o acordo de paz alcançado com a *East India Company* em 1635. Não devemos então cair no erro de sobrestimar a excepcionalidade destes conflitos (embora estes se pareçam ter agudizado durante a década de 1630), nem o verdadeiro impacto das políticas reformistas. De facto, as tentativas de consolidar as finanças do Estado da Índia parecem ter tido um sucesso bastante limitado, assistindo-se nos anos seguintes a um

---

<sup>348</sup> HAG, *Monções do Reino*, lv. 14, fl. 17v-18. Para uma breve resenha das relações do conde de Linhares com as ordens religiosas, v. Disney (1985), pp. 311-313

<sup>349</sup> Costa (1999), p. 43 e segs. e Valladares (2001), pp. 57-63

<sup>350</sup> Alden (1996), pp. 101-109 e Valladares (2001), pp. 73-74. Para uma visão panorâmica dos conflitos e clivagens no seio da Companhia de Jesus em Goa, v. Borges (1992), pp. 63-71

<sup>351</sup> *Década 4ª do Estado da Índia desde o anno de 631 até 640*, BNP, cód. 7640, fl. 97

refrear dos impulsos reformistas do vice-reinado do conde de Linhares<sup>352</sup>. No entanto, não parece haver dúvidas que as tentativas de reformular os canais tradicionais da comunicação política e a imposição de tributações fiscais extraordinárias criaram um clima de contestação em que se revelavam os interesses contraditórios de diferentes grupos e instituições. Embora estas resistências não pressupusessem, à partida, qualquer perspectiva de ruptura, não será descabido conjecturar que a insatisfação com as políticas reformistas de Madrid terá contribuído para que a aclamação de D. João IV em Goa tenha sido levada a cabo sem qualquer mostra de oposição. À perspectiva de um realinhamento do corpo político que pudesse fazer valer as reivindicações de mercês e benesses, somar-se-ia então a expectativa de que a nova Casa Real recorreria a um modo de governação mais próximo dos equilíbrios tradicionais de poder, consagrando a restituição do bom governo, da justiça e das liberdades dos povos<sup>353</sup>.

#### **2.4 – “Os mais leais e fieis vassalos de todos quantos no mundo ouue”**

*“Dizia eu mais que era esta demonstração devida de Portugueses, porque como são e forão sempre os mais leais e fieis vassalos de todos quantos no mundo ouue não podem deixar de multiplicar argumentos de seu amor, e assim não contentes de receber com vivas continuados dias e noites a nova do novo Rey (...) tornão hoje a acclamar e iurar ao Serinissimo príncipe D. Theodosio seu filho primo genito”*<sup>354</sup>. Discursando a partir de um teatro erigido no terreiro da fortaleza de Chaul, o nosso já conhecido padre Diogo de Areda enaltecia com estas palavras a fidelidade dos moradores daquela cidade que, nesse dia 23 de Fevereiro de 1642, se haviam reunido para celebrar o juramento do príncipe herdeiro. Aludindo às virtudes morais intrínsecas dos portugueses – que se distinguiam pelo *“amor da pátria com que nascemos, [e pela] fidelidade que erdamos de nossos Pais e auos”* –, a prédica do religioso jesuíta apropriava-se de um vocabulário próximo ao dos textos coevos que, sobretudo depois de 1580, haviam reflectido sobre o reino de Portugal e os seus naturais<sup>355</sup>. Na sequência da revolta do 1º de Dezembro, a evocação das virtudes intrínsecas dos portugueses parece então ter sido um tópico recorrente nos discursos legistimistas, procurando explorar a tradicional animosidade que opunha portugueses e castelhanos<sup>356</sup>. Agir como um castelhano tornava-se assim

---

<sup>352</sup> Disney (2002), pp. 274-275

<sup>353</sup> Hespanha (1993b), pp. 11-14 e Valladares (2001), pp. 63-64 e 110-113

<sup>354</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 170-173

<sup>355</sup> Curto (2011), pp. 514

<sup>356</sup> Sobre os traços deste antagonismo, no Estado da Índia, v. Boxer (1966) e Valladares (2001), pp. 40-41

sinónimo de um comportamento tirânico e injusto, o que se torna evidente ao vislumbrarmos uma polémica ocorrida em Goa durante o ano de 1642. Esta devia-se à situação do religioso jesuíta Nicolau Rebelo, despedido por ordem do visitador Manuel de Almeida por ter escrito a D. João IV sem a sua autorização. O seu despedimento suscitou veementes protestos por parte dos seus confrades, que o consideraram injusto, chegando um deles a alegar que o visitador “*parese que tem alguma cousa de Castelhana e uesse isto tão Claro que despedido este irmão só pellas cartas (...)*”<sup>357</sup>.

Confrontando-se com a recorrência destes tópicos, a historiografia portuguesa mais tradicional – sobretudo os trabalhos produzidos em torno do ciclo comemorativo de 1940 –, tendeu a interpretar o sucesso da aclamação de D. João IV em Goa e nas restantes praças do Estado da Índia, como uma demonstração do sentimento patriótico dos vassallos da Coroa de Portugal<sup>358</sup>. Outrora hegemónico nos estudos sobre a *Restauração*, este paradigma nacionalista tem vindo a ser questionado por novas interpretações que, ao longo das últimas décadas, complexificaram a problemática das identidades políticas no Antigo Regime. O capítulo da *História de Portugal* dedicado à questão da “Identidade Portuguesa”, assinado por Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha, oferece-nos então um bom ponto de partida para o nosso inquérito<sup>359</sup>. A imagem que emerge da sua análise é a de um universo de solidariedades múltiplas em que, longe de assumir o sentido tendencialmente exclusivista que adquiriu na contemporaneidade, a identidade reinícola compartilhava o seu espaço com o sentimento de pertença a outras comunidades. Nestas circunstâncias, a identificação de um indivíduo como católico, afirmando a sua pertença à *Respublica Christiana*, ou como natural de uma cidade ou região, poderia ser tão (ou mais) decisiva do que a sua identificação como português, dependendo do contexto em que era evocada. Para mais, vocábulos como *pátria* ou *nação* assumiam significados ambíguos, remetendo para realidades bem distintas do Estado-Nação actual<sup>360</sup>. Face a estas constatações, historiadores como Jean-Frédéric Schaub<sup>361</sup> têm demonstrado uma maior relutância em considerar os blocos nacionais como agentes decisivos da mobilização colectiva nas sociedades de antigo regime, enfatizado pelo contrário a alteridade da cultura política coeva.

---

<sup>357</sup> *Carta de um religioso jesuíta sobre o despedimento de Nicollao Rebelo*, AHU, Índia, cx. 24, doc. 146, 25/12/1642

<sup>358</sup> A título de exemplo, v. Costa (1940)

<sup>359</sup> Silva e Hespanha (1993)

<sup>360</sup> Sobre os múltiplos significados da *pátria* e da *nação* durante o Antigo Regime, v. Thompson (2001) e Kagan (2007)

<sup>361</sup> Schaub (2007)

Esta nebulosa de diferentes categorias de pertença transformava a afirmação identitária em algo profundamente contextual. Ora, não será de admirar que, no seguimento da aclamação de D. João IV, a assunção de uma identidade portuguesa enquanto realidade histórica e afectiva estivesse na ordem do dia para os discursos que procuravam justificar a ruptura com a Monarquia Hispânica. Atendendo à plasticidade destas categorias convém, no entanto, não perder de vista que o recurso a uma mesma linguagem política poderia, em diferentes momentos, legitimar tomadas de posição profundamente distintas. A breve passagem em que Diogo do Couto descreve a forma como as novas da entronização de Filipe II foram recebidas na cidade de Goa, fornece-nos assim um curioso termo de comparação para as palavras do padre Diogo de Areda:

*“Desta novidade ficaram todos muito sobressaltados, e tristes, lembrando-lhes novamente aquela desastrada perdição de todo o Portugal (...) e agora, posto que D. Filippe era havido por muito católico, e humano príncipe, todavia primeiro que lhes viesse a saber os nomes, passariam muitos tempos: e que forçado havia de haver novo modo de procedimento, porque sempre mudanças de Reynos trazem grandes novidades. Todas estas cousas lhes davam muitos cuidados, não deixando contudo de prosseguir naquella sua antiga lealdade, em que os portugueses sempre foram extremados de todas as nações do mundo.”*<sup>362</sup>

O relato do cronista da Índia parece apontar para duas constatações. Em primeiro lugar, que a agregação à Monarquia Hispânica terá suscitado as incertezas de alguns sectores da cidade de Goa, os quais temiam ver os seus privilégios postos em causa. Em segundo, que a afirmação da lealdade como característica intrínseca que distinguia os portugueses das demais nações, podia ser convocado quer para justificar a aclamação de Filipe II, quer para legitimar a subida ao trono de D. João IV, dois acontecimentos que pareceriam, à partida, indicar opções políticas contrárias.

Exaltando as virtudes morais dos portugueses e as glórias do seu passado, as estratégias discursivas legitimistas recuperaram igualmente os debates em torno da *naturalidade* dos reis de Portugal. Ainda que, segundo António Hespanha, a questão da naturalidade do rei não se confundisse com a da sua legitimidade<sup>363</sup>, a linguagem política da *Restauração* recorreria frequentemente a este tópico, baseando-se na autoridade das (fictícias) Cortes de Lamego. Ao passo que Filipe II, numa carta

---

<sup>362</sup> Diogo do Couto, *Da Ásia: Década Décima*, 1ª parte, cap. III, pp. 20-21

<sup>363</sup> Hespanha (1993b), pp. 8-9

endereçada à Câmara de Lisboa em 1579, declarara “*que não é rei estrangeiro o que vos ha de herdar senão tão natural como vos disse, pois foi neto e filho de vossos príncipes naturais e de seu mesmo sangue*”<sup>364</sup>, a parenética legitimista envidaria esforços para negar a naturalidade dos monarcas da Casa de Áustria, excluindo-os assim da pertença à comunidade natural do reino. Citando os princípios consagrados nas Cortes de Lamego, António Ardizone Spínola afirmaria então que Deus “*quando fez Reyno a Portugal, quando vos escolheu por povo seu, vos deu tambem ley (...) que nunca aclamasseis outro, nem o aceitásseis de nação estrangeira, mas sempre de vosso próprio sangue, prometendovos, que se por algum accidente os vossos a não guardassem de volo dar elle mesmo com seu divino poder cõ modos não esperados, & por meios nunca imaginados na decima sexta geraçam dos vossos Reis Portuguezes*”<sup>365</sup>. Seria esta profecia divina a assegurar a legitimidade de D. João IV, “*encuberto de seus inimigos, descoberto á seus legítimos vassalos*”, cuja aclamação restaurara a dinastia natural dos “*Reys de Portugal*”<sup>366</sup>. Curiosamente, a adopção deste vocabulário profético, que identificava o duque de Bragança como o *Encoberto* profetizado nas trovas do Bandarra, dava consistência a uma outra ficção política: se o rei natural se mantivera oculto durante sessenta anos, também os seus vassalos haviam permanecido escondidos, conservando no entanto a sua fidelidade e podendo afirmar, à semelhança do capitão de Chaul Gil Eanes de Noronha, que sempre tinham “*de coração (...) obedesido a Rey Portugues*”<sup>367</sup>.

Embora esta sondagem não pretenda de modo algum ser exaustiva, dificilmente poderíamos dar este capítulo por encerrado sem referir, ainda que de passagem, algumas questões que ficaram em aberto. O que significava ser português no Estado da Índia? Como interpretar as declarações de fidelidade e “*amor da pátria*” que se seguiram à aclamação de D. João IV, quando comparadas com as palavras coevas do governador Antonie van Dieman, o qual assegurava que “*a maioria dos portugueses da Índia encara esta região como a sua terra natal, e não pensa mais em Portugal*”<sup>368</sup>? Mais do que ensaiar uma resposta concreta a estas interrogações, a nossa intenção é alertar para a sua existência e sublinhar a importância de enquadrar estes discursos. Quer se tratassem de apropriações estratégicas por parte de comunidades situadas nas franjas do Estado da

---

<sup>364</sup> Cit. Curto (2011), pp. 446

<sup>365</sup> António Ardizone Spínola, *Cordel Triplicado de Amor*, lv. I, Sermão I, p. 7

<sup>366</sup> *Ibidem*, pp. 34-37

<sup>367</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 168

<sup>368</sup> Cit. Pearson (1987), p. 87

Índia<sup>369</sup>, ou de processos de conversão cultural e religiosa ocorridos em Goa e nos territórios adjacentes<sup>370</sup>, os momentos de afirmação de uma identidade portuguesa só podem então ser interpretados à luz das relações de solidariedade e colaboração, mas também de competição e conflito, que se estabeleciam entre os diferentes grupos que, no contexto asiático, se identificavam ou eram identificados como portugueses. Por maioria de razão, o mesmo se aplica às reflexões em torno da fidelidade dos portugueses aos seus reis naturais. Deste modo, o recurso a um vocabulário identitário semelhante por parte de um jesuíta nascido em Portugal, como o padre Diogo de Areda, ou por parte de um religioso teatino nascido em Nápoles, como o padre António Ardizzone Spínola, não poderia deixar de revelar diferentes modalidades de intervenção na esfera política.

---

<sup>369</sup> Andaya (2010)

<sup>370</sup> Xavier (2008)



### Capítulo 3 – Goa e a *Restauração*. Interesses e conflitos.

Ao longo dos últimos capítulos recorreremos com alguma frequência a conceitos operativos como *elites locais* e *interesses locais* para interpretar a resposta dos moradores da cidade de Goa aos desafios da década de 1630 e à subida ao trono de D. João IV. Todavia, apesar da sua utilidade, o recurso a estes conceitos pode sugerir uma imagem de homogeneidade e consenso que não faz jus à complexidade das dinâmicas políticas da capital do Estado da Índia. Ao estilhaçarmos abstracções como os *interesses locais*, deparamo-nos então com diferentes grupos e instituições cujos interesses particulares dificilmente seriam coerentes. Oficiais régios (como o próprio vice-rei), que serviam durante alguns anos na Índia com a expectativa de serem recompensados depois do seu regresso ao reino, teriam necessariamente um modo diferente de se relacionar com a Coroa do que os *casados*, nascidos ou residentes na cidade de Goa. O mesmo se aplica aos *naturais da terra*, alguns dos quais se haviam convertido e alcançado uma posição privilegiada na ordem local<sup>371</sup>. Ora, estes diferentes grupos não deixariam de tentar capitalizar em seu favor as possibilidades deixadas em aberto pela revolta do 1º de Dezembro. Partindo da análise de três episódios distintos, procuraremos então observar como a chegada das novas da *Restauração* intersectou diferentes percursos pessoais, aspirações particulares e conflitos sistémicos que pautavam a ordem política da cidade.

#### 3.1 - O vice-rei e a sua efígie

Numa manhã do mês de Setembro de 1641, poucos dias depois de terem sido conhecidas as novas da *Restauração*, os moradores de Goa contemplaram um espectáculo inusitado. Aproveitando a escuridão nocturna, alguém arvorara num local público uma efígie enforcada do vice-rei conde de Aveiras. Quem se atrevera a cometer “*tão grande dezaforo*”? Relatando a infausta ocorrência ao novo rei, a Câmara de Goa defendia a integridade do conde de Aveiras, pedindo que se mandasse inquirir o caso e “*castigar aos delinquentes pera exemplo dos mais*”<sup>372</sup>. Esta não era, contudo, a primeira vez que se registava um desacato semelhante. O caso mais recente ocorrera durante o vice-reinado do conde de Linhares cujo governo, como vimos, fora tudo menos pacífico. Em Outubro de 1635, pouco antes do seu regresso ao reino, os inimigos do vice-rei “*encheram de papéis infames as esquinas mais notórias e, deixando uma*

---

<sup>371</sup> Sobre estas diferentes elites coloniais e imperiais, v. Santos e Xavier (2007)

<sup>372</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

*imagem sua no patíbulo público durante a noite, foram buscar as luzes das suas casas*”<sup>373</sup>. Episódios como este, a que poderíamos acrescentar os que se passaram com D. Francisco da Gama (1597-1600 e 1622-1628) e D. Filipe de Mascarenhas (1645-1651), prendem a nossa atenção por revelarem a virulência de que se podiam revestir as lutas políticas na capital do Estado da Índia<sup>374</sup>. De resto, estas práticas difamatórias rituais apresentavam bastantes semelhanças entre si. Todas elas foram executadas a coberto da escuridão, todas implicaram a exposição pública de uma figura que representava o vice-rei e todas suscitaram a veemente condenação por parte da Câmara da cidade<sup>375</sup>.

Todavia, apesar destas similitudes, o caso que envolveu o conde de Aveiras apresenta igualmente algumas singularidades. Desde logo, por ser o menos conhecido. Mencionado de passagem na primeira carta enviada pela Câmara de Goa a D. João IV, este episódio não parece ter sido seguido de qualquer investigação ou devassa, pelo que dificilmente conseguiremos apurar a identidade dos seus autores. O próprio vice-rei não terá dado grande importância ao ultraje de que fora alvo, não o referindo em nenhuma das cartas oficiais que enviou a Lisboa nesse ano. Embora obscuro, este caso não deixa, contudo, de suscitar algumas questões. Em primeiro lugar, porque (pelo menos aparentemente) o primeiro ano de governo do conde de Aveiras não parece ter assistido a uma polarização da luta política semelhante à que, como vimos, caracterizou o vice-reinado do conde de Linhares<sup>376</sup>. Em segundo, porque ao contrário do que acontecia com D. Miguel de Noronha e de D. Filipe de Mascarenhas, não existem vestígios imediatos de antagonismos pessoais relacionados com a participação do vice-rei no mundo dos negócios. Nestas circunstâncias, o que poderia justificar o seu enforcamento em efígie? Ainda que nada prove a relação entre os dois acontecimentos, não deixa de ser curioso que este episódio tenha ocorrido poucos dias depois da chegada dos avisos da *Restauração*, quicá o momento mais polémico do seu vice-reinado.

Quem era então o conde de Aveiras? Infelizmente, à semelhança do que acontece em relação a muitas outras figuras relevantes do Estado da Índia seiscentista, a ausência de estudos biográficos limita o nosso conhecimento acerca daquele que foi o

---

<sup>373</sup> Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, v. 6, pp. 438-439, ANTT, *Livros das Monções*, lv. 34, fl. 47 e ACE, vol. II, pp. 18-36

<sup>374</sup> Subrahmanyam (1995), pp. 330-335 e Bethencourt (1998a), pp. 307-314. Curiosamente, nenhuma destas análises refere o caso da efígie enforcada do conde de Aveiras, talvez por, como vimos, apenas ser mencionada por uma fonte relativamente pouco conhecida.

<sup>375</sup> Bethencourt (1998a), p. 312

<sup>376</sup> Sobre o vice-reinado do conde de Linhares, v. Capítulo 2 da segunda parte deste trabalho.

último vice-rei da Índia nomeado por Filipe IV. A tentativa de colmatar estas lacunas leva-nos, ainda que de um modo superficial, a descrever o percurso do conde de Aveiras até à sua partida para a Índia. Nascido no último quartel do século XVI, João da Silva Telo de Meneses era o filho mais velho do segundo casamento de Diogo da Silva, regedor da Casa da Suplicação e 8º senhor de Vagos, com Margarida de Meneses, filha de João Teles de Meneses, governador de Lisboa<sup>377</sup>. As primeiras referências ao jovem João da Silva Telo surgem nos primeiros anos do século XVII, descrevendo-o como cavaleiro da ordem de Santiago – sendo detentor da comenda de Mouguelas<sup>378</sup> –, e como cavaleiro fidalgo da Casa Real<sup>379</sup>. Seria, contudo, nas décadas de 1620 e 1630 que a sua folha de serviços se preencheria com cargos e mercês de maior consideração. Depois de se ter distinguido na recuperação da cidade de Salvador da Baía, participando na *Jornada dos Vassalos* de 1625<sup>380</sup>, fora nomeado para o posto de capitão e governador da praça marroquina de Mazagão em 1630, tanto quanto sabemos o primeiro cargo em que foi provido fora do reino<sup>381</sup>.

Aquando da sua nomeação como vice-rei da Índia, em 25 de Fevereiro de 1640<sup>382</sup>, D. João da Silva Telo de Meneses rondaria então os cinquenta anos de idade, reunindo algumas características que faziam dele um candidato natural ao cargo<sup>383</sup>. Desde logo, porque pertencia a uma linhagem com um largo historial de serviços prestados à Coroa, tendo consolidado a sua posição social pelo casamento com D. Maria (ou Mariana) da Silveira, irmã do 1º conde de Unhão<sup>384</sup>. A estas ligações familiares somava-se ainda a sua larga experiência pessoal, primeiro como capitão de Mazagão e mais tarde como conselheiro de Estado. Todavia, não podemos deixar de questionar a natureza das suas relações com o conde-duque de Olivares e o seu círculo mais próximo. Infelizmente, pouco ou nada conhecemos sobre o posicionamento de João da Silva Telo na complexa teia de alianças e antagonismos que pautava a luta política durante a década de 1630. O único,

---

<sup>377</sup> ANTT, *Arquivo da Casa dos Condes de Aveiras e dos Marqueses de Vagos*, mç. 11, Mercês 1547-1788, doc. 2 e Gaio (1990), v. 9, t. 26, pp. 389-390

<sup>378</sup> ANTT, *Arquivos da Casa dos Condes de Aveiras e dos Marqueses de Vagos*, mç. 12, Alvarás 1600-1812, docs. 1 e 2 e mç. 9, Mercês 1547-1788, doc. 3

<sup>379</sup> *Ibidem*, mç. 9, Mercês 1547-1788, doc. 5

<sup>380</sup> *Ibidem*, mç. 9, Mercês 1547-1788 doc. 5

<sup>381</sup> ANTT, *Arquivos da Casa dos Condes de Aveiras e dos Marqueses de Vagos*, mç. 12, Patentes 1630-1809, doc. 1

<sup>382</sup> ANTT, *Chancelaria de Filipe III*, lv. 37, fl. 32-33

<sup>383</sup> De resto, o percurso de D. João da Silva Telo de Meneses ao serviço da Coroa aproxima-se bastante do de D. Miguel de Noronha, 4º conde de Linhares, v. Disney (1985), pp. 305-306. Sobre o perfil-tipo dos fidalgos providos no cargo de vice-rei da Índia durante a primeira metade do século XVII, v. Cunha e Monteiro (1995), pp. 94-100

<sup>384</sup> Gaio (1990), v. 9, t. 26, pp. 392

ainda que bastante sugestivo, indício encontra-se no parecer que o secretário Diogo Soares elaborou em 1634 sobre os talentos dos ministros e fidalgos de Portugal, em que se referia ao então governador de Mazagão de um modo depreciativo, associando-o às facções nobiliárquicas opostas às políticas de Olivares:

*“En Mazagon esta Juan de Silva Tello de Meneses que es de la faccion de los Portalegres, no ha buena openion de su valor.”*<sup>385</sup>

No entanto, apesar do parecer de Diogo Soares, nos inícios de 1640 João da Silva Telo parecia gozar do favor de Filipe IV. Este seria sublinhado pelo facto de, pouco antes de rumar a Goa para ocupar o cargo de vice-rei, ter sido agraciado com o título de conde de Aveiras, no qual seria sucedido pelo seu filho mais velho, Luís da Silva Telo de Meneses, caso viesse a falecer durante o cumprimento do seu mandato<sup>386</sup>.

Chegando ao Oriente em Setembro de 1640, o conde de Aveiras encontrou no governo do Estado da Índia o seu cunhado António Teles de Meneses (1639-1640), que ocupara o posto deixado vago pela morte do vice-rei Pêro da Silva<sup>387</sup>. Tomando posse do cargo no dia 20 desse mês, o novo vice-rei parece ter passado o seu primeiro ano de governo ocupado com as ameaças que a Índia enfrentava. Uma vez que os conflitos na ilha Ceilão não davam mostras de abrandar, nomeou D. Filipe de Mascarenhas para o cargo de capitão-geral da ilha, enviando igualmente reforços para Malaca e procurando solucionar os conflitos de jurisdição que afectavam os interesses portugueses no Golfo Pérsico<sup>388</sup>. Todavia, se até ao final de Agosto de 1641 o acontecimento mais notável do vice-reinado de D. João da Silva Telo de Meneses fora a queda de Malaca – que finalmente sucumbira perante as investidas inimigas em Janeiro desse ano –, os primeiros dias de Setembro viriam a alterar profundamente o panorama político do Estado da Índia, uma vez que a 8 desse mês as notícias da revolta do 1º de Dezembro foram finalmente conhecidas na cidade de Goa.

Como já mencionámos *en passant*, na primeira parte deste trabalho, a reacção do vice-rei às novas do reino tem vindo a ser escrutinada pela historiografia dedicada à

---

<sup>385</sup> BA, cód. 51-VI-39, p. 183. Sobre as facções e a luta política no seio da nobreza portuguesa durante a década de 1630, v. Bouza (2000), pp. 207-256

<sup>386</sup> ANTT, *Chancelaria de Filipe III*, lv. 37, fl. 33v e 66v e ANTT, *Arquivo da Casa dos Condes de Aveiras e dos Marqueses de Vagos*, mc, 12, Alvarás 1630-1812, doc. 5. Luís da Silva Telo acompanhou o seu pai até à Índia, onde terá servido na guarnição do forte da Aguada, ocupando igualmente os cargos de capitão da armada da barra de Goa e de capitão da armada do Norte, v. ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 2v-4v, 69 e 124v-125v.

<sup>387</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 47, fl. 6-6v

<sup>388</sup> *Ibidem* fl. 10-10v, 16-16v, 19-21 e 22-22v

conjuntura da *Restauração* no Estado da Índia, sobretudo a partir dos estudos que Charles Boxer publicou nas décadas de 1930 e 1940<sup>389</sup>. Contrariando a ideia consagrada de que a nova situação política havia sido universalmente aplaudida na capital do Estado da Índia, o historiador britânico defendeu que o procedimento do vice-rei fora tudo menos linear e que este hesitara bastante antes de proclamar a sua lealdade a D. João IV. Para esta avaliação baseava-se em dois testemunhos que até então não haviam sido valorizados. O primeiro deles era o relatório de um espião neerlandês infiltrado em Goa, o qual afirmava que o debate em torno da chegada das novas do reino durara toda a noite e que apenas a ameaça de ser destituído e substituído pelo arcebispo primaz convencera o vice-rei a agir em conformidade com as instruções de Lisboa<sup>390</sup>. O segundo, quiçá mais surpreendente, era assinado pelo padre António Vieira. Numa carta escrita em finais da década de 1650, em que se propunha decifrar as trovas de Gonçalo Anes Bandarra, o ilustre jesuíta assegurava que o sapateiro de Trancoso havia profetizado a conduta hesitante do vice-rei:

*“O Estado da Índia (...) tanto quanto chegou a nova da aclamação a Goa, quis logo aclamar publicamente; mas o vizo-rei arrepelou, porque foi à mão do ímpeto do povo e dos soldados, fechando-se no Paço, para considerar como sisudo o que havia de fazer em materia tão grande: e esta foi a única detença ou mora que a aclamação teve em Goa”*<sup>391</sup>.

À luz destas evidências, Charles Boxer interpretou os textos que defendiam a actuação do vice-rei como esforços propagandísticos que tinham a finalidade de fazer esquecer as suas hesitações. De resto, o próprio percurso de D. João da Silva Telo de Meneses acabava por contribuir para as interrogações a respeito da sua lealdade. Apesar de D. João IV ter apelado *“à memoria (...) da boa uontade e affeição que o sereníssimo Duque Dom Theodozio meu pay, que Deos haja sempre teve ao Regedor Diogo da Sylua vosso pay”*<sup>392</sup>, a verdade é que o título de conde de Aveiras (e consequentemente a sua casa) se devia ao favor de Filipe IV. Ainda que persuasiva, esta leitura dos acontecimentos não deixa, porém, de suscitar algumas perplexidades. Como podemos explicar que a maioria dos relatos não faça menção às dúvidas e indecisões do vice-rei? A posição da Câmara de Goa a este respeito parece bastante clara, elogiando o comportamento do conde de Aveiras e afirmando que *“no particular da aclamação e*

---

<sup>389</sup> Boxer (1932) e (1948), pp. 139-142

<sup>390</sup> Cit. Boxer (1932), p. 24 e Barendse (2005), p. 263

<sup>391</sup> António Vieira, *Cartas*, vol. 1, pp. 475-477

<sup>392</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 1-4

*juramento de Vossa Magestade se ouue como delle esperauamos, e em tudo que esta Cidade lhe pedio em favor deste negocio o achamos muito prompto*”<sup>393</sup>.

Perante estas circunstâncias, poderá ser interessante cruzar a história do conde de Aveiras com a do seu contemporâneo D. Jorge de Mascarenhas, 1º Marquês de Montalvão. Detentor de um invejável currículo de serviços prestados à Coroa, D. Jorge de Mascarenhas fora provido em 1640 no cargo de governador do Brasil, assumindo pela sua dignidade pessoal o título de vice-rei<sup>394</sup>. No entanto, pouco mais de um ano mais tarde, o marquês de Montalvão seria deposto e enviado para o reino na sequência das polémicas que envolveram a aclamação de D. João IV na Baía. Apesar de ter acatado as ordens do reino e feito aclamar o novo rei, a posição destacada do vice-rei na anterior ordem política – em conjunto com as suspeitas que recaiam sobre a sua mulher e a deserção de dois dos seus filhos, que optaram por permanecer fiéis a Filipe IV – foi aproveitada pelos seus inimigos para conseguirem a sua deposição<sup>395</sup>. É certo que os episódios se revestiram de características bastante distintas, mas não deixa de ser curioso que os titulares dos mais importantes governos ultramarinos da Coroa de Portugal tenham ambos sido objecto de polémicas relacionadas com a sua fidelidade à nova Casa Real. Poderá esta similitude indicar que, no contexto das disputas e conflitos de interesse locais, a nova situação política terá sido aproveitada para tentar fragilizar politicamente estes dois fidalgos? É uma hipótese que deixamos em aberto face aos dados que temos vindo a referir.

Qualquer que fosse o seu estado de espírito perante a chegada das notícias da *Restauração*, a verdade é que a nova situação política não parece ter afectado negativamente o percurso pessoal do vice-rei, que se manteria no cargo durante mais quatro anos. Depois do seu regresso ao reino, no ano de 1645, D. João da Silva Telo de Meneses ocuparia ainda o posto de regedor da Casa da Suplicação – o mesmo que o seu pai em tempos exercera –, antes de ser novamente nomeado para o cargo de vice-rei da

---

<sup>393</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>394</sup> Descendendo de uma linhagem com um longo historial de serviços prestados no reino e no império, D. Jorge de Mascarenhas tivera um percurso pessoal brilhante, ocupando os cargos de capitão de Mazagão (1614) e de Tânger (1622) antes de ter sido nomeado para presidir à Companhia de Comércio da Índia (1628). Seria agraciado por Filipe IV com os títulos de conde de Castelo Novo (1628) e marquês de Montalvão (1639), tendo sido provido no cargo de 1º vice-rei do Brasil no ano de 1640, v. White (2004)

<sup>395</sup> Luís de Meneses, *História de Portugal Restaurado*, t. I, lv. 3, pp. 133-138. Regressando a ferros ao reino, o marquês de Montalvão seria imediatamente libertado por D. João IV, que o nomeou para os cargos de vedor da fazenda (1642) e presidente do Conselho Ultramarino (1643). Todavia, apesar da posição destacada que alcançaria no novo regime, D. Jorge de Mascarenhas continuaria a ser perseguido por suspeitas lançadas pelos seus inimigos, sendo detido durante alguns meses em 1644 e, novamente, em 1649, acabando por falecer na prisão menos de três anos depois, v. White (2004), pp. 80-83

Índia em 1650<sup>396</sup>, recebendo a promessa da sua elevação a marquês<sup>397</sup>. Porém, o atraso no apresto das embarcações obrigou a armada a invernar na costa de Moçambique, onde o conde de Aveiras acabaria por falecer antes de ter iniciado o seu segundo mandato de vice-rei<sup>398</sup>.

### 3.2 – Advertências, queixas e petições

“*Não sabe esta Cidade com que palauras poderá ao Viuo Representar a Vossa Real Magestade o contentamento, e aluoroço tão grande com que ella e todo o seu pouo Recebeo a carta que Vossa Magestade foi seruido de nos mandar escrever em 18 de Março de 1641 que no mesmo ponto e ora em que nos foi dada que forão aos noue de septembro do dito anno logo aclamamos a Vossa Magestade por Rey e Senhor nosso como Verdadeiro e Natural que hê de todos os seus Reinos e estados*”<sup>399</sup>. Era com estas palavras que, a 12 de Dezembro de 1641, os vereadores da Câmara de Goa iniciavam a primeira carta que escreveram a D. João IV. Constituindo um dos mais interessantes testemunhos sobre a conjuntura da *Restauração* em Goa, esta missiva tem vindo a ser abundantemente citada ao longo das páginas anteriores, mas a riqueza de informações que contém justifica uma análise mais aprofundada. De facto, se a primeira parte da carta evoca a chegada das novas do reino, descrevendo as manifestações de alegria por parte da cidade e dos seus moradores, as páginas que se seguem são preenchidas por apontamentos, queixas e petições que nos permitem entrever as inquietações e as aspirações daqueles que se apresentavam como representantes da cidade.

Desde o clássico *Portuguese Society in the Tropics*, da autoria de Charles Boxer, a historiografia tem concedido cada vez maior atenção aos conselhos municipais enquanto elemento estruturante da presença portuguesa na Ásia<sup>400</sup>. Administrando o governo, justiça e fazenda da cidade, a Câmara de Goa surgia como reflexo institucional dos interesses dos *casados*, defendendo os seus privilégios perante a Coroa e perante os restantes grupos e instituições presentes na cidade. A carta da Câmara de Goa apresenta-se então como uma admirável resenha deste universo de negociações e conflitos que moldavam a arena política goesa. Assumindo que era sua “*obrigação de Procurar que*

---

<sup>396</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João IV*, lv. 20, fl. 220. Para o regimento desta viagem, v. ANTT, *Arquivo da Casa dos Condes de Aveiras e dos Marqueses de Vagos*, mç. 12, Alvarás, doc. 8

<sup>397</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João IV*, lv. 15, fl. 265

<sup>398</sup> Barros (2008), p. 195

<sup>399</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, *Índia*, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>400</sup> Boxer (1965), pp. 12-41, Subrahmanyam (1995), pp. 316-320, Bethencourt (1998b), pp. 343-350 e Bicalho (2001), pp. 196-198 e 208-209

*lhe venha a notícia de tudo o que se nos offerecer em concideração do Seu Real Serviço*”, a primeira preocupação dos vereadores era enumerar diante de D. João IV “*as Cauzas e Rezoins a que tem chegado o estado em que estamos, e o remedio que poderão ter estes malles*”<sup>401</sup>. Neste sentido, enfatizavam tópicos próximos à parenética restauracionista, atribuindo as origens desses “*malles*” ao desgoverno dos monarcas da Casa de Áustria, que haviam abandonando os seus vassallos às depredações dos rivais europeus, oprimindo-os com tributações excessivas e ignorando os avisos e conselhos dos representantes da cidade. Sendo assim, se queria assegurar a conservação e aumento do Estado da Índia, o novo rei devia “*de tudo auer hua noua Reformação, informando se do mais ajustado e difirindo a esta Cidade suas aduertencias que são fundadas no zello e Amor com que servirão a Vossa Magestade*”<sup>402</sup>.

Em que consistiam essas advertências? Desde logo, os representantes da cidade pediam a D. João IV que confirmasse os seus privilégios – como, de resto, fizera Filipe II em 1582<sup>403</sup> –, e que prevenisse os vice-reis para que tivessem em conta as suas “*aduerenças e lembranças*”<sup>404</sup>. Evocando esses privilégios, denunciavam ainda uma série de agravos que consideravam particularmente prejudiciais ao bom governo da cidade. A primeira denúncia relacionava-se com os entraves que os vice-reis e governadores colocavam à sua correspondência com a Coroa, interceptando as cartas que enviavam e as respostas que lhes chegavam de Lisboa. Para resolver esta situação, pediam que fossem dadas ordens explícitas aos capitães das armadas para que entregassem as missivas directamente à mesa da Câmara, solicitando ainda que lhes fosse concedida uma cifra para que pudessem escrever com maior liberdade<sup>405</sup>. Uma segunda crítica dirigia-se à presença do capitão da cidade nas reuniões camarárias em que se decidia o provimento dos oficiais, traço distintivo da organização municipal da cidade de Goa que suscitara queixas recorrentes ao longo das décadas anteriores<sup>406</sup>. De acordo com os oficiais da Câmara, a assistência do capitão era a “*rezão de não poderem os officiais desta meza Votarem com liberdade*”, afectando particularmente os “*misteres que como sejam de menor condição aReceando desagradarem nos de*

---

<sup>401</sup> Carta da Câmara de Goa a D. João IV, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>402</sup> *Ibidem*

<sup>403</sup> APO, fasc. 2, pp. 213-215

<sup>404</sup> Carta da Câmara de Goa a D. João IV, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>405</sup> *Ibidem*. De resto, à semelhança do que acontecia com grande parte das petições apresentadas nesta carta, não era a primeira vez que os vereadores da Câmara de Goa apresentavam queixas e requerimentos semelhantes, v. APO, fasc. 1, parte 2, pp. 211 e 224

<sup>406</sup> Boxer (1965), pp. 13 e 23-24



*ordinário se vão com elles bem contra as suas vontades*”<sup>407</sup>.

Ainda que, como observámos anteriormente, os oficiais camarários não poupassem elogios à pessoa do conde de Aveiras, uma parte considerável das suas advertências estava então relacionada com os conflitos jurisdicionais entre a cidade e os vice-reis. A Câmara mostrava-se particularmente zelosa a respeito do provimento dos cargos, apelando à Coroa para que os vice-reis não pudessem prover criados seus em postos de nomeação régia, trazer para a Índia os seus filhos, ou interferir no vasto conjunto de ofícios municipais<sup>408</sup>. No entanto, a defesa dos interesses da cidade envolvia outras instâncias para além do vice-rei. Sendo assim, as críticas da Câmara incidiam igualmente sobre o comportamento das ordens religiosas, acusadas de lesar os interesses do Estado da Índia ao desviar os reforços que chegavam do reino para os seus conventos e mosteiros<sup>409</sup>. Retomavam igualmente as polémicas em torno do convento de Santa Mónica (a maior instituição religiosa feminina do Estado da Índia) e do seu curador, o frade agostinho Diogo de Santa Ana. Este litígio, que se arrastava há alguns anos, prendia-se com o recolhimento neste convento das mais ricas donzelas de Goa, responsabilizado pelos problemas demográficos da cidade. Esta situação levava a Câmara a pedir ao novo rei que fosse servido de “*ordenar que em tempo limitado não meteçe ninguém suas filhas nem parentas no dito mosteiro visto estar ele prouido*” de modo a que a cidade pudesse “*pouoarse e cazaremse muitos*”<sup>410</sup>. A estas críticas acresciam-se ainda as denúncias acerca dos males que advinham do arrendamento das rendas régias a gentios – que, segundo Michael Pearson, detinham a grande maioria das rendas da cidade de Goa<sup>411</sup> –, uma vez que estes agiam “*contra o bem comum metendoçe nellas condiçois muito prejudiciais em contra das posturas desta cidade*”<sup>412</sup>.

Estas queixas não seriam alheias à percepção de que o estatuto privilegiado que os *casados* haviam alcançado na ordem política da capital do Estado da Índia estava progressivamente a ser posto em causa por uma conjugação de diferentes ameaças. Entre estas, contava-se a possibilidade de equiparação social por parte das elites locais

---

<sup>407</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>408</sup> *Ibidem*. De resto, as denúncias acerca dos vice-reis nomearem apaniguados seus para os cargos e interferirem nos assuntos da vereação eram recorrentes na comunicação entre a Câmara de Goa e a Coroa, v. ANTT, *Livros das Monções*, lv. 25, fl. 146, lv. 26, fl. 12 e lv. 29, fl. 191

<sup>409</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>410</sup> *Ibidem*. Sobre as polémicas em torno da acção de frei Diogo de Santa Ana, v. Boxer (1965), pp. 37-38 e Bethencourt (1994)

<sup>411</sup> Pearson (1973)

<sup>412</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

convertidas ao cristianismo<sup>413</sup>. Desenrolava-se assim um conflito entre *reinóis, casados e naturais da terra* que talvez nos ajude a compreender que os representantes da cidade, ciosos dos privilégios dos portugueses estabelecidos localmente, tenham sugerido a D. João IV que fossem tomadas providências “*para que nenhum bramane, nem charado ou doutra qualquer casta que seja sendo Rigos ou tendo fazendas (...) possa cazar suas filhas senão com Portuguezes*”. A aplicação desta medida levaria, no seu entender, a que os bens dos *naturais da terra* passassem para mãos portuguesas de modo que, a curto prazo, ficariam “*as terras Pouoadas de gente branca e seguras a qualquer sospeita*”<sup>414</sup>. A Câmara de Goa projectava então uma ordem política idealizada – cujos traços podiam igualmente ser vislumbrados nas queixas em relação ao convento de Santa Mónica –, que se sustentaria no povoamento dos territórios em torno da cidade por *casados* portugueses.

Todas estas propostas e advertências – a que poderíamos ainda acrescentar questões como a falta de ministros de justiça<sup>415</sup>, a necessidade de arruar os ofícios e mesteres<sup>416</sup>, ou os problemas no despacho dos cargos e mercês régias<sup>417</sup> –, revelavam a estratégia seguida pelos oficiais da Câmara, que procuravam aproveitar as possibilidades deixadas em aberto pela nova situação política para (re)apresentar velhas reivindicações e renegociar a concessão de privilégios e mercês. De resto, nas considerações tecidas a respeito das tributações fiscais, a linguagem da carta aproximava-se de alguns tópicos caros ao vocabulário político da *Restauração*. A este respeito, os representantes da cidade pediam que, a exemplo do que fizera em relação ao reino, o novo rei os livrasse do “*tributo da meia anatta, tão Injustamente imposto pello Gouerno de Castella*”<sup>418</sup>. Solicitavam ainda a revisão das inovações estabelecidas durante o vice-reinado do conde de Linhares, nomeadamente a obrigação dos tesoureiros da cidade irem prestar contas à Casa dos Contos<sup>419</sup>. Por fim, requeriam que fossem levantados os restantes tributos instituídos durante a união dinástica ou, pelo menos que os seus rendimentos não pudessem ser aplicados para outros fins que não aqueles que haviam sido previamente acordados com a Câmara de Goa. Esta

---

<sup>413</sup> Xavier (2008), pp. 394 e segs.

<sup>414</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

<sup>415</sup> *Ibidem*,

<sup>416</sup> *Ibidem*

<sup>417</sup> *Ibidem*

<sup>418</sup> *Ibidem*. A imposição da *Meia Anata*, uma das mais contestadas nos últimos anos da união dinástica, incidia sobre as rendas dos ofícios e mercês, começando a ser cobrada no reino a partir de 1631 e na Índia a partir de 1633, v. Miranda (2007), p. 485

<sup>419</sup> *Carta da Câmara de Goa a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 23, doc. 82, 12/12/1641

advertência incidia particularmente sobre o imposto da *colecta*, destinado ao apresto de uma armada cujo objectivo seria “*dar goarda as cafillas de mantimentos*” que asseguravam o abastecimento de Goa mas que, segundo os oficiais da Câmara, era desviada pelos vice-reis para outros fins<sup>420</sup>.

A carta da Câmara de Goa oferece-nos então um exemplo notável de como a imaginação política coeva permitia que diferentes linguagens coexistissem num mesmo texto, cruzando a proclamação da lealdade a uma nova dinastia com a defesa de interesses particulares. De resto, a mesma história poderia ser contada a partir de uma perspectiva diferente. Se desviarmos o olhar da cidade de Goa e nos centrarmos no *hinterland* rural que a envolvia, deparamo-nos com alguns exemplos de como as elites locais convertidas adoptaram estratégias semelhantes para os seus próprios fins. Veja-se a carta da Câmara Geral de Salcete a D. João IV, no dia 29 de Dezembro de 1643, em que os representantes das principais aldeias desta província expressavam a sua “*desconsolação*” por não terem obtido resposta à missiva que haviam enviado a Lisboa com “*os parabéns da miraculosa aclamação*”<sup>421</sup>. Evocando a sua condição de humildes vassalos do rei de Portugal, os representantes das aldeias de Salcete aludiam então às misérias com que se confrontavam, declarando que o território estava à beira de se despovoar<sup>422</sup>. Nestas circunstâncias, solicitavam a D. João IV que os favorecesse como seus “*filhinhos*”, respondendo aos “*apontamentos e papeis*” que lhe enviavam de modo a fazer esquecer o governo habsburguês, durante o qual todas as reivindicações haviam sido postas “*em silencio*”<sup>423</sup>. Sendo assim, ainda que os seus interesses nem sempre fossem convergentes, a estratégia discursiva da Câmara de Salcete parecia aproximar-se da que fora adoptada pela Câmara de Goa, aliando as demonstrações de fidelidade à convicção de que o novo rei responderia com liberalidade às suas petições.

---

<sup>420</sup> *Ibidem*. Sobre os novos impostos acordados com a Câmara de Goa durante a união dinástica, v. Miranda (2010)

<sup>421</sup> *Carta da Câmara Geral das terras de Salcete a D. João IV*, AHU, *Índia*, cx. 28, doc. 110, 29/12/1643. A Câmara Geral era constituída pelos representantes das principais aldeias, ou comunidades rurais, da província de Salcete. Esta região (situada a sul da ilha de Tiswadi) fora submetida à Coroa de Portugal em 1543, juntamente com a província de Bardez, na sequência de um tratado com o Sultanato de Bijapur. Em ambos os casos a Coroa apropriou-se de direitos e rendas, mas adoptou as formas de organização locais, v. Souza (1994), pp. 56-57

<sup>422</sup> Embora estas imagens de miséria e declínio fossem um artifício retórico comum nas negociações com a Coroa, é provável que estes apelos reflectissem ainda os efeitos da grande fome que afectara a costa ocidental indiana nos primeiros anos da década de 1630, devastando os territórios que rodeavam a cidade de Goa, v. Pearson (1987), p. 142

<sup>423</sup> *Carta da Câmara Geral das terras de Salcete a D. João IV*, AHU, *Índia*, cx. 28, doc. 110, 29/12/1643. As petições enviadas pela Câmara Geral de Salcete referiam os agravos cometidos pelos vice-reis e pela Companhia de Jesus, mas também os “*cruéis*” tributos impostos pelos “*ministros de Castella*”, cit. Souza (1994), pp. 219-228

### 3.3 – Os teatinos em Goa

Em 1640, após alguns meses de viagem por terra, chegava à cidade de Goa um grupo de missionários teatinos – os primeiros desta ordem a chegarem à Índia – que haviam percorrido o longo caminho que separava Roma da Índia. Quem eram os teatinos? Porque haviam empreendido esta viagem? A Ordem dos Clérigos Regulares da Divina Providência (cujos membros eram vulgarmente conhecidos por teatinos) fora fundada em 1524 por dois religiosos italianos, Gaetano da Thiene e Giovanni Pietro Caraffa, que mais tarde viria a sentar-se no trono de S. Pedro com o nome de Paulo IV (1555-1559)<sup>424</sup>. Todavia, apesar de ter sido um dos primeiros institutos religiosos a emergir da reforma católica, a Ordem dos Clérigos Regulares teve uma entrada bastante tardia no palco asiático. Esta surgiria no âmbito das iniciativas da cúria romana para reequacionar as missões apostólicas que seriam consagradas pela criação, em 1622, da *Sagrada Congregação da Propaganda Fide*, à qual caberia administrar directamente as actividades missionárias<sup>425</sup>. As diligências desta instituição no contexto asiático não deixariam, porém, de suscitar fortes resistências por parte das autoridades portuguesas, zelosas dos direitos de padroado que lhes haviam previamente sido concedidos. Sendo assim, a Coroa mostrava-se particularmente desconfiada do envio de missionários estrangeiros – maioritariamente italianos e franceses –, os quais partiam para a Índia sem o seu consentimento e se mantinham isentos da jurisdição do padroado português. De resto, a vigilância sobre os estrangeiros vinha a tornar-se cada vez mais apertada à medida que se agravavam os conflitos com os rivais europeus, sucedendo-se as ordens régias para que se limitasse a sua permanência no Estado da Índia<sup>426</sup>. Nestas circunstâncias, as autoridades de Goa não hesitavam em dar ordem de expulsão aos religiosos enviados à Índia pela *Propaganda Fide*, sem autorização régia<sup>427</sup>.

Foi então neste contexto que, no ano de 1639, o papa Urbano VIII (1623-1644) concedeu à Ordem dos Clérigos Regulares as missões apostólicas dos Sultanatos de Bijapur e Golconda. O primeiro grupo de missionários teatinos deixou Roma ainda em Outubro desse ano, rumando à cidade de Livorno onde esperavam encontrar um navio

---

<sup>424</sup> DHRP, vol. IV pp. 271-274. Sobre as missões dos teatinos na Ásia, v. Castillo (2008)

<sup>425</sup> Para uma breve resenha da actividade da *Propaganda Fide* no Estado da Índia e dos conflitos de jurisdição com o padroado português, v. Costa (2000), pp. 293-299 e Lopes e Ferrão (2010)

<sup>426</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 22, fl. 80-80v

<sup>427</sup> Por exemplo, em meados de 1641, o conde de Aveiras ordenaria a expulsão de um grupo de religiosos franceses que se encontrava na Índia sem autorização da Coroa, v. HAG, *Livro dos Segredos*, lv. 1, fl. 41v-42 e *Monções do Reino*, lv. 21-B, fl. 530v

que os levasse até um dos portos do Levante. À cabeça deste grupo encontrava-se o padre napolitano Pedro Avitabile, que era acompanhado pelos padres Francisco Manco e António Ardizzone Spínola, também eles de origem italiana<sup>428</sup>. Todos os três eram missionários com largos anos de experiência, passados sobretudo nas missões da Geórgia. Na sua companhia seguia igualmente o irmão André Lipómano, também ele com provas dadas no serviço apostólico<sup>429</sup>. Após uma longa viagem, que os levara a percorrer os caminhos do Médio Oriente até ao Golfo Pérsico, os quatro religiosos alcançariam finalmente a cidade de Goa no Outono de 1640. Porém, logo desde o primeiro momento, a sua missão deparar-se-ia com as dificuldades esperadas. Menos de um mês depois da chegada dos teatinos, o vice-rei conde de Aveiras escrevia a Lisboa, anunciando a chegada de quatro missionários italianos que haviam passado à Índia sem licença da Coroa de Portugal, declarando que ordenara o seu embarque nas primeiras naus que partissem de regresso ao reino<sup>430</sup>.

Como é que a missão dos teatinos se cruza com a história que temos vindo a contar? Que papel desempenharam na conjuntura da *Restauração* em Goa? A coincidência temporal entre a chegada destes religiosos à capital do Estado da Índia e a eclosão da revolta do 1º de Dezembro em Lisboa ditou que os destinos da sua missão ficassem profundamente ligados à nova situação política. Não será então surpreendente verificar que, para os panegiristas vindouros da Ordem dos Clérigos Regulares, esta coincidência fosse tida como um presságio divino, que por essa via anunciava aos habitantes de Goa “*que era couza de Deos aclamarem os Portuguezes ao seu Rey verdadeiro naqueles tempos tão calamitozos*”<sup>431</sup>. De resto, os quatro teatinos que se encontravam em Goa não tardariam a aperceber-se da possibilidade de capitalizar este acaso em seu favor, dirigindo-se ao convento de Santa Mónica para festejar as boas novas e pregar “*hum sermão muy aLeuantado*” em favor da legitimidade de D. João IV<sup>432</sup>. A partir desse momento os dados estavam lançados. Logo a 15 de Setembro de 1641, meros quatro dias passados desde a cerimónia de juramento do novo rei, o padre António Ardizzone subia ao púlpito da Sé Catedral para, em presença do vice-rei e do arcebispo primaz, proferir uma prédica apologética da *Restauração*. Perto do final do

---

<sup>428</sup> É precisamente sobre a figura do Pe. António Ardizzone Spínola, notável pregador da *Restauração*, que se tem concentrado a atenção dos historiadores, v. Winius (1995)

<sup>429</sup> *Compendiosa noticia da Fundação do Templo, das Cazas, e das Missoens, que tem os Religiosos Theatinos nas Índias Orientaes*, BNP, cód. 186, fl. 1-1v

<sup>430</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 47, fl. 70-70v

<sup>431</sup> *Recompilada noticia das Missões dos Clérigos Regulares*, BNP, cód. 186, fl. 81-97

<sup>432</sup> ANTT, *Casa da Nossa Senhora da Divina Providência de Lisboa*, lv. 8, fl. 17-17v

seu sermão, o padre napolitano afirmava:

*“Maior foi o beneficio, que da Divina Providencia recebeo a India na acclamação de Sua Magestade (...) Se pois foi maior, era razão que fosse a primeira em se lhe mostrar agradecida, a primeira em lhe render as graças, a primeira em aceitar seus filhos por Irmãos, emfim a primeira em procurar de Sua Magestade as licenças para se edificar nesta Cidade em acção de graças hum Templo â Divina Providencia, para nella renovarem seus filhos todos os annos a memoria desta tão feliz acclamação”*<sup>433</sup>.

Deste modo, os teatinos procuravam relacionar a defesa da sua posição na arena política goesa com a subida ao trono de D. João IV, esperando que o novo rei se mostrasse condescendente para com a sua presença na capital do Estado da Índia. A sua postura diante da nova situação política estava, no entanto, longe de ser linear. Desde logo, porque tanto o padre Avitabile como António Ardizzone eram napolitanos e, consequentemente, vassallos da Monarquia Hispânica. Mas também, porque a Santa Sé – que enviara os quatro religiosos à Índia – se mostrava relutante em reconhecer a legitimidade de D. João IV<sup>434</sup>.

Quando, em Dezembro de 1643, o vice-rei D. João da Silva Telo voltou a escrever a Lisboa acerca da presença dos teatinos em Goa<sup>435</sup>, a situação destes religiosos já havia sofrido algumas alterações. O irmão André Lipómano falecera alguns meses antes, enquanto o padre Francisco Manco partira para Golconda, onde dera início à missão apostólica de que fora incumbido<sup>436</sup>. Sendo assim, apenas permaneciam na cidade de Goa os padres Pedro Avitabile e António Ardizzone Spínola, que fizeram acompanhar a carta do vice-rei por uma petição, em que solicitavam a D. João IV que lhes permitisse *“residir nesta Cidade, e ter nella hum hospício pera cómoda passagem a nossas Missoins em terras dos infiéis”* e uma igreja *“pera que nella todos os annos se renoue a memoria de Sua Felecissima Sucessão, e acclamação”*<sup>437</sup>. A sua petição seria enquadrada por um conjunto de cartas, através das quais as diferentes instâncias da

---

<sup>433</sup> António Ardizzone Spínola, *Cordel Triplicado de Amor*, lv. I, Sermão I, pp. 51-52

<sup>434</sup> Paiva (2000), pp. 158-164

<sup>435</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 50, fl. 126

<sup>436</sup> *Compendiosa noticia da Fundação do Templo, das Cazas, e das Missoens, que tem os Religiosos Theatinos nas Índias Orientaes*, BNP, cód. 186, fl. 3-4v

<sup>437</sup> *Carta dos Teatinos a D. João IV*, AHU, Índia, cx. 28, doc. 105, 25/12/1643. De resto, os conselheiros do vice-rei recomendavam que se aguardasse durante dois anos por uma resposta de D. João IV às petições dos teatinos. Se no final desse prazo ainda não tivessem obtido resposta, os religiosos deveriam então abandonar a cidade *“para onde mais lhes conuiesse”*, v. *Assento do Conselho de Estado da Índia sobre os Theatinos*, AHU, Índia, cx. 28, doc. 124, 29/8/1643

cidade – desde os oficiais da Câmara ao arcebispo primaz – confirmavam a virtude dos religiosos e os seus merecimentos<sup>438</sup>.

Seguiu-se então um período de contemporização. Temporariamente autorizados a permanecer em Goa, os religiosos teatinos parecem ter passado os anos que se seguiram a aguardar pacientemente pela resposta de D. João IV. Mas não permaneceriam ociosos. O padre António Ardizzone parece, aliás, ter estado particularmente activo ao longo deste período. Confrontando-se com uma realidade em que a maior parte dos cristãos *naturais da terra* não comungava uma única vez em toda a vida, recorreu aos seus consideráveis dotes de pregador para alertar sobre os malefícios que advinham desta falta<sup>439</sup>. Na sequência destas prédicas, gizaria um plano para que os párocos locais garantissem que todos os cristãos comungavam todos os anos durante a Páscoa e no “*perigo de morte*”, mesmo que para tal fosse necessário levar o santíssimo sacramento às casas mais humildes. Porém, apesar de ter obtido o aval do arcebispo primaz D. Francisco dos Mártires para a sua iniciativa, esta não deixaria de encontrar “*contradições*” e resistências por parte do clero local<sup>440</sup>. De resto, nem sequer as ordens régias, datadas de 13 de Março de 1645, para que se efectivasse a expulsão dos teatinos poriam fim a este ciclo de contemporização. Em resposta a estas instruções, D. Filipe de Mascarenhas – que tomara posse do governo da Índia alguns meses antes – declarava que essas ordens seriam cumpridas assim que fosse possível, mas elogiava a “*modéstia e virtude*” dos teatinos, que os tornara “*amados de todo este pouo*”<sup>441</sup>.

A chegada, no ano de 1647, de uma nova carta régia, reiterando as ordens de expulsão conduz-nos, porém, ao último acto desta narrativa<sup>442</sup>. Justificando o atraso na partida dos religiosos com as enfermidades que os afectavam e que haviam impedido o seu embarque para o reino, o vice-rei assegurava que estes seguiriam nas próximas naus que fossem para Lisboa. Demasiado doente para empreender a viagem, o padre Pedro Avitabile acabaria, no entanto, por ficar em Goa onde viria a morrer poucos anos mais tarde. Por seu lado, o padre António Ardizzone embarcaria para o reino, em 1648,

---

<sup>438</sup> *Carta do Cabido da Sé de Goa sobre os Theatinos*, AHU, Índia, cx. 28, doc. 58, 5/12/1643, *Carta do Arcebispo Primaz sobre os religiosos Teatinos*, AHU, Índia, cx. 28, doc. 68, 7/12/1643, *Carta da cidade de Goa sobre o bom comportamento dos Teatinos*, AHU, Índia, cx. 28, doc. 106, 25/12/1643 e *Carta dos oficiais da Câmara de Goa sobre os Teatinos*, AHU, Índia, cx. 28, doc. 125, 31/12/1643

<sup>439</sup> António Ardizzone Spínola, *Cordel Triplicado de Amor*, lv. II, Sermão I, pp. 111-167

<sup>440</sup> Para a relação do próprio António Ardizzone sobre o seu projecto, v. *Breve Relação das principaes ordens*, BNP, cód. 58. Sobre esta questão, v. Xavier (2008), pp. 328-333

<sup>441</sup> *Ibidem*, fl. 215

<sup>442</sup> ANTT, *Casa da Nossa Senhora da Divina Providência de Lisboa*, lv. 8, fl. 9-10

levando consigo uma carta do seu confrade e a missão de solicitar pessoalmente a D. João IV a licença para edificar uma casa religiosa na capital do Estado da Índia<sup>443</sup>. À semelhança do que acontecera em 1643, esta missiva era acompanhada por uma vasta gama de documentos que certificavam o mérito dos clérigos regulares. Para compreender a importância destas certidões basta-nos enumerar os indivíduos, grupos e instituições que expressavam a sua “*desconsolação (...) em se despedirem os Padres Theatinos por estrangeiros*”<sup>444</sup>: o arcebispo primaz do Oriente e o secretário da sua câmara; os oficiais da Câmara de Goa; os irmãos e provedor da Misericórdia; os priores e párocos da cidade; o capitão e fidalgos da mesma; o cura da freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe, na ilha de Tiswadi; o secretário de Estado da Índia e o inquisidor apostólico<sup>445</sup>. Até mesmo os prelados das restantes ordens religiosas assinavam uma certidão conjunta, solicitando que os missionários teatinos pudessem permanecer na cidade de Goa e ter “*nella fundação e Igreja para os termos por companheiros, e coajudores nesta grande vinha do Senhor*”<sup>446</sup>.

Que estratégia discursiva presidiu à defesa dos merecimentos dos teatinos? Ao percorrer estas certidões deparamo-nos com um conjunto limitado de tópicos a que os seus autores recorriam insistentemente. Desde logo, eram gerais os elogios ao bom procedimento destes religiosos, à abnegação com que atendiam aos mais necessitados e à santidade dos seus votos, que lhes vedavam o acesso a qualquer tipo de rendas e os impediam de pedir esmola ou receber bens em testamento. Neste sentido, os representantes da Câmara de Goa declaravam: “*podemos esperar de Deos nosso Senhor nos faça muitas mercês por termos nesta Cidade Religiozos tão uirtuozos, e de tão Santa Vida*”<sup>447</sup>. Por outro lado, o empenho do padre Ardizzone Spínola na salvação espiritual dos *cristãos da terra* era igualmente louvado, sobretudo por via da preocupação que demonstrara em que todos pudessem comungar com maior frequência. Seria, no entanto, em torno do papel desempenhado pelos teatinos na aclamação de D. João IV que se construiria o principal eixo argumentativo destes discursos. Antes de mais, as certidões aludiam então às provas de amor e fidelidade com que estes religiosos haviam celebrado a chegada das novas da *Restauração*, aclamando o novo rei e festejando os aniversários da sua subida ao trono com “*três Doutíssimos Sermões*”

---

<sup>443</sup> *Ibidem*, fl. 13-14

<sup>444</sup> *Ibidem*, fl. 17

<sup>445</sup> *Ibidem*, fl. 11 e 15-59

<sup>446</sup> *Ibidem*, fl. 28

<sup>447</sup> *Ibidem*, fl. 17



pregados pelo padre António Ardizone Spínola. Perante estas evidências, o capitão da cidade Lopo Gomes de Abreu afiançava que os teatinos estavam já “*naturalizados, e hauidos nesta Cidade por mui leais vassallos de Sua Magestade por tratarem de seu Real seruiço como se fossem verdadeiros Portuguezes*”<sup>448</sup>.

Numa cultura política em que a *naturalização* não passava apenas por disposições legais – concretizando-se verdadeiramente nas demonstrações de fidelidade e amor à comunidade –, o comportamento dos teatinos durante a aclamação de D. João IV em Goa alimentava a argumentação de que eram tão fiéis como se fossem naturais e não estrangeiros, devendo por isso ser autorizados a permanecer no Estado da Índia<sup>449</sup>. Na carta que escreveu a D. João IV, o próprio Pedro Avitabile insistia neste ponto, desmistificando as objecções que poderiam ser levantadas ao facto do padre António Ardizone ter nascido em Nápoles e elogiando o seu confrade que se mostrara “*tão affecto à Nação Portuguesa, tão desejo de Servir a Vossa Magestade não como estrangeiro mas como natural, que nesta cidade de Goa se naturalizou Portugues com tantas demonstrações de leal vassalo*”<sup>450</sup>.

Ainda que, de momento, não nos seja possível reconstruir com a precisão desejada os passos de António Ardizone depois da sua chegada a Lisboa, tudo indica que o religioso teatino não tenha tido dificuldades em aproximar-se do rei e apresentar-lhe as suas petições<sup>451</sup>. No final do ano de 1648, a sua posição na corte estaria já consolidada, tendo sido convidado para pregar um sermão na Capela Real por ocasião do dia de S. Tomé. Perto do final dessa sua prédica, António Ardizone retomaria a questão que o trouxera ao reino, declarando:

“*Não é a India, a que procura sua expulção [dos teatinos], não o viso-rey, não o primaz, menos o conselho de estado, nem a camara, não a fidalguia, não o povo, que todos estes bradaõ e se queixão porque com o absoluto destas ordens ficão em casa os estrangeiros inimigos, & poderosos, & se expulção os amigos (...) Não é pois a India, não os ministros della os que procuraõ que se vão. Pois quem são? Os particulares, por seus particulares respeitos com capa de zelo do bem comum. Não se pode dizer tudo do púlpito. Dilohei, Senhor, à V. Magestade, quando houver lugar. Lea entretãto as Certidões, & Cartas que lhe presenteí da Camara de Goa, da Fidalguia, do Povo, com*

---

<sup>448</sup> *Ibidem*, fl. 34

<sup>449</sup> Sobre a problemática da *naturalidade* no mundo moderno v. Herzog (2007)

<sup>450</sup> ANTT, *Casa da Nossa Senhora da Divina Providência de Lisboa*, lv. 8, fl. 13

<sup>451</sup> Winíus (1995), p. 525

*as mais que escreverão pelas vias de V. Magestade o Viso Rey da India, & o Primaz*”<sup>452</sup>.

Por outras palavras, segundo o padre Ardizzone, os estrangeiros verdadeiramente perigosos eram os hereges que percorriam livremente a Índia e não os missionários teatinos, que já haviam dado provas da sua lealdade e apenas pretendiam trabalhar para o engrandecimento da fé católica. Fosse por via desta pregação ou do conteúdo das certidões enviadas de Goa, a verdade é que a estratégia de associar os merecimentos dos teatinos à aclamação de D. João IV parece ter sido bem sucedida. Em finais de 1650, o rei assinava um alvará pelo qual concedia à Ordem dos Clérigos Regulares o privilégio de poderem enviar religiosos para a capital do Estado da Índia, desde que embarcassem no porto de Lisboa. De acordo com o texto do alvará, esta decisão fundamentava-se não só no “*fruito que nella fazem da conversão dos infieis da nossa Santa Fé Catholica e na administração dos Santos Sacramentos*”, mas também nos serviços que os ditos religiosos haviam prestado “*na India na ocasião da minha restituição a meus Reynos*”<sup>453</sup>. Sendo assim, em meados da década de 1650, os clérigos regulares possuíam já uma igreja na cidade de Goa, nas proximidades do terreiro onde se situava o palácio dos vice-reis<sup>454</sup>.

---

<sup>452</sup> António Ardizzone Spínola, *Cordel Triplicado de Amor*, lv. III, Sermão I, p. 621

<sup>453</sup> António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealogica da Casa Real Portuguesa*, t. 4, pp. 734-735

<sup>454</sup> ANTT, *Casa da Nossa Senhora da Divina Providência de Lisboa*, lv. 8, fl. 61

## ***A Restauração e o Estado da Índia II. Experiências e expectativas.***

Os três episódios que investigámos ao longo do último capítulo permitiram-nos observar que, confrontados com a nova situação política, diferentes pessoas, grupos e instituições da cidade de Goa procuraram aproveitar a aclamação de D. João IV para defender os seus interesses, fazer valer as suas reivindicações e reequacionar os termos do jogo político entre o Estado da Índia e a Coroa. Sendo assim, como é que a nova Casa Real procurou responder às suas aspirações? Embora esta questão ultrapasse o âmbito do nosso trabalho, não podemos deixar de referir que, apesar dos motivos da revolta pouco terem tido a ver com a defesa dos interesses do Estado da Índia<sup>455</sup>, a Coroa não descurou completamente as petições dos vassalos que serviam na Ásia, ainda que este processo nem sempre tenha decorrido com a celeridade esperada pelas elites locais<sup>456</sup>. Se tomarmos como exemplo as petições e advertências da Câmara de Goa – que analisámos com algum pormenor no capítulo anterior – podemos observar que uma parte considerável delas obteve resposta por parte do novo rei<sup>457</sup>. De resto, para além de ter confirmado os privilégios da cidade<sup>458</sup>, D. João IV conceder-lhe-ia igualmente a prerrogativa de enviar procuradores às Cortes<sup>459</sup>.

Foi portanto esta ideia de que a aclamação de D. João IV, em Goa, esteve na origem de diferentes actos, cerimónias, discursos e tomadas de posição por parte dos grupos e instituições da cidade, que orientou a segunda parte deste trabalho. Ao longo das páginas anteriores procurámos então analisar três vectores que marcaram a conjuntura da *Restauração* em Goa. Neste sentido observámos, em primeiro lugar, as cerimónias que acompanharam a aclamação do novo rei na capital do Estado da Índia. Duas constatações emergiram desta análise. Por um lado, a recorrência de um jogo entre a espontaneidade dos festejos e a evocação de modelos tradicionais de celebração. Por outro, a coexistência de mensagens alternativas no seio das cerimónias e, por maioria de razão, dos relatos que as fixaram. Em segundo lugar, procurámos recuperar os discursos que legitimaram a nova situação política. A deposição de um monarca reinante não

---

<sup>455</sup> Valladares (2001), pp. 110-112

<sup>456</sup> Barros (2008), p. 103

<sup>457</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 314 e 316-319 e *Consulta do Conselho Ultramarino*, AHU, Índia, cx, 26, doc. 52, 53 e 54, 27/2/1644

<sup>458</sup> APO, fasc. 2, pp. 250-254

<sup>459</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João IV*, lv. 25, fl. 83. A Câmara de Goa tornava-se então, em 1645, na primeira instituição municipal ultramarina a adquirir este privilégio, que seria estendido à Câmara de Salvador alguns anos mais tarde., v. Bethencourt (1998b), p. 344

poderia deixar de ser problemática numa cultura política que enfatizava a harmonia dos laços jurídicos, morais e amorosos e que ligavam o rei aos seus vassalos<sup>460</sup>. Neste sentido, a ruptura suscitou o aparecimento de estratégias discursivas que procuraram sustentar a sua legitimidade, interpretando a conjuntura vivida pelo Estado da Índia à luz de uma linguagem política baseada em tópicos como *decadência*, a *tiranía* ou o *bom governo*. Por fim, o terceiro vector da nossa análise relacionou-se com as práticas e estratégias encetadas pelos diferentes actores sociais da cidade, que procuraram alinhar a nova situação política com a defesa dos seus privilégios ou com o avanço das suas pretensões e interesses particulares.

Um primeiro conjunto de conclusões que emergiu deste inquérito diz respeito ao posicionamento destes actores sociais perante a chegada das novas da *Restauração*. Ainda que, como afirmou Rafael Valladares<sup>461</sup>, as conquistas ultramarinas tenham tido um papel (aparentemente) passivo na revolta que ditou o fim da agregação de Portugal à Monarquia Hispânica, a verdade é que os habitantes de Goa reencenaram as cerimónias de aclamação decorridas na capital do reino, interpretaram a linguagem restauracionista enquadrando-a nas suas experiências locais e, no geral, ajustaram-se à nova situação política. Ao darem sentido aos acontecimentos, decifrando-os à luz da sua posição na hierarquia social, das suas crenças e das suas aspirações, tornaram-se então nos *agentes* da construção da nova ordem política na capital do Estado da Índia. Para mais, esta perspectiva alerta-nos ainda para a impossibilidade de fazer equivaler os comportamentos de pessoas, grupos e instituições, cujos interesses estavam longe de ser homogéneos.

Não podemos então deixar de referir que a nossa abordagem privilegiou a observação de episódios, discursos e actos específicos não pretendendo, de modo nenhum, reconstruir toda a paisagem sociopolítica da cidade de Goa perante o advento da *Restauração*. Embora esta opção analítica nos pareça justificada, devido à dispersão da informação e à vontade de escapar a lógicas de causa/efeito demasiado lineares, ficaram sem dúvida por explorar algumas questões pertinentes. Desde logo, apesar dos silêncios das fontes a respeito de possíveis hesitações e resistências não nos permitirem aprofundar muito este ponto, havia grupos cujos interesses não pareciam ajustar-se facilmente à nova situação política. Que dizer das redes de mercadores cristãos-novos

---

<sup>460</sup> Cardim (2000)

<sup>461</sup> Valladares (2001), p. 111

que, durante os anos da união dinástica, interligaram as diferentes partes da Monarquia? Ainda que a vaga de perseguições inquisitoriais da década de 1630 (semelhante, de resto, à que estava então a decorrer nos territórios da América espanhola) tenha fragilizado a sua posição no Estado da Índia, não deixaria de ser interessante indagar o comportamento dos seus representantes em Goa durante a conjuntura da *Restauração*<sup>462</sup>. De resto, exemplos como este relembram-nos o longo caminho que ainda fica por percorrer.

As últimas palavras deste capítulo relacionam-se, por fim, com a demanda das razões que levaram a cidade a reconhecer a legitimidade da subida ao trono de D. João IV. Por tudo o que antes foi dito, a hipótese explicativa avançada parte da impossibilidade de encontrar uma causa unívoca – seja ela o patriotismo dos vassalos, como pretendeu a historiografia do Estado Novo, ou a ameaça dos rivais europeus – que possa explicar o sucesso da *Restauração* em Goa. A tentativa de aproximação aos sentidos do processo através do qual a cidade aderiu à causa restauracionista poderá então passar por tomar em consideração as *experiências* e as *expectativas* dos grupos que protagonizaram a aclamação<sup>463</sup>. Parte delas seriam transversais à sociedade – ainda que fossem sentidas de formas distintas por diferentes actores da arena política da cidade –, como a expectativa de uma trégua que pusesse fim aos conflitos com os neerlandeses, as queixas da pouca atenção dada pela Coroa aos que a serviam na Índia e os efeitos das, bastante incipientes tentativas de intervenção e fiscalização por parte da Coroa, cujo momento alto ao nível do Estado da Índia terá sido o vice-reinado de D. Miguel de Noronha, conde de Linhares. Outra parte implicava apenas grupos localizados, desde os oficiais da Câmara que pretendiam fazer valer os seus privilégios aos religiosos teatinos que procuravam resistir à sua expulsão do Estado da Índia. Sendo assim, a tomada de posição face ao advento da *Restauração* não pode ser dissociada deste entrecruzar de experiências e expectativas distintas, que pautaram a aclamação de D. João IV em Goa.

---

<sup>462</sup> Boyajian (1993) e Subrahmanyam (1995), pp. 164-172 e 246-247

<sup>463</sup> Esta ideia baseia-se, naturalmente, na reflexão de Reinhard Koselleck acerca das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”, v. Koselleck (2006), pp. 305-327

## Conclusão

Em finais do ano de 1642, a esmagadora maioria das praças portuguesas na Ásia tinha já aclamado D. João IV como seu rei e senhor legítimo. De Moçambique a Macau, diversas cerimónias e discursos haviam consagrado o reconhecimento da nova situação política. Mas, no entanto, pouco parecia ter mudado na conjuntura enfrentada pelo Estado da Índia. Os pedidos de reforços manter-se-iam recorrentes na correspondência entre o vice-rei e a Coroa<sup>464</sup> e, até 1644, as embarcações da V.O.C. prosseguiriam os bloqueios sazonais da barra de Goa. A esperança de uma trégua imediata com os rivais neerlandeses acabara por não se materializar. Sendo assim, como recordou Vitorino Magalhães Godinho, a partir de 1640 a Coroa de Portugal viu-se obrigada a combater uma guerra defensiva em duas frentes: contra a Monarquia Hispânica, na Europa, e contra as companhias comerciais neerlandesas, no Atlântico e na Ásia<sup>465</sup>. Confrontada com os custos deste conflito, a nova Casa Real acabaria por retomar parte das tributações que haviam sido impostas durante as décadas anteriores. Apesar de, em Março de 1641, D. João IV ter anunciado que estes impostos seriam levantados<sup>466</sup>, dois anos mais tarde seriam enviadas ordens ao vice-rei conde de Aveiras para que continuasse a cobrança do tributo da *meia anata* e das restantes imposições fiscais enquanto durasse a guerra com os neerlandeses<sup>467</sup>.

Ao contrário do que fora anunciado pelos pregadores da *Restauração*, a subida ao trono de D. João IV não significara então o regresso a uma (mítica) idade de ouro do Estado da Índia. Muito tinha mudado desde 1580. Ormuz e Malaca, duas praças que desde a primeira metade do século XVI tinham ocupado um lugar de destaque na presença portuguesa no Oriente, haviam sido perdidas. Os rivais ingleses e neerlandeses encontravam-se firmemente instalados nos mares da Ásia. Quanto às dinâmicas políticas asiáticas, também elas haviam sofrido alterações consideráveis. O Japão fora unificado sob a égide dos Tokugawa e pusera termo ao comércio com os portugueses. A China encontrava-se em plena convulsão e, no ano de 1644, o último imperador da dinastia Ming acabaria por se suicidar. Na Índia, o império Mogol estava próximo do seu apogeu, estendendo a sua hegemonia a uma parte considerável do subcontinente.

---

<sup>464</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 48, fl. 127-129v e 347-348v

<sup>465</sup> Godinho (1978)

<sup>466</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 49, fl. 15

<sup>467</sup> ANTT, *Livros das Monções*, lv. 52, fl. 68

Por sua vez, a expansão omanita, sob a égide da dinastia Yarubi, representava uma ameaça crescente para os interesses portugueses no Mar Árábico e, a breve trecho, para as suas posições na costa oriental africana. Neste contexto, os termos da presença portuguesa na Ásia não poderiam deixar de ser diferentes dos que haviam caracterizado o terceiro quartel do século XVI. Poderá isto significar que, como sugeriu Rafael Valladares, a *Restauração* pouco ou nada mudou nos destinos do Estado da Índia<sup>468</sup>?

A resposta a esta pergunta, que ultrapassa em muito o âmbito desta dissertação, passará necessariamente por uma investigação de fundo sobre a história do Estado da Índia na segunda metade do século XVII. Todavia, se desviarmos o olhar do jogo entre as continuidades e rupturas que marcaram a conjuntura da *Restauração*, poderemos traçar um conjunto de hipóteses que emergiram da nossa análise. Uma vez que as conclusões têm vindo a ser antecipadas nas últimas páginas de cada uma das partes que compõem este trabalho, começaremos então por sintetizar algumas ideias-chave. Desde logo, a importância de estudar o fim da união dinástica à escala do império e não somente a partir do ponto de vista de Lisboa. Como observámos na primeira parte deste trabalho, a nova Casa Real envidou esforços para garantir o reconhecimento da sua legitimidade pelas diferentes partes do reino e das conquistas ultramarinas. Por mar ou por terra, as notícias da revolta do 1º de Dezembro viajaram até outras latitudes, onde a aclamação de D. João IV foi reencenada pelos grupos e instituições locais. Reconstruir e contextualizar este processo foi assim um dos desafios a que nos propusemos responder ao longo das páginas anteriores. Face à tendência historiográfica de *naturalizar* a adesão das praças asiáticas à causa restauracionista, a hipótese avançada prendeu-se com a constatação de que o reconhecimento da nova situação política nada teve de linear. Neste sentido, procurámos acompanhar as rotas, os meios e os agentes que asseguraram a difusão da notícia e a forma como esta foi recebida nas praças do Estado da Índia.

Uma segunda ideia-chave, que orientou os caminhos trilhados por este trabalho, relacionou-se com a necessidade de valorizar a actuação dos indivíduos, grupos e instituições locais e a forma como interpretaram as mudanças ocorridas no reino. A cidade de Goa foi então o palco da segunda parte deste trabalho, em que análise da aclamação de D. João IV nos permitiu explorar alguns aspectos da cultura política local e dos equilíbrios de poder da capital do Estado da Índia. Pudemos assim observar os actos, cerimónias e discursos que sustentaram a legitimidade do novo rei, mas também o

---

<sup>468</sup> Valladares (2001), pp. 90-91

modo como diferentes grupos sociais procuraram aproveitar esta ocasião para defender os seus interesses, recuperar privilégios antigos ou alcançar novas mercês e benesses. O posicionamento destes grupos perante o fim da união dinástica, poderá oferecer-nos pistas valiosas para interpretar as expectativas, os conflitos e as negociações que marcavam a arena política da cidade e as relações entre o Estado da Índia e o reino.

Enunciadas estas considerações, não há qualquer dúvida que muito ficou por dizer sobre a temática em análise. Na conclusão deste estudo importará então mencionar duas abordagens que, no nosso entender, poderão revelar-se importantes para aprofundar este inquérito. A primeira delas passa por ultrapassar as compartimentações geográficas e analisar, de forma integrada, as dinâmicas que pautaram a conjuntura da *Restauração* nos diferentes espaços subordinados à Coroa de Portugal. Uma segunda hipótese relaciona-se com as relações entre as comunidades portuguesas e castelhanas nos territórios ultramarinos nos anos que se seguiram ao fim da união dinástica. Na senda do que foi proposto por Bernard Lavallé, no estudo que dedicou aos portugueses na cidade do Panamá, seria interessante conhecer os destinos de outras comunidades de mercadores portugueses nas colónias americanas e asiáticas da Monarquia Hispânica<sup>469</sup>. Ao elencar estas possibilidades de desenvolvimento de alguns dos temas que abordamos ao longo das páginas anteriores, não podemos deixar de sublinhar que este trabalho, em si mesmo, não pretende mais do que dar um pequeno passo num longo caminho que ainda fica por percorrer.

---

<sup>469</sup> Lavallé (2007). É provável que o projecto dedicado à “*Prosopografia das Comunidades Lusófonas residentes e de passagem nas Filipinas (1582-1654)*”, coordenado pela Prof. Doutora Elsa Penalva e promovido pelo CHAM, venha a responder a algumas destas questões no que diz respeito à comunidade portuguesa em Manila.



# **Fontes e Bibliografia**

## 1 – Fontes

### 1.1) Manuscritos

#### Arquivo Histórico Ultramarino

*Conselho Ultramarino*

Código 79, código 501

*Índia*

Caixa 23, caixa 24, caixa 26, caixa 28

*Macau*

Caixa 1

*Moçambique*

Caixa 2

#### Arquivo Nacional da Torre do Tombo

*Arquivo dos Condes de Aveiras e dos Marqueses de Vagos*

Maço 9, maço 11, maço 12

*Casa da Nossa Senhora da Divina Providência de Lisboa*

Livro 8

*Chancelaria de Filipe III*

Livro 37

*Chancelaria de D. João IV*

Livro 15, livro 20, livro 25

*Livros das Monções*

Livro 14, livro 24, livro 25, livro 26, livro 29, livro 31, livro 32, livro 33, livro 34, livro 35, livro 37, livro 38, livro 42, livro 45, livro 47, livro 48, livro 49, livro 50, livro 51, livro 52

*Ministério do Reino/Conselho da Fazenda*

Livro 161

Biblioteca da Ajuda

Códice 51-VI-39, códice 51-VII-27, códice 51-X-2

Biblioteca Nacional de Portugal

Códice 186

*Década 4ª do Estado da Índia desde o anno de 631 até 640. Colligida de Rellações manuscritas da livraria do Senhor Manoel Severim de Faria Chantre da Sé de Évora, códice 7640 [Microfilme 2866]*

SPÍNOLA, António Ardizzone – *Breve Relação das principaes ordens com que o Illustrissimo e Reverendíssimo Senhor Dom Frey Francisco dos Martyres, Arcebispo Metropolitano de Goa, Primas da India, tem zelado em seu Arcebispado a obseruancia do preceito da Sagrada Comvnhão na Pascoa e no perigo da morte*, códice 58

Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora

Códice CXVI/2-11

GATO, Agostinho de Almeida – *Trivmfos festivaes da insigne e nobre Cidade Santa Crux de Cochim, nas alegres nouas da gloriosa acclamação & alçamento del Rey nosso Senhor Dom João o Quarto de Portugal*, códice CXVI/1-23

Filomoteca Ultramarina Portuguesa/Historical Archives of Goa

*Livro dos Segredos*

Livro 1

*Monções do Reino*

Livro 14, livro 21-B

## **1.2) Colectâneas Documentais**

BIKER, Júlio Firmino (ed.) – *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e Africa Oriental desde o princípio da conquista até ao fim do século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1887

BLAIR, Emma e ROBERTSON, James A. – *The Philippine Islands, 1493-1803*. Cleveland: A.H. Clark Co., 1903-1909 [<http://quod.lib.umich.edu/p/philamer/>]

FREITAS, Joaquim Inácio de (ed.) – *Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819 [<http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/>]

PISSURLENCAR, Panduranga (ed.) – *Assentos do Conselho de Estado*. Goa: Tipografia Rangel, 1958

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (dir.) – *Archivo Portuguez Oriental*. Nova Deli: Asia Educational Services, 1992

## **1.3) Outros impressos**

AREDA, Pe. Diogo – *Sermão do Apostolo S. Thome*. Lisboa: Officina de Domingos Lopes Rosa, 1646

AZEVEDO, Luís Marinho de – *Apologeticos discursos offerecidos a Magestade del Rei Dom Joam Nosso Senhor quarto do nome entre os de Portugal*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1641

BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728 [<http://www.brasiliana.usp.br/>]

BOCARRO, António – *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992

BOXER, Charles (ed.) – *A Aclamação del rei D. João IV em Goa e Macau: Relações Contemporâneas Reeditadas e Anotadas*. Lisboa: Tipografia José Fernandes Júnior, 1932

COUTO, Diogo do – *Da Ásia: Década Décima*. Lisboa: Sam Carlos, 1974

CRUZ, Pe. Manuel da – *Fala, qve fes o P. Fr. Manoel da Crus*. Lisboa: Officina de Lourenço de Anueres, 1642

FARIA, Manuel Severim de – *Notícias de Portugal*. Lisboa: Colibri, 2003

MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1741-1759

MENESES, D. Luís de – *História de Portugal Restaurado*, tomo I. Lisboa: Officina de João Galvão, 1679

RIBEIRO, João Pinto – *Vzurpação, Retenção, Restavração de Portugal*. Lisboa: Officina de Lourenço Anueres, 1642 [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5389.pdf>]

SOUSA, António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1946-1954

SOUSA, Manuel de Faria e – *Ásia Portuguesa*. Porto: Civilização, 1945-1948

SPÍNOLA, António Ardizzone – *Cordel Triplicado de Amor*. Lisboa: Impressão de António Craesbeeck de Mello, 1680

TAVERNIER, Jean-Baptiste – *Les Six Voyages de Jean Baptiste Tavernier, écuyer baron d'Aubonne, qu'il a fait en Turquie, en Perse, et aux Indes, pendant l'espace de quarante ans, & par toutes les routes que l'on peut tenir : accompagnez d'observations particulieres sur la qualité, la religion, le gouvernement, les coutumes & le commerce de chaque país*. Paris: Gervais Clouzier, 1676 [<http://gallica.bnf.fr/>]

VASCONCELOS, Luís Mendes de – *Do Sítio de Lisboa: Diálogos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990

VIEIRA, Pe. António – *Cartas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009

VIEGAS, António Pais – *Manifesto do Reyno de Portugal. No qual se declara o direyto, as causas, & o modo, que teve para exemirse da obediencia del Rey de Castella, & tomar a voz do Serenissimo Dom Joam IV do nome, & XVIII entre os reys verdadeyros deste Reyno*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1641

## **2 – Bibliografia**

### **2.1) Dicionários e Instrumentos de Trabalho**

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) – *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994

AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa. Círculo de Leitores, 2000

DALGADO, Sebastião Rodolfo – *Glossário Luso-Asiático*. Hamburgo: Helmut Buske, 1928

GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Carvalhos de Basto, 1990

### **2.2) Obras Gerais**

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI (dir.) – *História da Expansão Portuguesa*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998

DISNEY, Anthony – *A History of Portugal and the Portuguese Empire: from the beginnings to 1807*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. III, coord. Joaquim Romero de Magalhães. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993

IDEM – *História de Portugal*, vol. IV, coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993

SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) – *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. VI, coord. Maria de Jesus dos Mártires Lopes. Lisboa: Estampa, 2006

### 2.3) Estudos

A.A.V.V. – *A Restauração e o Império Colonial Português*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940

AHMAD, Afzal - *Indo-Portuguese Diplomacy during the 16th and the 17<sup>th</sup> Centuries: 1500-1663*. Delhi: Originals, 2008

ALAM, Muzaffar e SUBRAHMANYAM, Sanjay – “The Deccan Frontier and Mughal Expansion, ca. 1600: Contemporary Perspectives”. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. 47, nº 3, 2004, pp. 357-389

ALDEN, Dauril – *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996

AMARAL, Lia Arez F. do – “Restauração de Portugal no Oriente”. *Congresso do Mundo Português*, vol. VII. Lisboa: Secção de Congressos, 1940, pp. 211-231

AMES, Glenn - *Renascent Empire? The House of Braganza and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia, c. 1640-1683*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2000

ANDAYA, Leonard – “The Informal Portuguese Empire and the Topasses in the Solor Archipelago and Timor in the Seventeenth and Eighteenth Centuries”. *Journal of Southeast Asian Studies*, vol. 41, nº 3, 2010, pp. 391-420

ANDRADE, Luís Oliveira – *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra: Minerva, 2001

ANTUNES, Luís Frederico – “Província do Norte”. *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. VI, tomo II, coord. Maria de Jesus dos Mártires Lopes. Lisboa: Estampa, 2006, pp. 209-228

BARENDSE, René – “Blockade: Goa and its Surroundings, 1638-1654”. *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries*, ed. Ernst Van Veen e Leonard Blussé. Leiden: CNWS, 2005, pp. 232-265

BARROS, Edval de Souza – *Negócios de Tanta Importância: O Conselho Ultramarino e a Disputa pela Condução da Guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Lisboa: CHAM, 2008

BAYLY, Christopher – *Empire and Information: Intelligence Gathering and Social Communication in India, 1780-1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

BETHENCOURT, Francisco – “Os Conventos Femininos no Império Português: O Caso do Convento de Santa Mónica em Goa.” *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional, Actas*. Lisboa: CIDM, vol. 5, pp. 631-652

IDEM – “O Estado da Índia”. *História da Expansão Portuguesa*, vol. II, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998a, pp. 284-314

IDEM – “As Câmaras e as Misericórdias”. *História da Expansão Portuguesa*, vol. II, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998b, pp. 343-360

IDEM – “Configurações Políticas e Poderes Locais”. *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, dir. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 207-264

BICALHO, Maria Fernanda – “As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império”. *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, org. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 189-221

BLANCO, Maria Manuela Sobral – *O Estado Português da Índia. Da Rendição de Ormuz à Perda de Cochim, 1622-1663*. Tese de Doutoramento em História Moderna. Universidade de Lisboa, 1992 [Texto Policopiado]

BLOCH, Marc – *Les Rois Thaumaturges: Étude sur le Caractère Surnaturel Attribué à la Puissance Royale Particulièrement en France et en Angleterre*. Paris: Gallimard, 1983 [1924]

BORGES, Charles J. – “Racial Tensions in the Society of Jesus before 1759”. *Jesuits in India: In Historical Perspective*, ed. Teotónio R. de Souza e Charles J. Borges. Macau: Instituto Cultural/Goa: Xavier Center of Historical Research, 1992



BORSCHBERG, Peter – “VOC Blockade of Singapore and the Malacca Straits: Diplomacy, Trade and Survival, 1633-1641”. *O Estado da Índia e os Desafios Europeus. Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisboa: CHAM, 2010, pp. 163-186

BOURDON, Léon – *António Fialho et le Project de Liaison Macao-Lisbonne en Droiture (1640-1645)*. Lisboa: Tip. Ed. Império, 1951

BOUZA ALVAREZ, Fernando – *Comunicación, Conocimiento y Memoria en la España de los Siglos XVI e XVII*. Salamanca: Sociedad Española de Historia del Libro, 1999

IDEM – *Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000

BOXER, Charles – “The Embassy of Captain Gonçalo de Siqueira de Souza to Japan in 1644-1647”. *Monumenta Nipponica*, vol. 2, nº 1, 1939, pp. 40-74

IDEM – *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na Época da Restauração, 1640-1668*. Macau: Escola Tipográfica do Orfanato Salesiano, 1940

IDEM – *Fidalgos in the Far East, 1550-1770: Fact and Fancy in the History of Macao*. Haia: Martinus Nijhoff, 1948

IDEM – “Portuguese and Dutch Colonial Rivalry, 1641-1661”. *Stvdia*, vol. 2, 1958, pp. 7-42

IDEM – *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1965

IDEM – *Spaniards and Portuguese in the Iberian Colonial World. Aspects of an Ambivalent Relationship, 1580-1640*. Bruges: College of Europe, 1966

IDEM – *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1982

IDEM – *O Grande Navio de Amacau*. Lisboa: Fundação Oriente, 1989

IDEM – *Macau na Época da Restauração*. Lisboa: Fundação Oriente, 1993 [1942]

BOYAJIAN, James – *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1993

BRAZÃO, Eduardo – *A Restauração: Relações Diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*. Lisboa: Bertrand, 1939

BRIGGS, Asa e BURKE, Peter - *A Social History of the Media: From Guttenberg to the Internet*. Cambridge: Polity, 2005

BUC, Philippe – *The Dangers of Ritual. Between Early Medieval Texts and Social Scientific Theory*. Princeton: Princeton University Press, 2001

BUESCU, Ana Isabel – “Sentimento e Esperanças de Portugal – Da Legitimidade de D. João IV”. *Penélope*, nº 9/10, 1993, pp. 169-188

IDEM – *Na Corte dos Reis de Portugal: Saberes, Ritos e Memórias. Estudos sobre o Século XVI*. Lisboa: Colibri, 2010

CARDIM, Pedro – *O Poder dos Afectos: Ordem Amorosa e Dinâmica Política no Portugal do Antigo Regime*. Tese de Doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa, 2000 [Texto Policopiado]

IDEM – “Ceremonial, Political Allegiance and Religious Constraints in Seventeenth-Century Portugal”. *Religious Ceremonials and Images: Power and Social Meaning (1400-1750)*, ed. José Pedro Paiva. Coimbra: Palimage, 2002, pp. 351-368

CASTELLS, Manuel – *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009

CASTILLO, Andrés del – “Los Misioneros Teatinos en Asia durante los Siglos XVII y XVIII”. *Ordenes Religiosas entre América y Asia. Ideas para una Historia Misionera de los Espacios Coloniales*, coord. Elisabetta Corsi. Cidade do México: El Colégio de México, 2008, pp. 189-204

CHAUNU, Pierre – “Manille et Macao, face à la conjuncture des XVIe et XVIIe siècles”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 1962, vol. 17, nº 3, pp. 555-580

COOPER, Frederick – *Colonialism in Question. Theory, Knowledge, History*. Berkeley: University of California Press, 2005

- COUTINHO, Valdemar – *O Fim da Presença Portuguesa no Japão*. Lisboa: SHIP, 1999
- CORTESÃO, Jaime – “A Geografia e a Economia da Restauração”. *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, pp. 46-66
- COSTA, A. Delduque da – “A Aclamação de D. João IV na Índia”. *Congresso do Mundo Português*, vol. VII. Lisboa: Secção de Congressos, 1940, pp. 200-207
- COSTA, João Paulo Oliveira e – “O Império e os Diplomatas da Restauração”. *Stvdia*, vol. 48, 1989, pp. 307-336
- IDEM – “O Fim da Hegemonia do Padroado Português do Oriente no século XVII”. *Vasco da Gama e a Índia, Congresso Internacional, Paris, 11-13 de Maio, 1998*, vol. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 43-57
- IDEM – “O Império Português em Meados do Século XVI”. *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, 2002, pp. 87-121
- COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da – *D. João IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006
- CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social”. *Penélope*, nº 15, 1995, pp. 91-120
- CURTO, Diogo Ramada – “Ritos e Cerimónias da Monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)”. *A Memória da Nação*, org. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Lisboa: Sá da Costa, 1991
- IDEM – “Cultura Política”. *História de Portugal*, vol. III, coord. Joaquim Romero de Magalhães, dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 115-147
- IDEM – “Representações de Goa: Descrições e Relatos de Viagem”. *Histórias de Goa*, coord. Rosa Maria Perez, Susana Sardo e Joaquim Pais de Brito. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1997, pp. 45-85
- IDEM – *Cultura Política no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Edições 70, 2011

CRUZ, Maria Augusta Lima – “As Viagens extraordinárias pela Rota do Cabo (1505-1570”. *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos: Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz. Agra do Heroísmo: Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp. 581-596

DEUTSCH, Karl – *The Nerves of Government: Models of Political Communication and Control*. London: The Free Press of Glencoe, 1963

DIAS, Eurico Gomes – *Gazetas da Restauração, 1641-1668: Uma Revisão das Estratégias Diplomático-Militares Portuguesas*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006

DISNEY, Anthony – *Twilight of the Pepper Empire: Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 1978

IDEM – *The Viceroy Count of Linhares at Goa, 1629-1635*. Lisboa: IICT, 1985

IDEM – “The Gulf Route from India to Portugal in the Sixteenth and Seventeenth Centuries: Couriers, Traders and Image Makers.” *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos: Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz. Agra do Heroísmo: Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp. 527-550

IDEM – “The Fiscal Reforms of Viceroy Linhares at Goa”. *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, 2002, pp. 259-275

DURKHEIM, Émile – *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Paris: PUF, 1960

ELLIOTT, John H. – “Self-Perception and Decline in Early Seventeenth Century Spain”. *Past & Present*, nº 74, 1977, pp. 41-61

IDEM. – *Imperial Spain: 1569-1716*. London: Penguin Books, 2002

IDEM. – *El Conde-Duque de Olivares*. Barcelona: Crítica, 2004 [1986]

FLORES, Jorge – “China e Macau”. *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, dir. A.H. de Oliveira Marques, 1º volume, tomo II. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, pp. 151-293

IDEM – “I will do as my father did: On Portuguese and Other European Views of Mughal Succession Crises”. *E-Journal of Portuguese History*, vol. 3, number 2, 2005

IDEM – “Comunicações entre Impérios: A Engrenagem das Relações entre Goa e a Corte Mogol durante o Governo do Conde de Linhares (1629-1635)”. *O Domínio da Distância*, org. Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato. Lisboa: IICT, 2006, pp. 29-43

FOUCAULT, Michel – *L'Orde du Discours*. Paris: Éditions Gallimard, 1971

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) – *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

GEERTZ, Clifford – *Negara. The Theatre State in Nineteenth Century Bali*. Princeton: Princeton University Press, 1980

GODINHO, Vitorino Magalhães – “1580 e a Restauração”. *Ensaio II*, Lisboa: Sá da Costa, 1978, pp. 379-422

IDEM – “Os Portugueses e a Carreira da Índia, 1497-1810”. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar, Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990, pp. 333-374

GREENE, Jack – *Negotiated Authorities: Essays on Colonial Politic and Constitutional History*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994

GRUZINSKI, Serge – *Les Quatre Parties du Monde. Histoire d'une Mondialisation*. Paris: Éditions de La Martinière, 2004

HALIKOWSKI-SMITH, Stefan – “More Than a People of the Sea: Portuguese Discoveries from the Perspective of Overland Travel, 1500-1800”. *Portuguese Studies Review*, vol. 12, nº 2, 2004, pp. 85-136

HERZOG, Tamar – “Être Espagnol dans un Monde Moderne et Transatlantique”. *Le Sentiment National dans L'Europe Méridionale aux XVIe et XVIIe Siècles*, ed. Alain Tallon. Madrid: Casa de Velázquez, 2007, pp. 1-18

HESPANHA, António – “A Restauração Portuguesa nos Capítulos das Cortes de Lisboa de 1641”. *Penélope*, nº 9/10, 1993a, pp. 29-62

IDEM – “As Faces de uma Revolução”. *Penélope*, nº 9/10, 1993b, pp. 7-16

IDEM – “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, org. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 163-188

IDEM – “Por que foi portuguesa a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos”. *O Governo dos Povos*, org. Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado e Maria Fernanda Bicalho. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 39-62

HESPANHA, António e SANTOS, Catarina Madeira – “Os Poderes num Império Oceânico”. *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. IV, coord. António Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 395-413

INNIS, Harold – *Empire and Communication*. Toronto: Press Porcépic, 1986 [1950]

ISRAEL, Jonathan – *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*. Oxford: Clarendon, 2010

JANCSÓ, István e KANTOR, Iris – *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec, 2001

KAGAN, Richard L. – “Nación y Patria en la Historiografía de la Época Austriaca”. *Le Sentiment National dans L'Europe Méridionale aux XVIe et XVIIe Siècles*, ed. Alain Tallon. Madrid: Casa de Velázquez, 2007, pp. 205-225

KANTOROWICZ, Ernst – *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology*. Princeton: Princeton University Press, 1997 [1957]

KERTZER, David – *Ritual, Politics and Power*. New Haven: Yale University Press, 1988

KOSELLECK, Reinhart – *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: PUC, 2006

LAVALLÈ, Bernard – “O Rumor Antiportuguês da Cidade do Panamá”. *Sensibilidades na História: Memórias Singulares e Identidades Sociais*, org. Sandra Jatahy Pasavento e Frédérique Langue. Porto Alegre: UFRGS, 2007, pp. 181-203

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires e FERRÃO, Livia – “O Conflito Padroado/Propaganda. Contributos para a sua História (Séculos XVII e XVIII)”. *O Estado da Índia e os Desafios Europeus. Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues Lisboa: CHAM, 2010, pp. 347-360

LUHMANN, Niklas – *A Improbabilidade da Comunicação*. Lisboa: Vega, 2006

MACEDO, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força*. Lisboa: Tribuna da História, 2006 [1987]

MALEKANDATHIL, Pius – *Portuguese Cochin and the Maritime Trade of Asia: 1500 – 1663*. Tese de Doutoramento em História. Pondicherry University, 1998 [<http://shodhganga.inflibnet.ac.in/>]

MARQUES, João Francisco – *A Parenética Portuguesa e a Restauração, 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*. Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea. Universidade do Porto, 1983 [<http://www.rcaap.pt/>]

MARTINS, José Frederico Ferreira – *A Restauração e Aclamação de D. João IV na Cidade dos Vice-reis da Índia a 11 de Setembro*. Porto: Emp. Guedes, 1934

MATOS, Artur Teodoro de – “A Situação Financeira do Estado da Índia no Período Filipino (1581-1635)”. *Na Rota da Índia: Estudos de História da Expansão Portuguesa*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1994, pp. 61-107

MEGIANI, Ana Paula – *O Rei Ausente: Festa e Cultura Política nas Visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo: Alameda, 2004

MESQUITA, Adelaide – *A História da Província de Moçambique durante a Restauração*. Tese de Licenciatura em História. Universidade de Lisboa, 1965 [Texto Policopiado]

MIRANDA, Susana Münch – *A Administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)*. Tese de Doutoramento em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses. Universidade Nova de Lisboa, 2007 [Texto Policopiado]

IDEM – “Guerra e Pressão Fiscal no Estado da Índia: Limites Constitucionais e Negociação Política no Início do Século XVII”. *O Estado da Índia e os Desafios Europeus. Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues Lisboa: CHAM, 2010, pp. 215-233

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Trajectórias sociais e governo das conquistas. Notas preliminares sobre Vice-Reis e Governadores Gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, org. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 249-283

OLIVAL, Fernanda – “Mercês, Serviços e Circuitos Documentais no Império Português”. *O Domínio da Distância*, org. Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato. Lisboa: IICT, 2006, pp. 59-70

OLIVEIRA, António de – *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991

IDEM – “Fiscalidade e Revolta no Período Filipino”. *Movimentos Sociais e Poder no Século XVII*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras de Coimbra, 2002, pp. 241-274

OSORIO, Alejandra B. – “El Rey Ausente: Poder Imperial y Simulacro Real en la Ciudad de los Reyes, Lima”. *La Sociedad Monárquica en la América Hispânica*, ed. Magali Carrillo e Isidro Vanegas. Bogotá: Ediciones Plural, 2009

PAIVA, José Pedro – “A Igreja e o Poder”. *História Religiosa de Portugal*, vol. II, dir. Carlos Moreira de Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 158-164

PARKER, Geoffrey e SMITH, Lesley (ed.) – *The General Crisis of the Seventeenth Century*. Londres: Routledge, 1997

PEARSON, Michael – “Indigenous Dominance in a Colonial Economy. The Goa Rendas, 1600-1670”. *Mare Luso-Indicum*, II, 1973, pp. 61-73

IDEM – *The Portuguese in India*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987



IDEM – “Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses”. *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, dir. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 93-114

PENALVA, Elsa – “Merchant Elites of Macao in 1642.” *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, vol. 17, December 2008, pp.167-195

IDEM – “A Restauração em Macau. Pensamento e Acção”. *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies* [no prelo a]

IDEM – *As Lutas pelo Poder em Macau (c. 1590-c. 1660)* [edição revista pela autora]. Lisboa. CCCM [no prelo b]

PESTANA, Carla – *The English Atlantic in an Age of Revolution, 1640 – 1661*. Cambridge: Harvard University Press, 2004

PISSURLENCAR, Panduronga – *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia: Hindus, Muçulmanos, Judeus e Parses*. Goa: Tipografia Rangel, 1952

POMBO, Pe. Ruela – *A Aclamação de El-Rei D. João IV em Moçambique e Goa*. Lisboa: P.P.P., 1940

PRESTAGE, Edgar – *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1688*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928

PUGA, Rogério – “A Convenção de Goa (1635) e a primeira viagem (luso) – inglesa a Macau”. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 14, 2005, pp. 71-108

PUJOL, Xavier Gil – “Más sobre las Revueltas y Revoluciones del Siglo XVII y sobre su Ausência”. *La Crisis de la Monarquía de Felipe IV*, coord. Geoffrey Parker. Barcelona: Crítica, 2006, pp. 351-392

RAMOS, Rui – *Tristes Conquistas. A Expansão Ultramarina na Historiografia Contemporânea (c. 1840-1979)*. Tese apresentada para as Provas de acesso a Investigador Auxiliar. Instituto de Ciências Sociais, 1997 [Texto Policopiado]

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar e LOBATO, Manuel – “Algumas Considerações sobre a Circulação de Informação no Império do Oriente”. *O Domínio da Distância*, org. Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato. Lisboa: IICT, 2006, pp. 45-52

ROSSA, Walter – *Cidades Indo-Portuguesas: Contribuições para o Estudo do Urbanismo Português no Hindustão Ocidental*. Lisboa: CNCDP, 1997

RUSSEL-WOOD, A.J.R. – *The Portuguese Empire, 1415-1808: A World on the Move*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1998

SAHLINS, Marshall – *Islands of History*. Chicago: University of Chicago Press, 1985

SALDANHA, António Vasconcelos de – *Iustum Imperium: Dos Tratados como fundamento do Império dos Portugueses no Oriente – Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*. Lisboa: ISCSP, 2005

SANTOS, Catarina Madeira – “Goa é a Chave de Toda a Índia”: *Perfil Político da Capital do Estado da Índia, 1505-1570*. Lisboa: CNCDP, 1999

SANTOS, Catarina Madeira e XAVIER, Ângela Barreto – “Cultura Intelectual das Elites Coloniais”. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 24, 2007, pp. 9-33

SANTOS, Maria Emília Madeira e LOBATO, Manuel, org. - *O Domínio da Distância*. Lisboa: IICT, 2006

SANTOS, Marília Nogueira dos – “A Escrita no Império”. *O Governo dos Povos*, org. Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado e Maria Fernanda Bicalho. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 171-192

SCHAUB, Jean-Frédéric – “La Crise Hispanique de 1640. Le Modèle des Révolutions Périphériques en Question”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 1994, vol. 49, nº 1, pp. 219-239

IDEM – *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte: 2001a

IDEM – *Le Portugal au Temps du Comte-Duc d'Olivares, 1621-1640. Le Conflit de Jurisdictions comme Exercice de la Politique*. Madrid: Casa de Velázquez, 2001b

IDEM – “Le Sentiment National est-il une Catégorie Pertinente pour Comprendre les Adhésions et les Conflits sous l’Ancien Régime”. *Le Sentiment National dans L’Europe Méridionale aux XVIe et XVIIe Siècles*, ed. Alain Tallon. Madrid: Casa de Velázquez, 2007, pp. 155-167

SCHWARTZ, Stuart – “A Economia do Império Português”. *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, dir. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 21-51

SILVA, Ana Cristina Nogueira da e HESPANHA, António Manuel – “A Identidade Portuguesa”. *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. IV, coord. António Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 19-37

SKINNER, Quentin – “Problems in the Analysis of Political Thought and Action”. *Political Theory*, vol. 2, nº 3, 1974, pp. 277-303

SOUZA, George Bryan de - *The survival of empire: Portuguese trade and society in China and the South China Sea, 1630-1754*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986

SOUZA, Teotónio R. de – *Goa Medieval: A Cidade e o Interior no século XVII*. Lisboa: Estampa, 1994

SOUZA, Laura de Mello, FURTADO, Júnia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda (org.) – *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009

STEELE, Ian K. – *The English Atlantic, 1675-1740. An Exploration of Communication and Community*. Oxford: Oxford University Press, 1986

STRONG, Roy – *Art and Power: Renaissance Festivals 1450-1650*. Woodbridge: The Boydell Press, 1986

SUBRAHMANYAM, Sanjay – *Comércio e Conflito: A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*. Lisboa: Edições 70, 1994

IDEM – *O Império Asiático Português, 1500-1700 – Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel, 1995

THOMAZ, Luís Filipe – *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994

THOMPSON, I.A.A. – “Castilla, España y la Monarquía: la Comunidad Política de la *Patria Natural* a la *Patria Nacional*”. *España, Europa y el Mundo Atlántico: homenaje a John Elliott*, ed. Richard L. Kagan e Geoffrey Parker. Madrid: Marcial Pons, 2001, pp. 177-216

TORGAL, Luís Reis – *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981

TURNER, Victor – *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*. New York: Aldine de Gryter, 1995 [1969]

VALLADARES, Rafael – *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680): Declive Imperial y Adaptación*. Leuven: Leuven University Press, 2001

IDEM – *A Independência de Portugal: Guerra e Restauração*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006

VAN LEUR, Jacob – *Indonesian Trade and Society: Essays in Asian Social and Economic History*. Haia: W. van Hoeve, 1955

VAN VEEN, Ernst – *Decay or Defeat? An Enquiry into the Portuguese Decline in Asia, 1580-1640*. Leiden: Universiteit, 2000

VASCONCELOS, Frazão de – *A Aclamação de D. João IV em Macau*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1929

VIVO, Filippo de – *Information & Communication in Venice: Rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007

VOIGT, Lisa – “Imperial Celebrations, Local Triumphs: The Retic of Festival Accounts in the Portuguese Empire”. *Hispanic Review*, vol. 79, nº 1, 2011, pp. 17-41

WACHTEL, Nathan – “The Marrano Merchantist Theory of Duarte Gomes de Solis”. *Jewish Quarterly Review*, vol. 101, nº 2, 2011, pp. 164-188

WHITE, Lorraine – “Dom Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão (1579?-1652) and Changing Traditions of Service in Portugal and the Portuguese Empire”. *Portuguese Studies Review*, vol. 12, nº 2, 2004, pp. 63-83

WINIUS, George – *The Fatal History of Portuguese Ceylon: Transition to Dutch Rule*. Cambridge: Harvard University Press, 1971

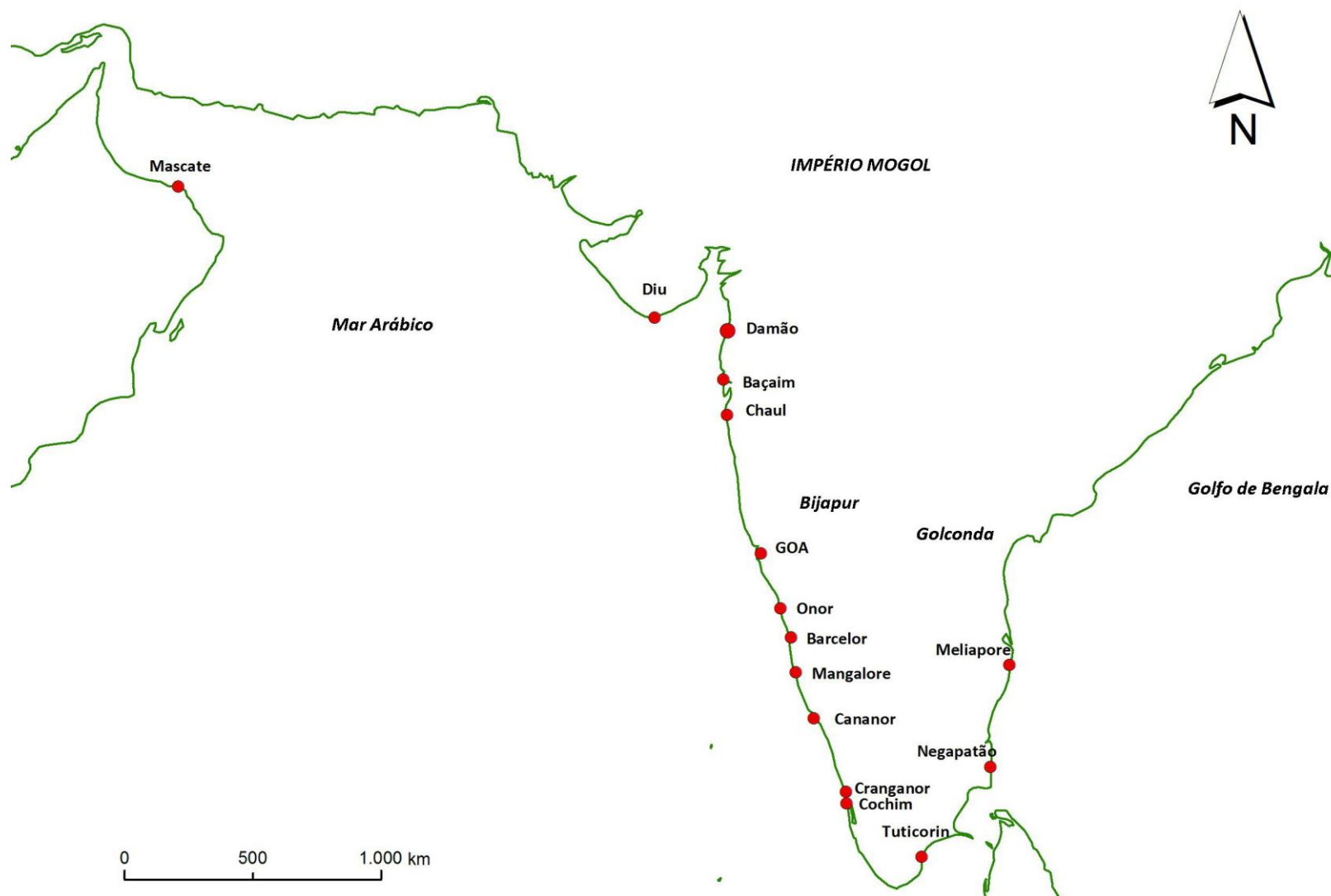
IDEM – *A Lenda Negra da Índia Portuguesa: Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o Soldado Prático*. Lisboa: Antígona, 1994

IDEM – “Padre António Ardizzone Spínola: A Genoese Priest at the Twilight of the Estado da Índia Oriental”. *Mare-Liberum*, nº 9, 1995, pp. 521-526

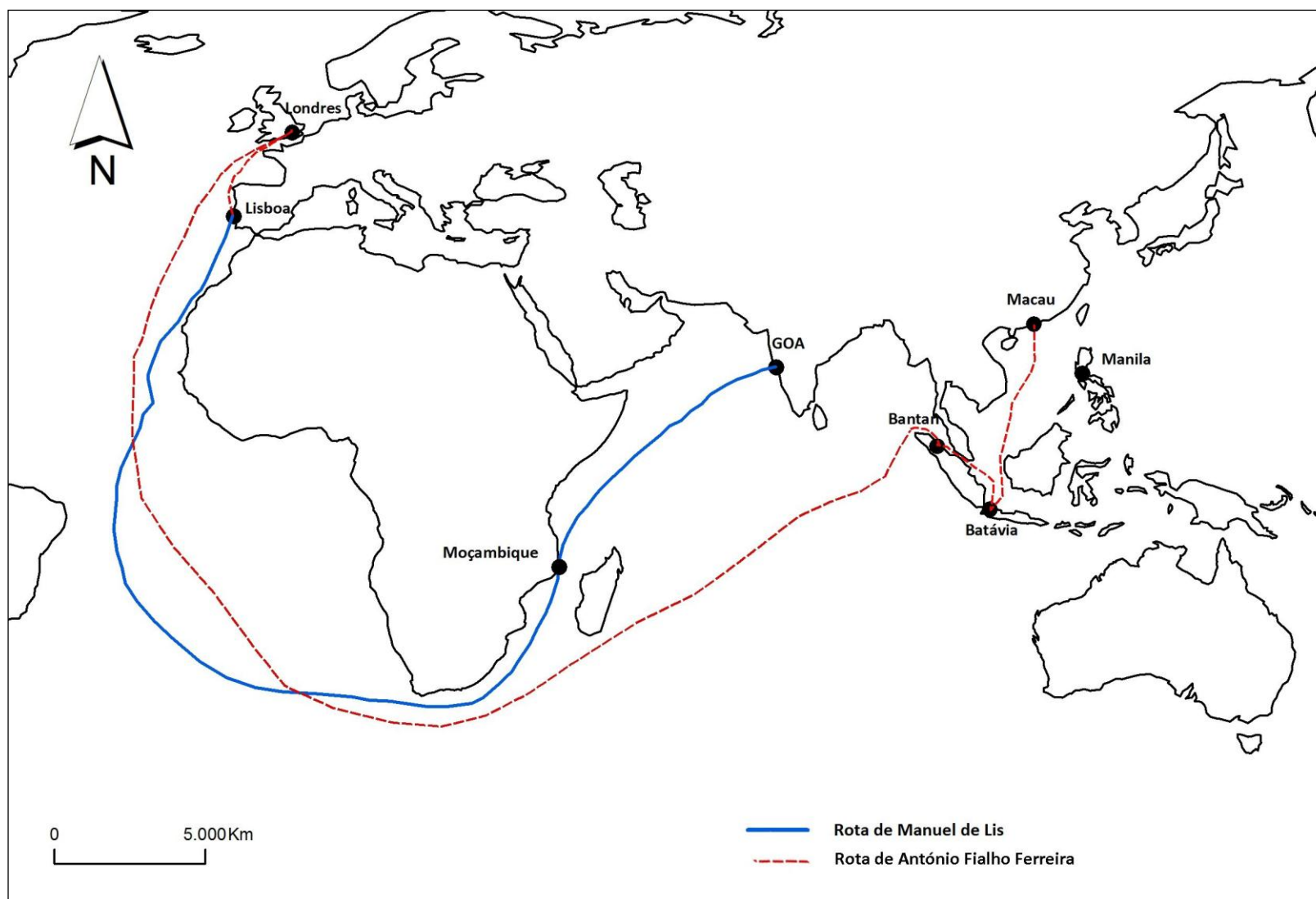
XAVIER, Ângela Barreto – *A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS, 2008

ŽUPANOV, Inês – “India: Compromise, 1500-1650”. *Blackwell Companion to the History of the Reformation World*, ed. Ronnie Po-Chia Hsia. Londres: Blackwell Publishers, 2004, pp. 353-372

## **Anexos**



Mapa 1 – Principais praças portuguesas na Índia no século XVII



Mapa 2 – Viagens de Manuel de Lis e António Fialho Ferreira